

**FACULDADE REGIONAL DE UBERABA**

**Plano de Desenvolvimento Institucional**



**2022/2026**

# Sumário

<b>P A R T E I - PERFIL INSTITUCIONAL.....</b>	<b>08</b>
<b>1. BREVE HISTÓRICO DA MANTENEDORA E DA MANTIDA .....</b>	<b>08</b>
1.1 DADOS GERAIS DA MANTENEDORA .....	08
1.2 NATUREZA JURÍDICA E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	09
1.3 SITUAÇÃO PATRIMONIAL E ECONÔMICO-FINANCEIRA .....	10
1.4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA MANTENEDORA .....	10
1.5 DADOS GERAIS DA MANTIDA.....	12
1.6 IMPLANTAÇÃO DA FACULDADE .....	12
1.7 CONTEXTO EDUCACIONAL E DEMANDAS EFETIVAS DE NATUREZA ECONÔMICA, SOCIAL, CULTURAL, POLÍTICA E AMBIENTAL, DA ÁREA DE INSERÇÃO DA FACULDADE.....	14
1.8 CURSOS DE GRADUAÇÃO VINCULADOS AO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO .....	33
1.9 PERFIL DO EGRESSO DA IES.....	34
<b>PARTE II – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICO-PEDAGÓGICA ...</b>	<b>37</b>
<b>1- EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>37</b>
1.1 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	37
1.2 PROCEDIMENTOS .....	40
1.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	41
1.4 METODOLOGIA .....	42
1.5 RESULTADOS E DIVULGAÇÃO .....	45
1.6 ANÁLISE DE DADOS .....	47
1.7 AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE.....	47
1.8 FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES.....	48
<b>2- EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>52</b>
2.1 MISSÃO .....	52
2.2 VISÃO.....	52
2.3 OBJETIVOS .....	52
2.4 VALORES .....	53
2.5 PLANEJAMENTO E LINHAS DE AÇÃO .....	53
2.6 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS .....	54
2.7 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA .....	59
2.8 PLANEJAMENTO DIDÁTICO-INSTRUCIONAL E POLÍTICA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO .....	60
<b>2.8.1 Política de Avaliação do Processo Ensino- Aprendizagem .....</b>	<b>64</b>
<b>2.8.2 Trabalho de Conclusão de Curso .....</b>	<b>68</b>
<b>2.8.3 Política de Estágio .....</b>	<b>69</b>
<b>2.8.4 Política de Atividades Complementares.....</b>	<b>69</b>
2.9 POLÍTICA E PRÁTICAS DE PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA, DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	70
2.10 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL. ....	73
2.11 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E À RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	76

<b>3 - EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS .....</b>	<b>81</b>
3.1 POLÍTICAS DE ENSINO .....	81
3.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA, A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL .....	87
3.3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA EXTENSÃO ..	88
3.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE. ....	95
3.5 POLÍTICA DE ATENDIMENTO DOS EGRESSOS.....	96
3.6 ESTRATÉGIAS E MEIOS PARA COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	97
3.7 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES .....	99
<b>3.7.1 Núcleo Psicopedagógico.....</b>	<b>100</b>
<b>3.7.2 Apoio Social .....</b>	<b>100</b>
<b>3.7.3 Políticas e Ações de Acessibilidade e Inclusão.....</b>	<b>101</b>
<b>3.7.4 Programa de Nivelamento .....</b>	<b>104</b>
<b>3.7.5 Monitoria.....</b>	<b>105</b>
<b>3.7.6 Ouvidoria .....</b>	<b>106</b>
<b>3.7.7 Formas de Acesso .....</b>	<b>107</b>
<b>3.7.8 Programa de Acolhimento e Permanência.....</b>	<b>108</b>
<b>3.7.9 Ações Inovadoras para atendimento ao discente .....</b>	<b>109</b>
3.8 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO DISCENTE E À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS .....	109
<b>4 - EIXO 4- POLÍTICAS DE GESTÃO .....</b>	<b>111</b>
4.1 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE E FORMAÇÃO CONTINUADA .....	114
<b>4.1.1 Requisitos de Titulação.....</b>	<b>114</b>
<b>4.1.2 Experiência no Magistério Superior e Experiência Profissional.....</b>	<b>114</b>
<b>4.1.3 Critérios de Seleção e Contratação .....</b>	<b>115</b>
<b>4.1.4 Política de Qualificação.....</b>	<b>115</b>
<b>4.1.5 Plano de Carreira .....</b>	<b>118</b>
<b>4.1.6 Regime de Trabalho.....</b>	<b>118</b>
<b>4.1.7 Procedimentos para Substituiç.Eventual de Professores do Quadro</b>	<b>118</b>
<b>4.1.8 Expansão do Corpo Docente, Considerando o Período de Vigência do PDI.....</b>	<b>119</b>
4.2 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO. ....	119
<b>4.2.1 Critérios de Seleção e Contratação .....</b>	<b>120</b>
<b>4.2.2 Critérios Básicos de Seleção.....</b>	<b>120</b>
<b>4.2.3 Condições para Inscrição.....</b>	<b>121</b>
<b>4.2.4 Formas de Captação de Candidatos.....</b>	<b>121</b>
<b>4.2.5 Políticas de Qualificação.....</b>	<b>121</b>
<b>4.2.6 Plano de Cargos e Salários.....</b>	<b>122</b>
<b>4.2.7 Regime de Trabalho.....</b>	<b>122</b>
<b>4.2.8 Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo.....</b>	<b>122</b>
4.3 PROCESSOS DE GESTÃO INSTITUCIONAL.....	123
<b>4.3.1 Organograma Institucional e Acadêmico.....</b>	<b>124</b>
4.4 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	126
4.5 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNA .....	129

<b>5 - EIXO 5 – INFRAESTRUTURA .....</b>	<b>132</b>
5.1 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	134
5.2 SALAS DE AULA .....	134
5.3 AUDITÓRIO .....	135
5.4 SALA DE PROFESSORES.....	135
5.5 ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	136
5.6 ESPAÇOS PARA CONVIVÊNCIA E ALIMENTAÇÃO.....	136
5.7 LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS: INFRAESTRUTURA FÍSICA .....	137
5.8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA .....	138
5.9 BIBLIOTECA .....	139
<b>5.9.1 Biblioteca: Infraestrutura.....</b>	<b>140</b>
5.9.2 BIBLIOTECAS: PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO .....	142
5.10 SALAS DE APOIO DE INFORMÁTICA OU ESTRUTURA EQUIVALENTE .....	143
5.11 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS .....	145
5.12 PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS .....	146
5.13 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	147
<b>CARACTERIZAÇÃO JURÍDICO INSTITUCIONAL DA MANTENEDORA.....</b>	<b>151</b>
<b>BALANÇO PATRIMONIAL.....</b>	<b>151</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....</b>	<b>152</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</b>	<b>153</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>154</b>
<b>ANEXO I - OFERTA DE NOVOS CURSOS E PROGRAMAS.....</b>	<b>155</b>
<b>ANEXO II - PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL .....</b>	<b>157</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>159</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>160</b>

**Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada - FUNJOBE**

Fábio Afonso Borges de Andrada – Presidente

Antônio Carlos Suppes Doorgal de Andrada- Vice-Presidente

**Estrutura Administrativa e Acadêmica**

Maria Antonia Borges- Diretora

Karina de Figueiredo– Coordenação- Curso Educação Física

Rosana Rosa Miranda Corrêa- Coordenação – Curso de Enfermagem

Kelly Fernanda de Paiva Gonçalves- Secretária

Letícia do Carmo Miranda - Bibliotecária

## APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade Regional de Uberaba, instituição de ensino superior mantida pela Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada - FUNJOB, inscrita no CNPJ de número 19.559.012/0001-89, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, constitui-se em compromisso da Instituição com o Ministério da Educação – MEC e com a Comunidade de Uberaba e Região, para o quinquênio 2022-2026.

O Plano inclui o **Projeto Pedagógico Institucional** e estratégias de expansão de cursos, de desenvolvimento do corpo docente e técnico-administrativo e de melhoria da qualidade do ensino, da biblioteca, de informática, de laboratórios e de instalações físicas, com vistas à implantação e consolidação da Faculdade Regional de Uberaba como instituição educacional comprometida com elevados padrões de qualidade.

A Mantenedora da Faculdade Regional de Uberaba, com base em sua experiência de atuação no ensino superior, reconhece que, ao projetar este documento, evoca para si a responsabilidade de contribuir, por meio do fortalecimento da educação superior, para o avanço da sociedade e a difusão do conhecimento produzido em seus espaços educacionais.

Todavia, reconhece também a necessidade de continuar a investir, permanentemente, na ampliação e na qualificação dos quadros docente e técnico-administrativo; no enfrentamento dos desafios inerentes à sua infraestrutura e espaços físicos, tais como bibliotecas, laboratórios e áreas de convivência; nas tecnologias de informação e comunicação; no incentivo ao intercâmbio e à cooperação interinstitucionais; bem como na consolidação de instrumentos de avaliação interna e externa capazes de identificar, com maior assertividade, quais as dificuldades e os melhores rumos a serem seguidos.

Enfim, este Plano de Desenvolvimento Institucional foi desenvolvido a partir de uma avaliação do tempo presente, mas sem perder de vista o futuro. Um plano de ação voltado para a consolidação e para a expansão de uma Instituição contemporânea, líder, forte e inovadora, em consonância com sua filosofia e respeitando as particularidades locais.

**Maria Antonia Borges**

**Diretora**

# PARTE I

## PERFIL INSTITUCIONAL



2022/2026

### 1. Breve Histórico da Mantenedora e da Mantida

A Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada – FUNJOBE, entidade sem fins lucrativos, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, inaugurou suas atividades educacionais em 1971 com a Faculdade de Medicina de Barbacena.

A sede da Mantenedora se localizava até 2011, na Rua José Francisco Paes, nº 320, Bairro Vilela, na cidade de Barbacena, MG. Posteriormente, foi transferida, em 30/11/2011, para a Rua Piauí, nº 69, Sala 2, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, MG, e em 22/03/2013 para a Rua Visconde de Taunay, nº 267, Sala 104, Bairro São Lucas, Belo Horizonte, MG, onde permaneceu até 14/09/2015. Atualmente está instalada na Rua Pernambuco, 353, Salas 1002 e 1003, Bairro Funcionários, Belo Horizonte, MG, CEP- 30130-151.

A FUNJOBE é mantenedora da Faculdade de Medicina em Barbacena, da Faculdade de Administração de Cataguases, da Faculdade de Administração de Itabirito e da Faculdade Regional de Leopoldina. Portanto a FUNJOBE é responsável pela vida universitária de tradicionais cidades mineiras.

Sua missão é **“Disseminar o conhecimento e formar profissionais competentes e éticos, capazes de estender à comunidade em que vivem, o conhecimento técnico-científico, cultural, educacional e social e de intervir na sociedade, fortalecendo os ideais de liberdade e democracia.”**

#### 1.1 Dados Gerais da Mantenedora

**Nome:** Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada

**CNPJ:** 19.559.012/0001-89

**Endereço:** Rua Pernambuco, 353, Salas 1002 e 1003, Bairro Funcionários, Belo Horizonte, MG, CEP - 30130-151

## 1.2 Natureza Jurídica e Organização Institucional

A **Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada – FUNJOBE** é uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com o documento institucional registrado sob o nº 1.179, livro A-3, folhas 190 v, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Barbacena, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

A Fundação tem prazo indeterminado de funcionamento e as suas principais finalidades são:

- I. Criar, instalar e manter cursos superiores de pesquisa e de formação profissional, nos termos da legislação que regula a matéria, na área de saúde e em outras áreas e setores educacionais, inclusive de ensino fundamental e médio;
- II. Criar e manter serviços educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes, e o povo no setor da saúde, especialmente as pessoas carentes promovendo obras de filantropia e caridade;
- III. Promover medidas que, atendendo as reais condições e necessidades do meio, permitam ajustar o ensino aos interesses e possibilidades da comunidade, bem como manter ou conveniar-se com o Instituto de Análises e Pesquisas Sociais denominado “Conde de Prados”.
- IV. Cuidar de atividades ligadas aos problemas do ensino em geral, desenvolvendo por todos os meios, intercâmbio com entidades congêneres nacionais e estrangeiras;
- V. Manter serviços educativos, assistenciais e culturais de Radiodifusão e Telecomunicações sem fins lucrativos, de interesse da Comunidade, da Região e País.

A fundação age em estrita conformidade com as normas legais e estatutárias, obedecendo às determinações das autoridades competentes, sendo que o Ministério Público vela seu funcionamento, na forma da lei.

A Estrutura Orgânica da Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada é constituída das seguintes categorias:

- I. Conselho Curador
- II. Conselho Diretor
- III. Conselho Fiscal

### 1.3 Situação Patrimonial e Econômico-Financeira

Constituem bens da Fundação os seus imóveis e móveis que possua ou venha a possuir, rendas, contribuições, valores em dinheiro, ações, legados, doações, subvenções, auxílios e os resultados dos serviços prestados pelas Unidades ou de fins assistenciais que mantiver.

O exercício social coincide com o ano civil e o Balanço Geral é realizado em 31 de dezembro de cada ano, em conformidade com as disposições legais.

O Estatuto Social somente poderá ser reformado mediante proposta do Presidente do Conselho Curador ou Diretor-Geral, ou de pelo menos de três integrantes do seu Conselho Curador.

Os dados sobre Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, constam do ANEXO I, deste PDI.

### 1.4 Objetivos Estratégicos da Mantenedora

Os objetivos estratégicos da FUNJOBE conjugam a missão e as diretrizes estabelecidas para o funcionamento das mantidas, compreendendo quatro dimensões, a saber: a) institucional b) financeira, c) social d) organizacional. A figura abaixo apresenta o delineamento estratégico da FUNJOBE e os objetivos orientadores das unidades mantidas em sua atuação:

#### Diretrizes Estabelecidas pela FUNJOBE para o Funcionamento das Mantidas

Dimensão	Objetivos Estratégicos
Institucional	Orientar e apoiar as Unidades a cumprirem seus objetivos e promover sua integração sinérgica.
Financeira	Atuar de forma autossustentável Superavitária  Gerar recursos próprios para seu desenvolvimento, sua estrutura de capital e promover sua integração sinérgica
Social	Estar em constante sintonia com as demandas sociais  Aumentar a satisfação dos demandantes dos processos e produtos
Organizacional	Desenvolver competências de gestão e operação  Manter um clima organizacional positivo

As dimensões acima aventadas se encontram vinculadas e podem ser explicitadas da seguinte forma:

#### **a) Dimensão Institucional**

Através dos objetivos estratégicos, em sua dimensão institucional, a FUNJOBE denota a preocupação em orientar suas unidades mantidas, seja através das diretrizes apontadas neste PDI, seja através da busca incessante de soluções inovadoras, sintonizadas com as demandas da sociedade. O compromisso com a excelência pode ser inferido por meio do modelo de gestão adotado e o comprometimento do corpo diretivo em cumprir os objetivos estratégicos.

#### **b) Dimensão Financeira**

Os objetivos estratégicos, em sua dimensão financeira, denotam a necessidade de assegurar a sustentabilidade da FUNJOBE e de suas mantidas, razão pela qual visa sempre o melhor aproveitamento dos recursos existentes.

#### **c) Dimensão Social**

A procura da excelência em produtos e processos vinculados às necessidades da sociedade está contemplada nesta dimensão, e o papel do PDI é balizar e coordenar as ações correspondentes em consonância com a missão, visão e valores seguidos pela FUNJOBE e suas mantidas.

#### **d) Dimensão Organizacional**

Através de objetivos estratégicos busca-se explicitar o firme propósito da FUNJOBE e de suas mantidas de estarem direcionadas à implementação de programas de remuneração, reconhecimento e incentivos vinculados ao desempenho e à promoção da cultura da excelência.

## 1.5 Dados Gerais da Mantida

**Nome:** Faculdade Regional de Uberaba

**Endereço:** Avenida Leopoldino de Oliveira, 4.245 – Bairro Mercês – Uberaba/ MG.

**CEP:** 38060-000

**Telefone:** (34) 3326 5600

**e-mail:** funjob.uberaba@gmail.com

**site:** www.uberaba.funjob.edu.br

**Ato de Criação:** Ata Conselho Curador datada de 30/08/2019

**CNPJ:** 19.559.012/0011-50

## 1.6 Implantação da Faculdade

A Faculdade Regional de Uberaba que funcionará na Avenida Leopoldino de Oliveira, 4.245 – Bairro Mercês – Uberaba/ MG, será mantida pela **Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada – FUNJOBE**, Pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Belo Horizonte – MG.

A Faculdade foi idealizada a partir do empenho do Conselho Superior da Mantenedora e dos membros que constituem seu órgão máximo, o Comitê de Gestão, que, considerando a pertinência do projeto, decidiram, através de Ata dos referidos órgãos, oficializar a criação da Faculdade Regional de Uberaba.

Durante o período de seu funcionamento trabalhará no sentido de proporcionar à comunidade onde está inserida a oferta de cursos superiores de qualidade, com valores de mensalidade capazes de atender uma clientela menos favorecida economicamente, proporcionando-lhes condições mais dignas de ingresso e permanência no ensino superior.

Nessa perspectiva, buscará alcançar, por meio do ensino, do incentivo ao trabalho de investigação científica, da extensão e através da utilização de métodos convencionais e de modernas tecnologias de comunicação e informação, como forma de interação entre a IES e as comunidades acadêmica e não acadêmica, os conhecimentos que proporcionem aos seus egressos sólida formação geral, despertando o cultivo de valores éticos e humanos para contribuir e influir no desenvolvimento social e cultural da região e do país, visando à construção de uma sociedade, democrática, justa e igualitária.

Todos esses fatores geram nas pessoas melhor expectativa de trabalho e de melhoria na qualidade de vida. A Faculdade pretende se integrar à comunidade e promoverá, por meio de suas ações, a inclusão social.

A Faculdade buscará consolidar um projeto de Educação pela qualidade, dedicando todos os esforços para o atendimento desta meta que é um trabalho participativo de todos que estão inseridos e envolvidos nesta busca.

### **Identidade corporativa**

A Faculdade Regional de Uberaba foi criada com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento da região onde está inserida, formando profissionais de nível superior para o mercado de trabalho.

O seu compromisso, entre outros, é com a excelência do ensino, voltando-se para uma científica compreensão política do mundo e dos nossos tempos, para os problemas da multi e interdisciplinaridade, com a procura de novos talentos, a inserção ocupacional de seus alunos e a formação continuada dos seus diplomados.

### **Missão**

*“Formar profissionais competentes, com sólida formação geral, habilitados ao eficaz desempenho de suas funções, do cultivo de valores éticos, humanos e de responsabilidade social visando à construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária.”*

### **Visão**

*“Ser uma Instituição de Educação Superior de referência na região e no Estado de Minas Gerais, buscando o contínuo aprimoramento e desenvolvimento do ensino, da extensão e da iniciação científica.”*

### **Valores – Princípios de Qualidade**

- ✓ Integridade.
- ✓ Competência.
- ✓ Aspiração de crescimento profissional, pessoal e institucional.
- ✓ Valorização de desempenho.
- ✓ Integração.
- ✓ Comprometimento com a comunidade.
- ✓ Vocação para prestar serviços.



## Origens e trajetória histórica de Uberaba

Uberaba tem sua origem na ocupação do Triângulo Mineiro, que ficou sob a jurisdição de Goiás até 1816.

A região começou a ter importância preciosa, que consistia em uma das metas administrativas da Coroa Portuguesa, o governador da Capitania de São Paulo e Minas Gerais articulou a abertura de uma estrada. Esta missão ficou a cargo de Bartolomeu Bueno da Silva Filho (filho de Anhanguera). A expedição era composta por 152 homens, entre os quais 20 índios carregadores, 3 religiosos e 39 cavalos. Ela partiu de São Paulo pelos rios Atibaia, Camanducaia, Moji-Guaçu, Rio Grande, Rio das Velhas e penetrando em Goiás pelo Corumbá. Segundo alguns relatos da época, a expedição passou por terras de Uberaba. Esta rota ficou conhecida como Estrada Real ou Anhanguera que consistia em um importante caminho para que as autoridades portuguesas implementassem a colonização, a produção e escoamento dos minerais preciosos. Na verdade, a maioria das riquezas minerais do Brasil foi levada para Portugal e utilizada para o pagamento de suas dívidas em relação à Inglaterra. Posteriormente, a expedição do filho de Anhanguera fundou, em 1725, o povoado de Vila Boa em Goiás. Outra estrada mais a Oeste foi aberta em 1736, passando por terras de Araxá em direção à Vila Boa, denominada Picada de Goiás.

A exploração e o povoamento de todo o Triângulo Mineiro, de modo geral, se fez como em todo o Brasil Colônia, pelo amansamento e extermínio das populações indígenas e dos negros nos quilombos.

As estradas para Goiás tornaram-se palco de batalhas, entre os exploradores dos sertões e os nativos.

Diante disso, o governo de Goiás viabilizou a segurança das estradas e por isso nomeou em 1742, o Coronel Antônio Pires de Campos para policiar, amansar e até mesmo exterminar os silvícolas rebeldes, fato constatado com a matança dos Caiapós.

Em 1766 foi criado o Julgado de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque, sob a administração de Goiás, local rico em minas auríferas e de intensa exploração. A posse desse Arraial por Goiás era vantajosa aos moradores, pois estavam livres do pagamento de imposto sobre minerais, denominado "derrama", cobrado em Minas Gerais.

Desemboque teve o seu esplendor até 1781, quando as minas auríferas se esgotaram.

Prosseguindo a exploração das terras, o governo de Goiás para dinamizar a administração dos Sertões, nomeou, pela Portaria de 1809, Antônio Eustáquio da Silva Oliveira (natural de Ouro Preto) para a função de Comandante Regente dos Sertões

da Farinha Podre (Triângulo Mineiro), e em 1811 foi nomeado pelo Ato Governamental, Curador de índios.

Em 1810, Major Eustáquio liderou uma Bandeira até o Rio da Prata, passando por terras de Uberaba.

Outra expedição chefiada por José Francisco Azevedo atingiu a cabeceira do Ribeirão Lajeado, fundando o Arraial da Capelinha, aproximadamente a 15 km do Rio Uberaba. Entretanto este local não se desenvolveu por falta de água e terras férteis, conforme constatou Major Eustáquio em visita ao Arraial.

Conseqüentemente, o Regente dos Sertões comanda outra Bandeira com 30 homens e procura novas terras para se estabelecerem. Atingem o Rio Uberaba e fixam-se na margem esquerda do Córrego das Lages, onde foi edificada a Chácara da Boa Vista (hoje Fazenda Experimental da Epamig).

Junto com Major Eustáquio vieram fazendeiros e aventureiros que passaram a produzir e comercializar com as caravanas que ligavam Goiás a São Paulo.

Algum tempo depois, Major Eustáquio construiu sua residência na Praça Rui Barbosa (atual Hotel Chaves).

Grande número de pessoas sabendo das condições propícias de Uberaba e do prestígio e segurança que o comandante Major Eustáquio oferecia, migraram para o novo Arraial. Eram boiadeiros, mascates, comerciantes, criadores de gado, ferreiros, etc.

Os moradores logo ergueram uma Capela tendo como oragos Santo Antônio e São Sebastião, benzida em 1818 pelo padre Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswick, do Desemboque. Assim foi estabelecido o reconhecimento do povoado pela Igreja. Esta instituição representava prestígios decisórios junto aos governos. Visto que em 2 de março de 1820, o rei D. João VI decreta a elevação de Uberaba à condição de Freguesia.

O Decreto Real constituiu um grande avanço para a comunidade. Significou a emancipação e gerência própria em assuntos de ordem civil, militar e religioso. Foi o reconhecimento oficial tanto pela Igreja como pelo Governo Real.

Uberaba foi crescendo e as terras foram ocupadas formando-se extensas propriedades devidas o baixo valor da terra e isenção de impostos sobre elas. Em pouco tempo reuniu-se seleta população de agricultores, pecuaristas e comerciantes e outras profissões, fato que viabilizou o Governo Provincial de Minas Gerais a criar o Município de Santo Antônio de Uberaba, em 1836.

Uberaba, em 1840 passou a sediar uma Comarca para distribuir a justiça na região.

A importância regional da Vila de Santo Antônio de Uberaba era tão próspera que ela mereceu o título de Cidade em 1856, tornando-se um importante centro

comercial que se acentuou com a inauguração da Estrada de Ferro em 1889, que foi um acontecimento facilitador da imigração europeia para a cidade e do desenvolvimento da pecuária zebuína.

A riqueza econômica refletiu na estrutura urbana onde surgiram requintadas construções no estilo eclético.

No século XX, a cidade demonstra um crescimento da agricultura, da pecuária, da indústria e do comércio, atendendo as demandas nos aspectos econômicos, culturais e de serviços essenciais à população.

Hoje Uberaba representa um centro comercial dinâmico, uma agricultura produtiva, um parque industrial diversificado e uma planejada estrutura urbana.

Dada a importância histórica de 02/03/1820, quando a cidade foi elevada à Freguesia, o Município instituiu oficialmente como a data que se comemora o aniversário de Uberaba.

### **Formação Administrativa do Município de Uberaba**

- ✓ Distrito criado com a denominação de Santo Antônio de Uberaba, pelo decreto de 2, de março de 1820, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, subordinado ao município de Araxá;
- ✓ Elevado à categoria de vila com a denominação de Santo Antônio de Uberaba, pela lei provincial nº 28, de 22-02-1836, desmembrado de Araxá. Sede na antiga povoação de Santo Antônio de Uberaba. Instalado em 07-01-1837;
- ✓ Pela lei provincial nº 288, de 12-03-1846, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Nossa Senhora das Dores do Campo Formoso e anexada a vila de Santo Antônio de Uberaba;
- ✓ Elevado à condição de cidade com a denominação de Uberaba, pela lei provincial nº 759, de 02-05-1856;
- ✓ Pela lei provincial nº 831, de 11-07-1857, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de São Pedro de Uberabinha e anexado ao município de Uberaba;
- ✓ Pela lei provincial nº 2464, de 21-10-1878, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Conceição das Alagoas e anexado ao município de Uberaba;
- ✓ Pela lei provincial nº 3643, de 31-08-1888, desmembra do município de Uberaba o distrito de São Pedro de Uberabinha. Elevado à categoria de vila;

- ✓ Pelo decreto estadual nº 322, de 15-01-1891, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de São Miguel do Veríssimo e anexado ao município de Uberaba;
- ✓ Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 4 distritos: Uberaba, Conceição das Alagoas, Nossa Senhora das Dores do Campo Formoso e São Miguel do Veríssimo. Assim permanecendo nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920;
- ✓ Pela lei estadual nº 843, de 07-09-1923, o distrito de Nossa Senhora das Dores do Campo Formoso tomou o nome de Campo Formoso;
- ✓ Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 4 distritos: Uberaba, Conceição das Alagoas, Campo Formoso (ex-Nossa Senhora das Dores do Campo Formoso) e São Miguel do Veríssimo. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937;
- ✓ Pelo decreto-lei estadual n.º 148, de 17-12-1938, desmembra do município de Uberaba os distritos de São Miguel do Veríssimo com a denominação de Veríssimo, Conceição das Alagoas e Campo Formoso elevando-os à categoria de município;
- ✓ No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído do distrito sede. Pela lei nº 336, de 27-12-1948, é criado o distrito de Água Comprida e anexado ao município de Uberaba;
- ✓ Pela lei estadual nº 1039, de 12-12-1953, desmembra do município de Uberaba o distrito de Água Comprida. Elevado à categoria de município. Ainda, pela mesma lei acima citado é criado o distrito de Baixa e anexado ao município de Uberaba;
- ✓ Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 2 distritos: Uberaba e Baixa. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-XII-1971;
- ✓ Pela lei estadual nº 6769, 13-05-1976, é criado o distrito de Ponte Alta e anexado ao município de Uberaba;
- ✓ Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o município é constituído de 3 distritos: Uberaba, Baixa e Ponte Alta. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007;
- ✓ Alteração toponímica municipal Santo Antônio de Uberaba para Uberaba, alterado pela lei provincial nº 759, de 02-05-1856.

## Acesso

Uberaba é bem servida por rodovias, que interligam a região, cortada por importantes rodovias federais, como, BR-050, BR-262 e BR-464, estaduais de maior tráfego, como, a MG-190, LMG-798, MG-427, MG-255, trecho da AMG-2545, AMG-2510 e AMG-2505, conta com várias estradas municipais e vicinais, um Anel rodoviário federal (projetado), a Ferrovia Centro-Atlântica – FCA, um Aeroporto e um Porto Seco / Estação Aduaneira.

## Situação escolar

De acordo com estimativa do IBGE/2018, Uberaba conta com **330.361** habitantes. O município possui, de acordo com dados do IBGE, **12.042** alunos matriculados no ensino médio, **36.855** no ensino fundamental e **6.892** na educação infantil e dispõe de 33 CEMEIS – Centros Municipais de Educação Infantil, com atendimento em tempo integral de zero a 5 anos e mais 31 estabelecimentos de Educação Infantil, 95 de Ensino Fundamental e 39 de Ensino Médio; nas categorias municipal, estadual e particular. Uberaba conta, também, com um Centro de Orientação e Pesquisa em Educação Especial – CEOPPE, 2 escolas específicas para a Educação de Jovens e Adultos, uma inclusive para atender o sistema prisional, 1 CIEL – Centro Interescolar Estadual de Línguas e o Conservatório Estadual de Música.

## Características Urbanas

O nome da cidade é de origem indígena e significa águas claras, tendo sido escolhido naquele tempo pela abundante reserva hídrica do local. A ocupação do espaço urbano se procedeu às margens do córrego das Lages, afluente do rio Uberaba, situado em um vale profundo entre sete colinas.

Atualmente Uberaba destaca-se como um dos municípios de maior crescimento demográfico e econômico do Estado. A comparação com os índices de urbanização de Minas Gerais e do Brasil (81,2% urbano e 18,8% rural), mostram que Uberaba possui índices de urbanização muito acima da média estadual e federal, com sua população 96,9% concentrada no perímetro urbano e 3,1% na área rural.

Dentro do perfil de Uberaba, podemos destacar que 97,2% dos domicílios contam com esgotamento sanitário adequado, 90,7% dos domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 31,5% de domicílios em vias pública com organização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

É considerada uma cidade com um centro dinâmico, uma agricultura produtiva, um parque industrial diversificado e uma planejada estrutura urbana.

Uberaba possui posição geográfica estratégica, pois constitui-se como rota de passagem do estado de São Paulo e de parte do estado de Minas Gerais para o Brasil Central (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Brasília e Tocantins), além de localizar-se a cerca de 500 km de distância de importantes centros urbanos como Belo Horizonte, São Paulo, Goiânia e Brasília.

A localização estratégica e a estrutura oferecida por Uberaba são os principais motivos para convidar as pessoas a conhecer a região que pode ser chamada de "a Mesopotâmia Brasileira".

O Município está interligado com os principais centros consumidores do País por meio de uma estrutura logística privilegiada, tendo inclusive uma estação aduaneira, facilitando a exportação e a importação de produtos. A nossa vocação para o agronegócio nos faz os maiores produtores de grãos do Estado de Minas Gerais e ainda contamos com grande potencial para a diversificação, em setores da economia que utilizam o sistema de integração como método de produção.

O Governo Municipal está determinado em garantir o desenvolvimento da cidade e por isso conta com uma rede pública e de organizações não- governamentais na formação de mão-de-obra qualificada para os diversos setores de investimentos.

Está sediada também em Uberaba a Coordenação Regional do Projeto Estruturador de Potencialização da Logística do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, órgão criado pelo Governo do Estado para atender o programa de desenvolvimento da infraestrutura de transporte. O objetivo é incrementar o agronegócio, com consequente redução de custos, aumento da capacidade de escoamento da produção e reforço da articulação logística intermodal de transporte.

Uberaba está crescendo a olhos vistos e agora tem cara e corpo de uma cidade grande, com qualidade de vida de interior. A tranquilidade de uma comunidade com os menores índices de criminalidade do País. Conforto de ter acesso a todos os serviços básicos, oportunidades profissionais e uma renda per capita muito acima da média estadual e nacional. Orgulho de ser uma das melhores cidades para morar, estudar e trabalhar.

### **Contexto socioeconômico**

Em 2012, o IBGE divulgou o ranking dos maiores PIB's agrícolas do Brasil, ficando Uberaba em quarto lugar. Uberaba é conhecida como a capital mundial do gado zebu, raça que foi introduzida por criadores da cidade no final do século XIX, após a importação das primeiras matrizes da Índia.

É um polo de criação, desenvolvimento genético e comercialização do zebu, tendo sido escolhido como sede da principal e maior central de inseminação pecuária do país: Alta Genetics.

A atração de indústrias tem sido tentada pelas últimas administrações, com bons resultados, através da criação de três distritos industriais e estabelecimento de um polo moveleiro, indústrias do setor de alimentação, calçados e química. Destacando-se, entre as várias multinacionais instaladas neste distrito estão a Petrobrás, Vale Fertilizantes, Black & Decker, FMC Agrícola, Ouro Fino Agrociência, Yara Brasil Fertilizantes, Duratex, JBS Foods, Valmont, VLI Logística, Ambev, Mexichem, Magnesita, Mosaic, Logum, Bunge, Smurfit Kappa, Skala Cosméticos. É uma das 100 cidades do Brasil com melhores polos industriais. Sendo considerada o maior polo de fertilizantes fosfatados da América Latina e líder na produção de grãos do Estado de Minas Gerais.

Uberaba é sede da Academia de Letras do Triângulo Mineiro e, nos últimos anos, tem recebido um número expressivo e crescente de visitantes e turistas que a procuram com objetivos diversos. Desde o turismo de negócios, graças ao grande crescimento econômico do município; passando pelo turismo religioso, destacando, aqui, o museu de Chico Xavier e seu túmulo, além de várias igrejas históricas; há, também, diversos parques e museus, dentre os quais, podemos citar o Museu e sítio Paleontológico de Peirópolis, onde são encontrados fósseis de mais de 85 milhões de anos, o Parque ecológico Mata do Ipê e também o Parque Jacarandá (Zoológico de Uberaba). O município integra, também, o Circuito Turístico dos Lagos e o Circuito Turístico do Triângulo, que têm, por missão, fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável, estabelecer e fortalecer parcerias para a geração de negócios e promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade, preservando e potencializando as vocações locais.

Além disso, Uberaba oferece infraestrutura de alta qualidade, com acesso à educação, saúde, lazer e serviços básicos de água, luz e esgoto que garantem qualidade de vida ao cidadão. Tudo na melhor localização do País e em condições de receber investimentos de várias empresas. Uberaba está de braços abertos para o desenvolvimento.

## Poder Judiciário

No âmbito da Justiça Estadual, Uberaba é uma Comarca de Entrância Especial, atualmente constituída de:

- ✓ 1ª Vara Cível;
- ✓ 2ª Vara Cível;
- ✓ 3ª Vara Cível;
- ✓ 4ª Vara Cível;
- ✓ 5ª Vara Cível;
- ✓ 1ª Vara de Família e Sucessões;
- ✓ 2ª Vara de Família e Sucessões;
- ✓ 3ª Vara de Família e Sucessões;
- ✓ Vara da Infância de Juventude;
- ✓ Vara Empresarial, de Execuções Fiscais e de Registros Públicos;
- ✓ 1ª Vara Criminal;
- ✓ 2ª Vara Criminal;
- ✓ 3ª Vara Criminal;
- ✓ Vara de Execuções Criminais e de Precatórias Criminais;
- ✓ Juizado Especial.

Já na esfera federal, por sua vez, Uberaba é uma Subseção Judiciária do Tribunal Regional da 1ª Região, composta por:

- ✓ 1ª Vara Federal;
- ✓ 2ª Vara Federal;
- ✓ 3ª Vara Federal e Juizado Especial Federal
- ✓ 4ª Vara Federal.

Por fim, no tocante à Justiça do Trabalho, Uberaba integra o TRT da 3ª Região, atualmente constituída de:

- ✓ 1ª Vara do Trabalho;
- ✓ 2ª Vara do Trabalho;
- ✓ 3ª Vara do Trabalho;
- ✓ 4ª Vara do Trabalho.

## Demais Órgãos Públicos

Uberaba possui, ainda, várias agências de órgãos públicos e assistenciais, de natureza estadual ou federal, conforme discriminação a seguir:

### Órgãos Estaduais

Fórum do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Cartórios Eleitorais de Minas Gerais – 276ª, 326ª e 347ª zonas eleitorais, Ministério Público – 1ª a 11ª Promotoria de Justiça, Defensoria Pública, Penitenciária Professor Aluizo Ignácio de Oliveira, Delegacia de Segurança Pública, 5ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP, 4º Batalhão da Polícia Militar, 67º Batalhão da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária Estadual, Detran, Departamento de Estradas de Rodagens de Minas Gerais – DER/MG, Secretaria da Receita Estadual, Superintendência Regional de Ensino, Superintendência Regional de Saúde, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Departamento de Serviços Sociais em Uberaba, Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG, Instituto Estadual de Florestas – IEF, Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG.

### Órgãos Federais

Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Ministério Público da União, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Polícia Federal, Secretaria da Receita Federal, Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, escritório do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Caixa Econômica Federal, Tiro de Guerra, Junta do Serviço Militar, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

### Comércio

A solidez da economia é comprovada pelo crescimento do comércio, que tem 11.580 empresas atuantes. Uberaba se estabelece cada vez mais neste setor, com grandes redes do varejo e atacado.

Uberaba conta com grandes redes hipermercadistas como Walmart Supercenter e Havan, três supermercados e quatro hipermercados Bretas, Super atacado Makro e os Atacados Mart Minas e Bahamas Mix.

O Shopping Uberaba detém mais de duzentas lojas e fast foods, das mais variadas marcas do Brasil e do Mundo.

Além disso, possui também alguns shoppings como o Shopping Manhattam, Elvira Shopping, Shopping Lenza e Shopping Center Urbano Salomão e o Praça Uberaba Shopping, contendo uma vasta quantidade de lojas, cinemas, ampla praça de alimentação e várias torres sendo uma para faculdade, outra de apartamento, outra para hotel e outra para escritórios.

No centro e nos bairros da cidade há a presença de grandes redes de lojas nacionais e eletrodomésticos, confecções e drogarias

## **Imprensa**

A imprensa do município de Uberaba está representada pelos seguintes veículos - jornais impressos: Jornal da Manhã, Jornal de Uberaba, Jornal Triângulo, Jornal Expresso, Jornal Replay, JCidade Uberaba e Folha Uberaba; jornais online: Portal URA online, Uberaba 24 horas, Uberaba News, Circuito dos Lagos, Tudo Uberaba, Visite Uberaba, Achei Uberaba, Uberaba Digital, Revista de Uberaba, Notícias de Uberaba/G1, Uberaba Empresas, Folha de Uberaba e Uberaba em Foco. Site e Blog de Jornalismo: Blog José Adolfo, Blog O Melhor de Uberaba, Blog Arquivo Público Uberaba, Blog Imagens de Uberaba, Blog da Jornalista Giselda Campos e Blog da Rose Dutra/Cultura Uberaba.

Em relação à rádios, Uberaba foi uma das pioneiras no estado de Minas Gerais a iniciar a transmissão de rádio. Há 45 anos conta com a Rádio 7 Colinas em AM e FM. Conta com as seguintes emissoras em FM: Metropolitana (Religiosa), Super Difusora, Zebu FM, Mundial FM (Comunitária), Transamérica Pop, Mulher FM (Comunitária), Jovem Pan FM, Terra FM (Educativa), Universitária FM (Educativa), conta também com cinco emissoras em AMN.

## **Contexto Geográfico**

Uberaba é um município brasileiro do interior de Minas Gerais. Localiza-se na região do Triângulo Mineiro, pertence à mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e a microrregião de Uberaba. Faz parte do Planalto Arenítico Basáltico da Bacia do Paraná. O relevo varia de plano ligeiramente ondulado na maioria absoluta de área do município, seu relevo é 60% ondulado e 40% plano. Com relação a Hidrografia: A bacia do Rio Grande: um dos principais rios do Brasil margeia o município de Uberaba, rico em sua fauna, forma com o Rio Uberaba a Bacia do Rio Grande. A bacia do rio Paranaíba: destaca o rio Tijuco, possui mais de 200 pequenos riachos e córregos.

Divulgado em 2016 pelo IBGE, Uberaba tinha 325.279 habitantes, com uma população estimada, em 2018, de 330.361 habitantes. De acordo com os dados levantados pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento o **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal** da cidade é de 0,772. O município de Uberaba compreende uma área total de 4.523,957 quilômetros quadrados apresentando uma densidade demográfica de 65,43 habitantes por quilômetro quadrado.

A sede municipal está localizada a 19° 45' 27" de latitude Sul e 47° 55' 36" de longitude Oeste, numa altitude de 752 metros [IBGE].

A mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é formada pela união de 66 municípios agrupados em sete microrregiões sem caráter político, localizada na região oeste de Minas Gerais, a saber: Microrregião de **Araxá**, Microrregião de **Frutal**, Microrregião de **Ituiutaba**, Microrregião de **Patos de Minas**, Microrregião de **Patrocínio**, Microrregião de **Uberaba** e Microrregião de **Uberlândia**. Conta com 2.279.478 habitantes, bom como uma área de 90.545 km<sup>2</sup>, equivalente a 15,4% do território mineiro. Segunda maior economia do estado, a mesorregião tem hoje forte influência estadual. Faz fronteira a norte com o Sul Goiano e com o Noroeste da Minas; ao sul com Ribeirão Preto, com São José do Rio Preto, ambas no estado de São Paulo e com o Sul e Sudoeste de Minas; a leste com a Central Mineira e com o Oeste de Minas; a oeste com o Leste de Mato Grosso do Sul.

A mesorregião é circundada pelos rios Grande e Paranaíba. Sete de seus municípios estão entre os mais populosos do estado: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Araguari, Ituiutaba, Araxá e Patrocínio.

A microrregião de Uberaba é formada por sete município, a saber: Uberaba, Conceição das Alagoas, Delta, Campo Florido, Conquista, Veríssimo e Água Comprida

## Panorama econômico das principais cidades da microrregião de Uberaba

Dados IBGE	Uberaba	Conceição das Alagoas	Delta	Campo Florido	Conquista	Veríssimo	Água Comprida
População (Censo 2010)	295.988	23.043	8.089	6.870	6.526	3.951	2.025
Áreas (km <sup>2</sup> ) (2017)	4.523.957	1.340.250	102.893	1.264.245	618.363	1.031.823	492.212
Estabelecimentos de Saúde (2009)	126	15	1	0	9	2	2
Matrículas Ensino Fundamental (2017)	36.042	3.643	1.425	1.174	848	446	253
Matrículas Ensino Médio (2017)	12.042	1.006	420	273	214	150	62
Valor adicionado na agropecuária (2016)	769.477	201.455	16.276	144.013	96.409	71.146	79.036
Valor adicionado na Indústria (2016)	3.763.235	140.928	116.631	80.747	242.073	22.547	29.858
Valor adicionado no Serviço (2016)	5.951.960	263.003	105.422	106.897	68.028	20.755	15.941
PIB a Preço de mercado corrente (2016)	13.453.594	776.926	322.405	401.655	452.522	130.833	135.802
PIB per capita (2016)	41.360	29.397	33.213	51.606	65.375	33.807	65.891
Número de unidades empresariais locais (2016)	11.689	595	205	184	187	62	43
Pessoal ocupado total (2016)	97.707	5.133	3.266	1.684	1.305	530	257
Pessoal ocupado assalariado (2016)	82.925	4.437	3.045	1.498	1.094	473	222
Salários e outras remunerações (2016)	2.554.343	137.757	107.123	52.333	32.210	13.273	6.700
Salário médio mensal (2016)	2,6	2,5	3	2,7	2,3	2	2,6

Fonte: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

## Contexto Ambiental

O município de Uberaba localiza-se no Triângulo Mineiro, fazendo parte da microrregião de Uberaba uma das sete mesorregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Os municípios limítrofes são: Água Comprida, Conceição das Alagoas, Uberlândia, Veríssimo, Indianópolis, Nova Ponte, Sacramento, Conquista e Delta (em MG); Igarapava, Aramina e Miguelópolis (em SP)

A sede situa-se a 752 metros acima do nível do mar, nas coordenadas 19° 45' 27" latitude sul e 47° 55' 36" longitude oeste. As temperaturas médias anuais variam entre 16 e 30°C.

O território ocupa uma área de 4.523.957 km<sup>2</sup> sendo a parte urbana constituída por 205 bairros, comunidades rurais: Santa Fé, Santa Rosa, Ponte Alta, Mata da Vida, Baixa, Peirópolis, Serrinha, São Basílio e Capelinha do Barreiro e os assentamentos do INCRA: **Associação dos Assentados pela Reforma Agrária Dandara** (18 famílias), **Associação dos Acampados do Assentamento Santa Tereza do Cedro** (30 famílias) e **Assentamento Monte Castelo (62 famílias)**

O município de Uberaba, bem como boa parte do Triângulo Mineiro, está inserido em uma grande unidade de geotectônica conhecida como Bacia Bauru. Esta sequência ocupa cerca de 370.000 Km<sup>2</sup> da porção centro-sul da plataforma sul-americana. No Brasil, estende-se ainda por grande parte do planalto ocidental de São Paulo, noroeste do Paraná, parte oriental do Mato Grosso do Sul e sul de Goiás. A sudeste ultrapassa a fronteira com o Paraguai, ocorrendo na região noroeste daquele país (Fernandes & Coimbra, 1996, 1999). Seu substrato rochoso constitui-se de rochas efusivas de composição básica (basaltos) e eventualmente lavas ácidas e intermediárias associadas à Formação Serra Geral -Grupo São Bento.

A história geológica da Formação Serra Geral iniciou-se há aproximadamente 130 milhões de anos. Neste momento, conhecido como Cretáceo Inferior, a crosta terrestre foi submetida à colossal fendilhamento, com magmatismo de proporções sem similares na história do planeta.

Dominado por uma tectônica distensiva rompeu-se o então megacontinente Gondwana (América do Sul, África, Índia, Antártica e Austrália) e surgiu o oceano Atlântico Sul.

O preenchimento da Bacia Bauru, que tem como substrato a Formação Serra Geral, constitui-se de rochas siliciclásticas essencialmente psamíticas, depositadas em bacia endorreica, de drenagem assimétrica e com desertificação gradual para o depocentro. É composta por 2 pacotes rochosos cronocorrelatos conhecidos como Grupo Caiuá e Bauru (COIMBRA & FERNANDES, 1995). O Grupo Caiuá, composto

pelas Formações Santo Anastácio, Rio Paraná e Goio-Erê, não apresenta ocorrência no Triângulo Mineiro, já o Grupo Bauru possui ampla distribuição nesta região, estando representado pelas Formações Adamantina, Marília e Uberaba, esta última, só presente nos arredores do município homônimo (FERNANDES & COIMBRA 1996).

Segundo Ferreira (1996) a Formação Uberaba estende-se por uma faixa de direção E-W, desde o município de Sacramento até Veríssimo, passando por Ponte Alta, Peirópolis e Uberaba, no médio e alto do vale do Rio Uberaba.

É composta por rochas piroclásticas, onde os sedimentos são derivados de fontes vulcânicas preexistentes e associados a outras fontes não vulcânicas dispostas em estratos tabulares e lenticulares amalgamados (Fernandes 1998).

O clima desta área incluiria períodos semi-áridos marcados por extensiva cimentação carbonática e épocas menos inóspitas, favoráveis a proliferação biológica, sendo grande o número de fósseis de répteis associados a esta formação, comprovando as potencialidades Paleontológicas do município. Sendo assim a Formação Uberaba é a única unidade presente no empreendimento que apresenta potencialidade paleontológica, denotando assim os devidos cuidados no mapeamento de suas áreas de ocorrências.

Desde meados do século passado o município de Uberaba, em Minas Gerais, vem sendo alvo de intensas investigações paleontológicas. O motivo é que toda região está inserida, dentro de um dos maiores e mais significativos sítios paleontológicos do Brasil com registros fósseis datados de 83 a 65 milhões de anos de idade.

Em face à riqueza dos jazimentos fossilíferos e objetivando dar continuidade aos estudos, a Prefeitura de Uberaba criou em 1992 o Centro de Pesquisas Paleontológicas L.I.Price e Museu dos Dinossauros, sediados no bairro de Peirópolis, à 20 Km de Uberaba.

Desde então, estas instituições têm norteado suas ações de maneira a atender a três objetivos básicos: proteger e preservar os fósseis e depósitos fossilíferos; fomentar, apoiar e realizar pesquisas nas áreas de geologia e paleontologia e divulgar conhecimentos. O grande interesse pelo assunto, aliado à magia que os dinossauros exercem sobre as pessoas, tem transformado rapidamente Peirópolis em um núcleo regional de turismo e lazer. Neste sentido os fósseis ganharam em Uberaba uma nova aplicação e valor, que transcende até mesmo a importância científica, são elementos de revitalização sócio-econômico-cultural possibilitando o desenvolvimento sustentável e, por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida dos moradores, em especial de Peirópolis. Desde 17 de julho de 1992, passaram pela exposição do Museu dos Dinossauros mais de um milhão de visitantes, de 1200 municípios brasileiros e 45 países.

O Centro Paleontológico Price realizou escavações sistemáticas anuais, únicas no país, o que possibilitou reunir em sua coleção científica cerca de 2600 exemplares de uma paleobiota bastante diversificada representada notadamente por dinossauros herbívoros e carnívoros com destaque para os saurópodes titanosauria, crocódilomorfos, quelônios, batráquios, peixes, moluscos, crustáceos, algas e pteridófitas, fósseis estes associados a ambientes continentais fluviais e lacustres. Muitos destes registros foram revelados de maneira inesperada em obras que seccionaram rochas sedimentares ao longo das principais rodovias, construções de adutoras, poços para água subterrânea, fundações de edifícios, hospitais e poços de gasolina, estádio de futebol, etc.

Graças às informações aportadas pelos fósseis descobertos no município, um real avanço pode ser conseguido no estudo e entendimento da evolução da biota terrestre, bem como na melhor compreensão dos ecossistemas continentais no final do Cretáceo. Em face ao exposto, os Sítios Paleontológicos desta região foram inseridos no SIGEP –Sítios Geológicos e Paleontológicos de importância nacional com o nº 028, estando assim cadastrados para comporem em um futuro próximo a lista de GEOPARQUES nacionais a serem tombados pela UNESCO como patrimônios naturais da humanidade.

Com relação aos ativos ecológicos de Uberaba, a vegetação de origem era constituída por cerrado, cerradão, campo cerrado, floresta, campos e outros. Atualmente as reservas naturais geram cerca de 50.000ha de campo e cerrado e o reflorestamento ocupa uma área de 6.000ha de eucaliptos e pinus. A flora é típica do cerrado, ecossistema brasileiro. Esse tipo de formação abrange aproximadamente 23% da superfície do território nacional.

A fauna do cerrado se caracteriza por pouca diversidade de espécies, apresentando animais de maior porte que necessitam de áreas mais extensas para sua sobrevivência, citando-se o lobo guará, tamanduá, ema, gavião, coruja, entre outros.

Os principais recursos minerais são: água mineral, argila, calcário, caulim, ferro, pedras basálticas e ornamentais.

Uberaba tem um clima tropical. Há muito mais pluviosidade no verão que no inverno. O clima é classificado como Aw de acordo com a Köppen e Geiger. A temperatura média anual em Uberaba é 22.3 °C. A média anual de pluviosidade é de 1571 mm. O mês mais seco é Agosto com 14 mm. O mês de Dezembro é o mês com maior precipitação, apresentando uma média de 278 mm.

Em Uberaba, a estação com precipitação é úmida e de céu quase encoberto; a estação seca é de céu quase sem nuvens. Durante o ano inteiro, o clima é morno. Ao

longo do ano, em geral a temperatura varia de 16 °C a 30 °C e raramente é inferior a 12 °C ou superior a 34 °C.

O rio Uberaba, que pertence à sub-bacia do rio Grande à bacia do rio Paraná é o principal corpo hídrico do Município de Uberaba, cruzando o município no sentido leste/oeste. Este rio constitui-se na principal fonte de água para o abastecimento humano da cidade, apresentando o sério agravante de não suprir a cota de abastecimento necessária no período de seca. Além do mais, é o corpo receptor da maior parte dos despejos urbanos e industriais in natura do município.

Para resolver o problema a prefeitura de Uberaba realizou o Projeto Água Viva, que trata o esgoto da cidade antes de jogá-lo no rio através da Estação de Tratamento de Esgoto Uberaba, que trata 98 por cento do esgoto antes de despejá-lo no rio.

### Evolução dos principais indicadores econômicos e sociais do município de inserção da IES

**Município sede:** Uberaba

**IDHM 2010:** 0,772

**População** (IBGE Estimativa 2018): 330.361

**Densidade demográfica (2010):** 65,43 hab/km<sup>2</sup>

**PIB per capita (2016):** R\$ 41.360,17

#### Indicadores econômicos e sociais

<b>Desenvolvimento Humano</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
IDHM Educação	0,382	0,550	0,705
IDHM Longevidade	0,733	0,816	0,845
IDHM Renda	0,677	0,738	0,772
IDHM	0,574	0,692	0,772

Fonte: PNUD, Ipea e FJP – 2013

## Composição dos Indicadores

<b>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes</b>			
<b>IDHM e componentes</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>IDHM Educação</b>	0,382	0,550	0,705
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	38,33	47,19	62,95
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	47,83	72,51	91,30
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	53,51	73,98	89,01
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	29,22	56,92	64,99
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	21,83	34,30	52,62
<b>IDHM Longevidade</b>	0,733	0,816	0,845
Esperança de vida ao nascer (em anos)	68,97	73,93	75,71
<b>IDHM Renda</b>	0,677	0,738	0,772
<b>Renda per capita (em R\$)</b>	539,67	790,50	978,01

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

## Trabalho e Rendimento

<b>Ocupação da população de 18 anos ou mais - município</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	69,68	70,46
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	11,27	5,17
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	65,67	72,97
<b>Nível educacional dos ocupados</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	53,39	69,14
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	36,10	49,51

<b>Rendimento médio</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	33,18	6,63
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	68,95	60,97
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo - 18 anos ou mais	89,87	89,17

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

<b>Renda, Pobreza e Desigualdade - Município</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Renda per capita (em R\$)	539,67	790,50	978,01
% de extremamente pobres	3,46	2,06	0,67
% de pobres	17,07	8,43	3,40
Índice de Gini	0,54	0,56	0,50

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

#### **Vulnerabilidade Social**

<b>Crianças e Jovens - Município</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Mortalidade infantil	26,87	17,98	14,00
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	74,77	54,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	11,85	3,19	2,34
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	8,45	4,87
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	2,15	2,61	2,74
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	6,99	5,53
<b>Família</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	10,83	10,23	10,49
% de vulneráveis e dependentes de idosos	2,00	1,39	0,84
% de crianças extremamente pobres	5,83	4,01	1,81

<b>Trabalho e Renda</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
% de vulneráveis à pobreza	43,34	26,13	13,63
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	36,43	23,90
<b>Condição de Moradia</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	93,68	96,97	98,09

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

#### Habitação – Saúde ambiental

<b>Indicadores de Habitação - município</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
% da população em domicílios com água encanada	95,11	98,11	98,90
% da população em domicílios com energia elétrica	99,27	99,55	99,85
% da população em domicílios com coleta de lixo. (Somente para população urbana)	95,83	99,15	99,75

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

### 1.8 Cursos de Graduação Vinculados ao Processo de Credenciamento

A oferta de vagas e o regime de matrícula dos cursos de graduação propostos pela Faculdade Regional de Uberaba e vinculados ao processo de credenciamento são apresentados e detalhados nos quadros abaixo.

<b>CURSO:</b> BACHARELADO EM ENFERMAGEM	
<b>MODALIDADE:</b> Presencial	
<b>VAGAS ANUAIS AUTORIZADAS:</b> 80	<b>REGIME DE MATRÍCULA:</b> Seriado semestral
<b>DURAÇÃO EM SEMESTRES:</b> 10	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b> 4.220

<b>CURSO:</b> BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	
<b>MODALIDADE:</b> Presencial	
<b>VAGAS ANUAIS AUTORIZADAS:</b> 60	<b>REGIME DE MATRÍCULA:</b> Seriado semestral
<b>DURAÇÃO EM SEMESTRES:</b> 08	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b> 3.200

<b>CURSO:</b> LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	
<b>MODALIDADE:</b> Presencial	
<b>VAGAS ANUAIS AUTORIZADAS:</b> 60	<b>REGIME DE MATRÍCULA:</b> Seriado semestral
<b>DURAÇÃO EM SEMESTRES:</b> 08	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b> 3.200

### 1.9 Perfil do Egresso da IES

A educação que a Faculdade Regional de Uberaba se propõe a praticar em seus cursos visa formar cidadãos numa perspectiva multidisciplinar e interdisciplinar:

- ✓ Com conhecimento necessário para trabalhar, tanto individualmente como em equipe;
- ✓ Com elevada consciência política e social;
- ✓ Com conhecimento dos problemas locais, regionais e nacionais;
- ✓ Com entendimento técnico para liderar projetos; e
- ✓ Com sensibilidade para os problemas da humanidade, do ponto de vista ético e moral, orientado para a construção de um mundo socialmente digno.

Assim, a Faculdade Regional de Uberaba propõe-se o desafio da formação de profissionais competentes e capazes de sobressair-se diante dos diversos desafios políticos, sociais, culturais ou econômicos.

Desta forma, o perfil do profissional deve adequar-se às necessidades do mercado de trabalho enfatizando as questões éticas, sendo crítico, capaz de contribuir para a transformação da sociedade, voltado para o mercado de trabalho, aliando a competência profissional à competência humana e espiritual para o exercício consciente da cidadania, ou seja, quer preparar profissionais capacitados para competir no mercado moderno, com responsabilidade, respeito e senso crítico, voltado para o crescimento do ser humano, dentro dos princípios sociais, éticos, solidários e justos.

# PARTE II

## EIXOS



2022/2026

# EIXO I

## Planejamento e Avaliação Institucional



2022/2026

### 1- Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional

#### 1.1 Autoavaliação Institucional

Entendida como um processo permanente e como uma ferramenta de gestão, a Avaliação Institucional na Faculdade Regional de Uberaba terá como objetivo principal a identificação dos problemas, para corrigir possíveis deficiências e para introduzir as mudanças que signifiquem uma melhoria imediata da qualidade do ensino e da instituição como um todo, de acordo com as dimensões previstas na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.

A Avaliação estará, portanto, diretamente vinculada à qualidade e, assim, exigirá que alunos, professores, funcionários técnico-administrativos, ex-alunos, quando existentes, e representantes da sociedade civil organizada informem sobre a relevância do ensino e a adequação do mesmo ao mercado de trabalho, sobre as ações direcionadas para a iniciação científica e a extensão, sobre a responsabilidade social e a infraestrutura da Faculdade.

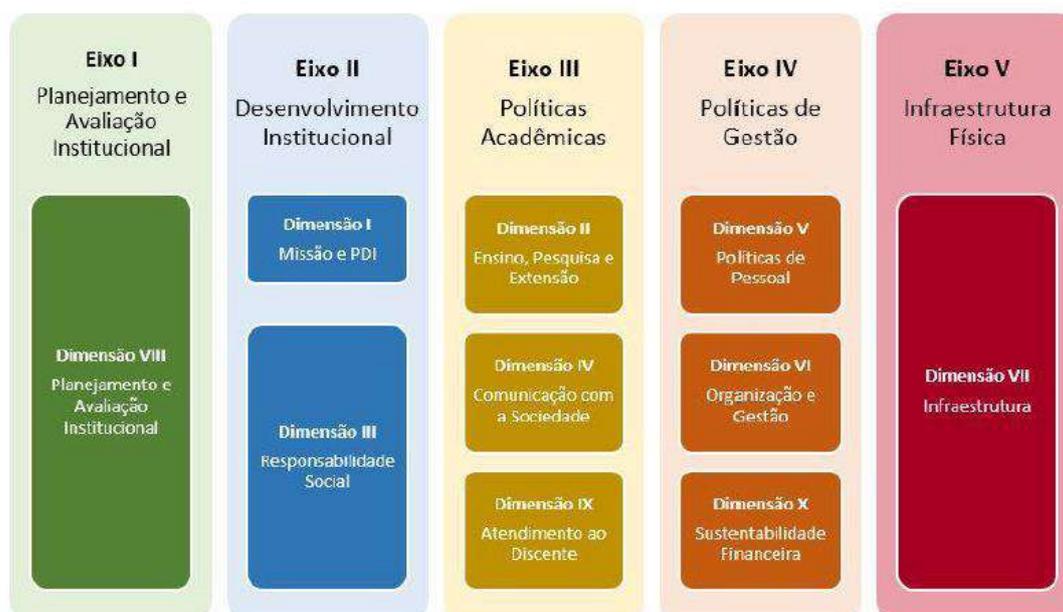
Nessa linha de trabalho, todos os segmentos, sem maioria absoluta de nenhum deles, se envolverão no processo respondendo a questionários, participando de entrevistas, analisando os aspectos positivos e negativos dos cursos, discutindo em grupo as debilidades e fortalezas da Faculdade, dando sugestões que provoquem a melhoria da qualidade. Assim, a Avaliação Institucional consistirá em um processo permanente de elaboração, análise e de intervenção prática, que permitirá retroalimentar as mais diversas atividades, durante todo o seu desenvolvimento.

O Projeto de Avaliação Institucional da Faculdade Regional de Uberaba deverá ser entendido como uma iniciativa projetada para abranger a avaliação em todas as dimensões das atividades da Instituição, que se abre às observações, críticas e sugestões da comunidade acadêmica, capaz de levar ao autoconhecimento da IES, para que consiga um desenvolvimento cada vez mais qualificado.

Os procedimentos e a sistematização do Processo de Avaliação Institucional acontecem nos termos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, elaborado com base no Projeto de Avaliação Institucional.

Cabe à Comissão Própria de Avaliação – CPA, da Faculdade Regional de Uberaba elaborar, detalhadamente, como se dará a avaliação das 10 dimensões do SINAES, apresentando a sistemática que vai, desde a sensibilização até a divulgação e apropriação dos resultados e dos planos de ações em decorrência de todo o processo.

## Eixos e Dimensões do SINAES



A avaliação institucional, por sua concepção diagnóstica, será tida como um importante instrumento, para a tomada de decisões na Faculdade Regional de Uberaba.

A partir dela, pode-se contextualizar todas as 10 Dimensões avaliadas pelo SINAES, em seus respectivos eixos, assinalando, histórica e socialmente, a realidade institucional como um todo.

Para a Faculdade a autoavaliação permitirá a compreensão dos fatos cotidianos que impactam o atingimento de seus objetivos, reforçando a necessidade de que esta escuta seja realmente ativa, ou seja, que seus resultados gerem ações que possibilitem elevar o nível da qualidade da Educação ofertada, dos serviços de suporte prestados e dos processos de gestão utilizados.

Nesse sentido, a avaliação institucional, por sua amplitude, exigirá o uso de múltiplas observações e instrumentos, que tragam em seu bojo critérios coerentes e relevantes sob o ponto de vista do que observam e buscam revelar. Assim, a avaliação institucional auxiliará no desenvolvimento do projeto da Faculdade, colocando uma lente de aumento sobre a necessária reflexão, coletiva, sobre sua identidade e onde se pretende chegar.

Para tanto, a Faculdade Regional de Uberaba adotará os seguintes objetivos:

- ✓ Implementar e consolidar o processo de autoavaliação institucional de forma a atender à Lei do SINAES nº 10.861, de 2004, organizando-o como um instrumento de política educacional, voltada para a construção e consolidação da qualidade, da participação e da ética na educação

superior, respeitando às diferentes identidades institucionais e regionais;

- ✓ Promover a avaliação contínua das atividades desenvolvidas pela IES, de modo a estimular um processo avaliativo embasado na construção coletiva e que almeje a melhoria contínua e ao aperfeiçoamento de ações;
- ✓ Fortalecer a representatividade dos órgãos gestores e colegiados na vida acadêmica, utilizando os dados da Comissão Própria de Avaliação (CPA) para detectar fragilidades e potencialidades gerando insumos para a tomada de decisão gerencial;
  
- ✓ Organizar uma forma padrão de informações da IES, seja na fase de sensibilização dos respondentes, seja na divulgação de seus resultados, de maneira a levar os envolvidos à compreenderem que a aferição da realidade permite, verdadeiramente, a revisão das políticas e práticas pedagógicas e administrativas;
  
- ✓ Criar estratégias de marketing e propaganda para divulgação dos projetos institucionais e de informações úteis para as comunidades interna e externa, mobilizando os saberes para a busca de maior inovação, participação e engajamento, tornando mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade.
  
- ✓ Transformar a autoavaliação institucional em uma meta-avaliação, ou seja, em uma avaliação da avaliação. Essa consciência da avaliação como um processo de alimentação e retroalimentação de informações garantirá a verificação do nível da qualidade da autoavaliação, dando-lhe maior consistência e suficiência.

Vale ressaltar, que o projeto de avaliação institucional da Faculdade Regional de Uberaba não foi idealizado apenas para cumprir uma exigência legal, em função do SINAES.

Acredita-se que, ao longo dos anos de prática avaliativa, a trajetória de autoavaliação na Faculdade deverá ser marcada, sobretudo, por ações, processos e reflexões que conduzam ao autoconhecimento, na busca de subsídios para o aperfeiçoamento da gestão acadêmica. Tal documento deve ser de conhecimento geral da comunidade acadêmica e deve encontrar-se disponível para consulta na IES.

## 1.2 Procedimentos

A Avaliação da Instituição tem também por objetivo identificar seu perfil e o significado da sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, respeitando as diversidades. Para isso, são consideradas obrigatoriamente dez dimensões, contemplando: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a política para o ensino, investigação científica, pós-graduação e extensão; a responsabilidade social da instituição; comunicação com a sociedade; políticas de recursos humanos; organização e gestão; infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento ao estudante; e a sustentabilidade financeira da instituição.

A Avaliação Institucional da IES, desde sua criação, estará fortalecida com a decisão política que a priorizará como forma de diagnóstico e garantia da qualidade em educação. Em sua ação, a Direção procurará o pleno envolvimento de toda a equipe institucional, acreditando ser esse o princípio fundamental para todo o trabalho de avaliação. A fundamentação teórico-conceitual obtida através da iniciação científica e dos estudos de vários profissionais serão elementos norteadores do programa de AI.

O envolvimento de todos os segmentos da comunidade acadêmica na realização do que pressupõem os Projetos Pedagógicos dos Cursos e o Plano de Desenvolvimento Institucional constituirão os princípios para a qualidade em educação.

A Faculdade Regional de Uberaba assumirá o ritmo da transformação contínua, onde a preparação técnica e científica caminham juntas com a reflexão cultural de forma criativa e profunda. Isso passará pela contínua reflexão, pela participação dos alunos no projeto universitário, pela formação continuada dos docentes, pela cooperação e diálogo com as instituições e o contexto social no qual se vincula. Em resumo, a sistemática da avaliação institucional, com vistas à melhoria da qualidade, será desenvolvida obedecendo aos seguintes princípios básicos:

- conscientização da necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos;
- reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios a serem adotados;
- envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade acadêmica (professores, alunos, funcionários administrativos e sociedade civil) na sua execução e na implementação de medidas para melhoria do desempenho institucional.

### 1.3 Princípios Norteadores da Avaliação Institucional

- Globalidade;
- Legitimidade;
- Impessoalidade;
- Respeito à identidade institucional e suas características próprias;
- Continuidade;
- Regularidade; e
- Disposição para a mudança.

O Programa de Avaliação Institucional objetiva manter os diferentes setores de trabalho informados sobre seus aspectos de excelência, deficiência e carência, de tal forma que sejam tomadas decisões administrativas que gerem ações necessárias para promover correções dos desvios e carências e/ou manter e animar o que se mostrou como de excelência, com vistas a rever e aperfeiçoar o seu Projeto Institucional. Como exigência institucional, e também da comunidade acadêmica, deve-se cuidar para que a avaliação institucional seja sempre:

- I. um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- II. uma ferramenta e um conjunto de diretrizes para o planejamento e a gestão acadêmica e Institucional; e
- III. um processo constante de prestação de contas de todos para com todos;

Essas diretrizes, mais abrangentes, são desdobradas nas seguintes perspectivas de resultados:

- ✓ avaliar todos os segmentos internos para a atualização dos projetos pedagógicos e projetos administrativos;
- ✓ estimular a criatividade e provocar o encorajamento dos membros das comunidades acadêmica e administrativa para o surgimento de novas possibilidades, para a solução de problemas estruturais e funcionais;
- ✓ identificar manifestações de desacerto entre as instâncias acadêmicas e administrativas;
- ✓ apontar relações da Faculdade para com a sociedade, no que se refere às necessidades, possibilidades e potencialidades para ações recíprocas;
- ✓ avaliar planejamentos e programas pedagógicos e administrativos, visando à sua adequação ao contexto histórico, social e político;
- ✓ diagnosticar a adequação à clientela, ao contexto da sociedade onde ela se insere e aos cursos de graduação;

- ✓ indicar as áreas sobre as quais prevalecerão os cursos de pós-graduação;
- ✓ apontar as necessidades educacionais emergentes no contexto da área de abrangência e indicar seu potencial de ação;
- ✓ Identificar os melhores procedimentos acadêmicos para a transmissão e produção do conhecimento e a promoção da iniciação científica;
- ✓ identificar, na comunidade acadêmica, as lideranças intelectuais para a produção de novos conhecimentos e inovação tecnológica e científica; e
- ✓ identificar os procedimentos necessários para melhorar as relações com a comunidade acadêmica e com outras instituições nacionais ligadas à educação superior;
- ✓ Fomentar o engajamento crescente de toda a comunidade acadêmica e sociedade civil, por meio da realização de seminários e outras estratégias de sensibilização, bem como divulgação das conquistas obtidas por meio da CPA.

#### 1.4 Metodologia

Nessa linha de trabalho todos os segmentos, em igualdade de participação, se envolverão no processo respondendo a questionários, participando de entrevistas, analisando os aspectos positivos e negativos dos cursos, discutindo em grupo as debilidades e fortalezas da Faculdade Regional de Uberaba e também dando sugestões que provoquem a melhoria da sua qualidade.

Assim, a Avaliação Institucional consistirá em um processo permanente de elaboração de conhecimentos e de intervenção prática, que permitirá retroalimentar as mais diversas atividades da Faculdade, durante todo o seu desenvolvimento, sendo que a CPA terá como um de seus objetivos a participação crescente de toda a comunidade acadêmica no processo autoavaliativo. Esse processo ocorrerá em vários momentos:

- I. Avaliação do docente, professor por disciplina (semestralmente, envolvendo coordenadores, docentes e discentes);
- II. Avaliação do docente, pelo coordenador de curso (semestral);
- III. Avaliação do coordenador de curso pelo docente, professor e discente (semestral); e
- IV. Avaliação Institucional Geral (envolvendo todos os segmentos: discentes, docentes, professores, coordenadores, Diretores, funcionários técnico-administrativos, egressos do curso e representantes da sociedade civil organizada).

A coleta de informações para diagnóstico e estudo da realidade institucional, é viabilizada por meio de um instrumento de coleta de dados (questionário) cujos dados, sempre atualizados, servirão como subsídios para o processo de Avaliação Institucional.

Os questionários serão respondidos pelo corpo Docente, pelo corpo Discente, pelo corpo Técnico-Administrativo, pelos egressos, quando existentes e pela sociedade civil.

As categorias e os indicadores aplicados a este instrumento serão construídos a partir de um levantamento feito junto aos setores envolvidos, a fim de retratar, com fidedignidade, a realidade e as expectativas dos interessados e envolvidos na avaliação, para propiciar diagnósticos confiáveis. Serão utilizados também outros instrumentos para a coleta de dados como: análise documental, entrevistas com os funcionários dos setores, reuniões com grupos focais, etc.

A coleta e análise de dados da Avaliação Docente acontecerão sistematicamente a cada semestre letivo sendo feita a partir da visão discente e docente, de aspectos gerais e relevantes dos processos de ensino-aprendizagem, das estruturas acadêmicas de todos os cursos, detectando pontos de excelência e carência. Assim sendo, a Avaliação Docente quer indicar os seguintes aspectos institucionais: relacionamento entre corpo docente e discente, motivação, grau de comunicação e expressão, respeito e valorização das opiniões discentes e da ação didático-pedagógica do docente propriamente dita; desempenho interdisciplinar; compromisso com a ética; compromisso com o conhecimento; dinâmica de avaliação da aprendizagem e domínio de conteúdo pelo docente.

Cada aluno responderá a um questionário contendo as questões referentes aos componentes curriculares nos quais está matriculado no semestre, tendo, desta forma, oportunidade de avaliação dos docentes de todas as disciplinas. A pesquisa na modalidade Avaliação Docente será por amostragem e terá como percentual representativo o mínimo de 30% (trinta por cento) do número de alunos de cada classe. Estes alunos serão escolhidos aleatoriamente, buscando o máximo de neutralidade para esta representação.

A coleta e análise de dados da Avaliação Geral acontecerá sistematicamente em ciclos, sendo que, em cada ciclo avaliativo serão realizadas duas coletas de dados.

A Avaliação para diagnóstico global será feita a partir da visão dos discentes, dos docentes, dos técnico-administrativos, dos egressos, quando existentes, e de representantes da sociedade civil. Os instrumentos utilizados nesta modalidade contemplarão as dez dimensões do SINAES.

A cada período da Avaliação, será organizada uma campanha motivadora para que alunos, professores, funcionários técnico-administrativos e representantes da sociedade civil respondão às pesquisas.

A Comissão Própria de Avaliação organizará as campanhas de avaliação, com o auxílio do Diretor, Coordenadores de Curso e representantes de classe, que colaborarão para a divulgação das datas, formas e objetivos do exercício de avaliar.

Os avaliadores de todos os segmentos, depois de cadastrados no sistema, responderão aos questionários de forma on-line. A pesquisa nesta modalidade deverá ter como percentual representativo o mínimo de 70%(setenta por cento) de cada segmento de avaliadores, sendo recomendada a participação de 100%(cem por cento) de toda a comunidade acadêmica (professores, alunos e funcionários técnico-administrativos).

Os egressos, quando existentes, participarão desta avaliação geral, respondendo a questionários próprios de forma on-line, e os representantes da sociedade civil organizada responderão a questionário com questões abertas.

Os objetivos traçados para a avaliação institucional são atingidos, em especial, quando há a participação efetiva da comunidade acadêmica. Por isso, é de fundamental importância a primeira fase do processo, que é a sensibilização. Divulgar as melhorias alcançadas a partir dos resultados da autoavaliação institucional é considerada como uma importante e eficaz estratégia para gerar o engajamento dos setores envolvidos.

A mobilização tem previsão de início, aproximadamente, um mês antes da data definida no calendário escolar para aplicação dos instrumentos e envolverá, primeiramente, o diretor e os coordenadores de curso. Como parte dessa mobilização interna, a Faculdade tem como estratégia a realização de reuniões com os representantes de turma e coordenadores de cursos, na qual é explicado o processo de autoavaliação, o órgão responsável (CPA), a metodologia utilizada, as finalidades da mesma e as melhorias alcançadas.

Essa comunicação ressaltará como este processo faculta aos cursos e à toda a Instituição a oportunidade de se conhecerem melhor e refletirem sobre o que fazem, como se organizam e agem, ao mesmo tempo em que podem descobrir como são vistos pela comunidade acadêmica e pela sociedade. Na reunião será ressaltado, ainda, a importância de todos trabalharem juntos pela melhoria da educação, conseguindo identificar as fragilidades e assim ter a oportunidade de corrigir as ações de acordo com os objetivos traçados.

Em seguida, a previsão é de que os docentes e funcionários técnico-administrativos e, por fim, a comunidade discente sejam sensibilizados a participar com a ampla divulgação da versão dos modelos específicos.

Com o objetivo de gerar comprometimento com o processo de autoavaliação, serão utilizados meios formais de comunicação com todas as áreas avaliadas como, por exemplo, carta ao responsável do setor administrativo ou acadêmico, e-mails, SMS, cartazes informativos nos ambientes acadêmicos, site da Instituição, redes sociais, portal do aluno e do professor.

A CPA acredita que a participação dos professores no processo de divulgação, é extremamente importante, visto que eles são os maiores disseminadores das informações acadêmicas. Sendo assim, os docentes também receberão durante todo o período da Avaliação Institucional materiais informativos.

Durante o período da Avaliação Institucional, a CPA ficará responsável em compartilhar os índices de participação discente, para toda a comunidade acadêmica. Via sistema próprio (plataforma de gestão da Avaliação Institucional), o presidente verificará as participações por curso e turma, para que a CPA consiga atuar assertivamente.

### **1.5 Resultados e divulgação**

Os resultados da Avaliação Institucional serão validados estatisticamente, realizando o cruzamento dos dados coletados em diferentes segmentos. Em seguida será feito o retorno da avaliação a todos os segmentos envolvidos de tal forma que esses tenham conhecimento das recomendações de melhorias, cujo enfoque é a implementação de mudanças e projetos, no sentido de alcançar as metas ali sugeridas. O retorno dos resultados será feito através de:

- I. divulgação dos resultados gerais (analíticos e sintéticos) na unidade e nos cursos, bem como no site institucional e outros;
- II. retorno individual dos resultados, aos professores do curso, através de documento contendo a análise individual do desempenho (entregue pelo coordenador);
- III. reuniões com corpo administrativo;
- IV. reuniões com corpo docente;
- V. reuniões com representantes da sociedade civil organizada;
- VI. os segmentos se apropriarão dos resultados e medidas recomendadas pela CPA, através da elaboração do Plano de Ação;
- VII. a devolutiva da implementação e efetividade de ações devem ser feitas pelos segmentos à CPA.

Assim o projeto de autoavaliação institucional prevê a sensibilização de todos os segmentos da comunidade acadêmica, não só para atentá-los no que concerne à relevância do processo como um instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional, mas sobretudo para ressaltar a eles a importância da apropriação dos resultados por parte de todos.

Para tanto, no planejamento da CPA consta a previsão de uma divulgação analítica dos resultados.

A sistemática de apuração dos resultados contempla os múltiplos recortes da avaliação: quanto à metodologia, quantitativa e qualitativa; quanto à instância, interna e externa; quanto aos objetivos, à tomada de decisão, ao mérito e à construção coletiva. Desta forma, a análise dos resultados da avaliação institucional, embora de competência da CPA, não se restringe apenas aos seus membros.

O projeto de avaliação institucional da IES definiu um modelo de sistematização dos dados coletados, que se caracteriza pela interlocução entre os diversos sujeitos que fazem parte da instituição e os diversos focos onde os processos educacionais, gerenciais e administrativos se efetivam.

No processo, trabalha-se com três princípios: apresentação dos resultados, melhoria e aperfeiçoamento; construção coletiva.

Do ponto de vista operacional, a Faculdade oferecerá o apoio necessário no tratamento dos dados, o que mostra o interesse da instituição na Avaliação Institucional como ferramenta privilegiada para orientação dos processos de planejamento e gestão da Instituição.

Do ponto de vista humano, o processo de autoavaliação corre o risco de não conseguir traduzir todas as percepções de seus atores e, por isso, é necessário que, mesmo durante a elaboração dos resultados, sejam colhidas novas percepções que contribuam para a melhor interpretação dos resultados encontrados.

A ampla divulgação e discussão dos resultados, sintéticos e analíticos, tanto da avaliação interna como da externa, é, em si, uma importante estratégia para garantir que a comunidade acadêmica e administrativa possa se comprometer e contribuir cada vez mais no processo avaliativo, apropriando-se dos resultados do mesmo.

Periodicamente, a Instituição deverá, inclusive, promover a revisão dos instrumentos e o aprimoramento do modelo de avaliação, a partir de sugestões e críticas formuladas pela comunidade acadêmica aos processos, princípios e resultados da avaliação.

A CPA será responsável por tabular e analisar estatisticamente os dados. Tratados os dados e consolidados os resultados da avaliação institucional, serão geradas peças devolutivas e os relatórios da avaliação.

Os relatórios da avaliação ficarão disponíveis no portal acadêmico e no site da faculdade. Para a divulgação dos resultados da avaliação discente serão também afixados cartazes com os dados gerais da Instituição, em sala de aula, no site e redes sociais.

Além disso, os Coordenadores discutirão os resultados de cada curso nas reuniões com os líderes de turma e com os docentes. Os coordenadores também utilizarão os resultados da Avaliação para fazer a gestão docente, promovendo feedbacks aos professores e encaminhando os planos de ação, baseados nos resultados apresentados, à CPA.

A CPA, por sua vez, enviará os resultados aos líderes dos serviços avaliados na AI, para que eles trabalhem os planos de ação à curto, médio e longo prazo.

No processo de divulgação, a CPA considerará-se sempre abrir o canal de comunicação com a comunidade acadêmica, a fim de apurar críticas e sugestões que levem ao aprimoramento do modelo de avaliação institucional e à incorporação de sugestões de melhorias coletadas durante o processo.

## **1.6 Análise de Dados**

Os dados e as informações apresentados no desenvolvimento devem ser analisados e apropriados pelos atores da Instituição, culminando no planejamento e na execução das ações. Nesta seção deverá ser realizado um diagnóstico a respeito da IES, ressaltando os avanços e os desafios a serem enfrentados. Também deverá ser evidenciado no relatório o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), considerando o perfil e a identidade da IES.

## **1.7 Ações com Base na Análise**

As ações devem ser previstas a partir da análise dos dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da Instituição.

A CPA, além dos relatórios institucionais, elaborará relatórios segmentados para cada curso da Instituição que serão remetidos ao NDE, com recomendações para processos decisórios. De posse desses, é política Institucional que cada NDE responda aos relatórios com a realização de ações efetivas de melhoria no âmbito do seu curso.

A autoavaliação colaborará para a reflexão de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Faculdade, culminando no aperfeiçoamento e mudanças, nas diferentes esferas, possibilitando à sua comunidade a apreciação e participação

na gestão e na melhoria do desempenho acadêmico, particularmente na relação pedagógico-administrativa.

Uma vez que a autoavaliação tenha conseguido mostrar a percepção que a Instituição tem de si mesma, envolvendo todos os segmentos institucionais, e que tenham sido identificados os seus êxitos, o que pode ser melhorado e os aspectos que necessitarão ser modificados substancialmente, deverá ser elaborado o Plano de Ação e/ou melhorias.

O Plano de Ação e/ou melhorias será o elemento-chave para a transformação positiva da realidade, permitindo uma visualização efetiva dos esforços necessários para se buscar a qualidade institucional. A partir do complexo processo de avaliação, o Plano de Ação poderá promover a articulação do que foi idealmente imaginado com a realidade. Isso significa que, à medida que se propõe a responder a perguntas básicas para transformar ideias em realidade, possibilitará o estabelecimento de prazos, responsabilidades e recursos, criando medidas para o acompanhamento das soluções.

Como resultado prático de ações de avaliação a serem implementadas na Faculdade, pretende-se então adotar as necessárias decisões sobre os cursos que deverão receber investimentos em infraestrutura e quais incentivos deverão ser dados à criação de projetos na área de ensino, iniciação científica e extensão que levem alunos e professores ao desenvolvimento integrado de novas metodologias de trabalho.

### **1.8 Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações**

Finalizada a tabulação e análise dos resultados da Avaliação Institucional, serão gerados relatórios encaminhados à Direção e demais setores envolvidos.

A CPA tem um período fixado para promover a discussão do resultado da Avaliação, conjuntamente com os dirigentes das áreas acadêmica, administrativa, professores, lideranças de alunos e representantes da sociedade civil.

Nesse período, serão discutidas, em especial, as considerações e recomendações obtidas. A partir desse trabalho, durante as etapas de planejamento das atividades institucionais (acadêmicas e administrativas), os resultados da Autoavaliação serão considerados como indicativos de ações a serem implementadas, visando às melhorias indicadas. Assim, o relatório final com seu diagnóstico e recomendações servirá de base para o aprimoramento das ações, tendo em vista atingir os fins colimados pelos gestores, considerando-se a missão institucional, o planejamento estratégico e este PDI.

As mais recentes tendências de avaliação institucional estão baseadas em uma concepção que tem como eixo central a vocação da IES e os processos pelos quais

busca realizá-la. Essa concepção está presente na proposta do SINAES. Trata-se de nortear a avaliação pelo modo como a instituição traça seus caminhos para alcançar seus objetivos. Não se esgota, pois, em um modelo que retrate estaticamente a organização, mas em uma proposta que busca entender e explicar o que acontece na instituição e por que acontece, com o intuito de aprimorar a sua trajetória para que se realize a sua missão, impactando o processo de gestão da IES.

Os processos de avaliação institucional compreendem dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa.

No primeiro, a instituição reconstrói a imagem que tem de si mesma, reunindo suas percepções e os dados que as baseiam. É um momento de elaboração do que vem sendo denominado de autoavaliação, seguido da construção de um plano de ação, isto é, a definição dos aspectos que podem ser melhorados para aumentar o grau de realização da sua missão, objetivos e diretrizes institucionais e/ou de sua eficiência organizacional.

O segundo momento, o da avaliação externa, é aquele em que essa visão é discutida por uma comissão externa nos atos de autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento de curso e credenciamento da instituição. As comissões externas, ao interagir com os diferentes setores da instituição, também realizam um processo de avaliação à medida que discutem a visão que a instituição tem de si mesma e apresenta recomendações para seu desenvolvimento.

É evidente que a instituição vive inserida em um contexto social concreto, no qual promove intervenções e no qual busca elementos para seu crescimento e melhoria. Por essa razão, serão consideradas estratégicas as relações com os processos periódicos de avaliações externas. Essa concepção dinâmica de avaliação institucional se assenta sobre uma matriz referencial de dimensões, cuja marca é a integração, os quais têm provocado mudanças inovadoras na Faculdade.

Tal matriz relaciona as dimensões “imateriais” da instituição (ensino, iniciação científica, extensão, gestão e clima) com as dimensões relativas aos elementos concretos que lhes dão vida e materialidade (corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo, processos, recursos materiais e recursos financeiros). Todas essas dimensões são focadas em uma dimensão maior, que pode ser denominada de missão, vocação e objetivos da instituição.

A dinâmica desses dois momentos da avaliação, interno e externo, não pode ser condensada em um único modelo que retrata estatisticamente a instituição, mas em uma proposta que busca entender e explicar o que acontece e por que acontece, com o intuito de aprimorar a trajetória da Faculdade para que realize a sua missão. Por isso é colocada, no centro do processo, a integração organizacional, ou seja, como seus diferentes elementos interagem para a obtenção dos fins desejados.

Dessa forma, a Avaliação Institucional da Faculdade desde sua criação, está fortalecida com a decisão política que a prioriza como forma de diagnóstico e garantia da qualidade em educação. Assim, o processo avaliativo na IES obedecerá aos princípios legais da avaliação estando dentre eles a elaboração de relatórios, previstos também no planejamento da CPA, que deverão contemplar versões Parcial e Integral (Final).

**Versão Parcial:** Os relatórios parciais deverão contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA nos dois primeiros anos do ciclo avaliativo na IES, explicitando os eixos trabalhados.

**Versão Integral:** O relatório integral/final deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no último ano do ciclo avaliativo da IES, bem como discutir o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão.

**Periodicidade:** De acordo com o procedimento padrão da IES e seguindo as determinações legais, a partir do ano de início do ciclo avaliativo da IES, o Relatório de Autoavaliação é inserido anualmente em aba própria no Sistema e-Mec.

Nos dois primeiros anos o relatório é inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, é inserido em sua versão integral/final, conforme segue:

- até 31 de março do ano subsequente ao primeiro ano do processo avaliativo, inserção do 1º Relatório Parcial;
- até 31 de março do ano subsequente ao segundo ano do processo avaliativo, inserção do 2º Relatório Parcial;
- até 31 de março do ano subsequente ao terceiro ano do processo avaliativo, inserção do Relatório Integral/Final.

Assim, a Faculdade, à luz do seu Projeto Educativo, Missão, Visão e Valores, tem como principal instrumento de gestão o seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. O documento traz claramente metas e objetivos que auxiliam no processo de gestão e projeções futuras, subsidiado pelos resultados da avaliação institucional nas vertentes da AUTOAVALIAÇÃO destacados a seguir a partir dos seguintes eixos: Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão e Infraestrutura Física, e AVALIAÇÃO EXTERNA, cujos resultados geram subsídios para a ação dos Planos de Melhorias.

## EIXO II

Desenvolvimento Institucional



2022/2026

## 2- Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional

Para bem cumprir seu papel na sociedade e em consonância com as diretrizes definidas pela Entidade Mantenedora, a Faculdade Regional de Uberaba tem seu Plano de Desenvolvimento Institucional orientado por sua missão, visão e valores:

### 2.1 Missão

*“Formar profissionais competentes, com sólida formação geral, habilitados ao eficaz desempenho de suas funções, do cultivo de valores éticos, humanos e de responsabilidade social visando à construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária.”.*

### 2.2 Visão

*Ser uma Instituição de Educação Superior de referência na região e no Estado de Minas Gerais, buscando o contínuo aprimoramento e desenvolvimento do ensino e da extensão e da Iniciação Científica.*

### 2.3 Objetivos

São objetivos da Faculdade Regional de Uberaba:

- ✓ Garantir a efetividade da Avaliação Institucional como instrumento de gestão;
- ✓ Assegurar que a comunidade acadêmica perceba a Avaliação Institucional como instrumento participativo no aperfeiçoamento da Instituição;
- ✓ Assegurar que a missão, os objetivos, as metas e os valores da Instituição estejam contemplados nas políticas de ensino e extensão;
- ✓ Implementar o Programa de Nivelamento;
- ✓ Implementar a Gestão do Corpo Docente e Técnico –administrativo;
- ✓ Garantir a sinergia entre os cursos de graduação e pós-graduação;
- ✓ Garantir um bom desempenho acadêmico;
- ✓ Garantir eficácia nos processos de comunicação internos e externos;
- ✓ Garantir infraestrutura física laboratorial, de biblioteca, tecnológica, salas de aula e administrativa que atenda às necessidades dos cursos ofertados;
- ✓ Capacitar o Corpo Técnico Administrativo e Docente;
- ✓ Garantir um bom Clima Organizacional;

- ✓ Buscar Inovação Tecnológica Contínua;
- ✓ Garantir a Rentabilidade;
- ✓ Implementar ações institucionais internas transversais a todos os cursos ofertados;
- ✓ Implementar ações institucionais externas por meio de projetos de responsabilidade social;

## 2.4 Valores

Para cumprir sua missão, as ações da Faculdade Regional de Uberaba são orientadas por princípios que caracterizam sua crença sobre as necessidades do ser humano, destacando-se os seguintes valores:

- ✓ Integridade;
- ✓ Competência;
- ✓ Aspiração de crescimento profissional, pessoal e institucional;
- ✓ Valorização de desempenho;
- ✓ Integração;
- ✓ Comprometimento com a comunidade; e
- ✓ Vocação para prestar serviços.

## 2.5 Planejamento e Linhas de Ação

A proposta de desenvolvimento institucional contínuo da Faculdade está fundamentada na sua missão, nos seus objetivos e metas institucionais, como também na competitividade de mercado no segmento da educação superior, e abrange especificamente a graduação (bacharelado, licenciatura, tecnologia) e pós-graduação.

Com vistas à projeção para o aperfeiçoamento da estrutura acadêmica e o constante crescimento institucional, são apresentados os objetivos e as metas, a partir de políticas internas, delineando o que a Faculdade pretende alcançar no período contemplado neste Plano de Desenvolvimento Institucional, as quais se traduzirão em ações transversais a todos os cursos ofertados, a partir das áreas de atuação estabelecidas em seu Planejamento Estratégico, a seguir:

## 2.6 Objetivos e Metas Institucionais

Os objetivos e metas foram estabelecidos a partir das áreas estratégicas de atuação (Ensino, Extensão, Iniciação Científica, Pessoas, Inovação, Financeira e Processos Internos) estabelecidas em reunião colegiada dos gestores.

**Quadro 1 - OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS ESTABELECIDAS PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI.**

Eixo	Objetivo	Metas
I – Planejamento e Avaliação Institucional	<ul style="list-style-type: none"><li>- Garantir a efetividade da Avaliação institucional como instrumento de gestão.</li><li>- Assegurar que a comunidade acadêmica perceba a avaliação institucional como instrumento participativo no aperfeiçoamento da instituição.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Revisar continuamente os instrumentos de autoavaliação, bem como o projeto e regulamento da CPA.</li><li>- Garantir a participação crescente da comunidade acadêmica na autoavaliação institucional.</li><li>- Fazer com que diretores, coordenadores, gestores e supervisores utilizem os resultados da avaliação institucional na elaboração de suas estratégias para o setor (Relatório da Autoavaliação, Relatórios de Avaliação Externa, Questionário do Estudante - ENADE).</li><li>- Garantir o desenvolvimento e a perpetuidade das ações de sensibilização sobre a importância da Avaliação institucional para alcance de melhorias.</li><li>- Garantir que os resultados da Avaliação (interna e externa) sejam divulgados e apropriados pela comunidade acadêmica.</li></ul>

<p>II – Desenvolvimento Institucional</p>	<p>Assegurar que a missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estejam contemplados nas políticas de ensino, de extensão, iniciação científica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementar as políticas de ensino, de extensão e de iniciação científica em consonância com a missão, objetivos, metas, valores institucionais e o previsto neste PDI.</li> <li>- Mapear e automatizar os processos de Secretaria.</li> </ul>
<p>III – Políticas Acadêmicas</p>	<p>Implementar o Programa de Nivelamento</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar a gestão do corpo docente e técnico-administrativo.</li> <li>- Garantir a sinergia entre os cursos de graduação e pós- graduação.</li> <li>- Garantir um desempenho acadêmico.</li> <li>- Garantir eficácia nos processos de comunicação internos e externos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir o comprometimento dos alunos com o Nivelamento.</li> <li>- Garantir a satisfação dos docentes.</li> <li>- Garantir a alocação do corpo técnico-administrativo de acordo com o perfil comportamental e aptidão.</li> <li>- Assegurar que os cursos de pós-graduação lato sensu tenham sinergia com os cursos de graduação e estejam voltados às demandas socioeconômicas da região.</li> <li>- Garantir bons resultados do ENADE e conceitos dos cursos de graduação.</li> <li>- Assegurar o uso de TIC's, metodologias ativas e práticas interdisciplinares, nos cursos de graduação e pós-graduação.</li> <li>- Estimular a produção científica do corpo docente.</li> <li>- Assegurar a realização de práticas efetivas de extensão voltadas ao desenvolvimento socioeconômico da região de abrangência da Instituição.</li> <li>- Garantir visibilidade/participação dos</li> </ul>

		<p>projetos/ações de responsabilidade social.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementar as campanhas e ações de sensibilização da comunidade acadêmica interna sobre o respeito às diferenças (deficiência, faixa geracional, étnico-racial, credo, gênero, nacionalidade e orientação sexual), direitos humanos e educação ambiental.</li> <li>- Estabelecer premiação para reconhecimento de pessoas/instituições que fazem a diferença na área social da IES.</li> <li>- Incentivar a participação do corpo discente em congressos e publicação de artigos em revistas científicas.</li> <li>- Criar fomentar e incrementar a Revista de Iniciação Científica da Faculdade.</li> <li>- Garantir o funcionamento com qualidade dos programas de apoio ao estudante (atendimento psicopedagógico, social, acessibilidade, nivelamento, monitoria e ouvidoria).</li> <li>- Assegurar que os cursos de pós-graduação tenham percentual de mestres e doutores exigidos pela legislação.</li> <li>- Ampliar o uso de ferramentas e de meios de comunicação para divulgação de informações.</li> <li>- Elaborar até o final da vigência deste PDI, um plano de comunicação institucional.</li> </ul>

IV – Políticas de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitar o Corpo Técnico-Administrativo e Docente.</li> <li>- Garantir um bom Clima Organizacional.</li> <li>- Buscar Inovação Tecnológica Contínua.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a representatividade da comunidade acadêmica nos órgãos colegiados da Instituição (Comitê de Gestão, Colegiados de Cursos e CPA).</li> <li>- Capacitar o pessoal docente e técnico-administrativo.</li> <li>- Promover condições institucionais para a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos e culturais que ampliem a visão de mundo dos docentes e dos funcionários administrativos.</li> <li>- Incentivar o uso da comunicação não agressiva.</li> <li>- Garantir a existência de ambientes que promovam a convivência e a integração das equipes de trabalho.</li> <li>- Ampliar e modernizar o acesso à rede Wifi.</li> <li>- Ampliar os recursos tecnológicos para atendimento às pessoas com deficiência.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a Rentabilidade;</li> <li>- Implementar ações institucionais internas transversais a todos os cursos ofertados;</li> <li>- Implementar ações institucionais externas por meio de projetos de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar a oferta de cursos de Pós-graduação no período de vigência deste PDI.</li> <li>- Buscar alternativas para implantar, no período de vigência deste PDI, os cursos propostos no cronograma.</li> <li>- Assegurar a enturmação média nos cursos para viabilizar o funcionamento das turmas.</li> <li>- Realizar manutenções preventivas para redução dos custos com substituição dos</li> </ul>

	responsabilidade social.	<p>equipamentos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reduzir a evasão.</li> <li>- Ampliar receitas alternativas.</li> <li>- Desenvolver ações institucionais transversais a todos os cursos ofertados, tais como: Semanas Acadêmicas, Fóruns de Iniciação Científica, Oferta de Disciplinas de um núcleo comum, Projetos de Extensão comuns aos cursos ofertados.</li> <li>- Desenvolver projetos de extensão e responsabilidade social junto as comunidades de entorno da IES, tais como: Saúde nos Bairros, Palestras sobre alimentação Saudável, Práticas Regulares de Atividades Física, Ruas de Laser, etc.</li> </ul>
V- Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir infraestrutura física laboratorial, de biblioteca, tecnológica, salas de aula e administrativa que atenda às necessidades dos cursos ofertados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter um acervo com títulos das bibliografias, básica e complementar, por unidade curricular, em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos cursos.</li> <li>- Ampliar, no período de vigência deste PDI, a infraestrutura de tecnologia de comunicação e informação para atender qualitativamente os cursos.</li> <li>- Melhorar a infraestrutura física e de mobiliário para atendimento às atividades dos cursos e atividades administrativas.</li> </ul>

## 2.7 Áreas de atuação acadêmica

A Faculdade Regional de Uberaba em conformidade com o artigo 44 da Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), pode ofertar os seguintes cursos e programas:

- ✓ de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- ✓ sequenciais, por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente;
- ✓ de pós-graduação, compreendendo cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; e
- ✓ de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Através destes, a Faculdade compromete-se a construir propostas alternativas aos grandes desafios da sociedade contemporânea, cumprindo sua responsabilidade pedagógica e profissionalizante, além de exercer suas atividades como instituição social.

A IES atua nas áreas de ensino de graduação, pós-graduação Lato Sensu, iniciação científica e extensão. A extensão permite a articulação entre ensino e sociedade por meio de ações comunitárias, prestação de serviços e oferta de cursos integrando as diversas áreas do conhecimento. A pós-graduação permite a formação de recursos humanos qualificados para atender às demandas sociais amplia as relações da Faculdade com a comunidade científica mundial. A iniciação científica é um programa de incentivo que contribui para a inserção do aluno na carreira acadêmica e aquisição de novos conhecimentos.

A missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição expressos neste PDI, comunicam-se com as políticas de ensino, de extensão e de iniciação científica de forma a traduzirem-se em ações institucionais internas, transversais a todos os cursos, e externas, por meio dos projetos de responsabilidade social desenvolvido pela IES.

## 2.8 Planejamento Didático-Instrucional e Política de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação

Para atender à sua missão, aos princípios e às diretrizes definidas em seus documentos institucionais, a Faculdade Regional de Uberaba oferece cursos de graduação, de pós-graduação lato sensu e cursos de extensão, tendo sua política de ensino apoiada nos seguintes referenciais:

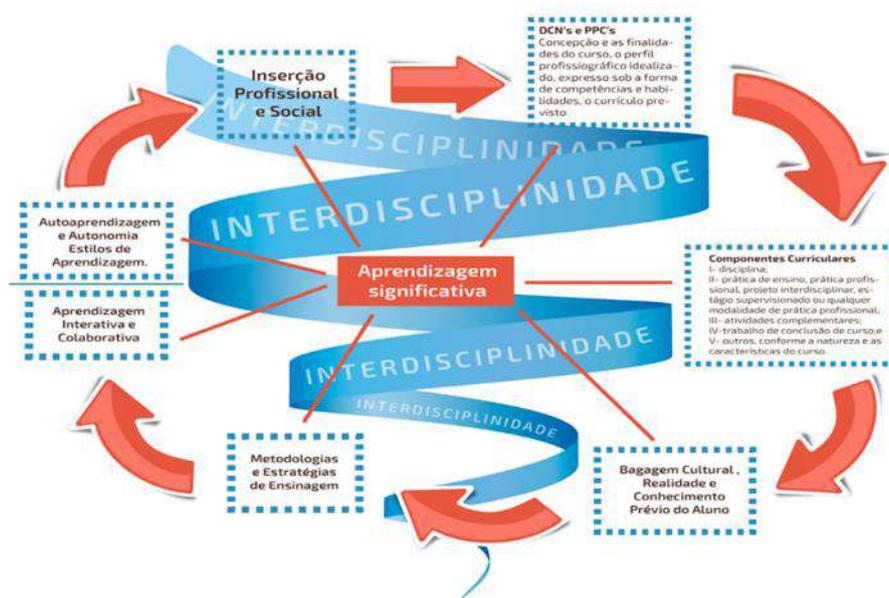
**Autoaprendizagem:** A Faculdade incentivará os professores à prática de metodologias ativas de aprendizagem para que o aluno já não seja mais um agente passivo do processo, mas protagonista da aprendizagem no processo de interação na qual o professor é um facilitador do processo de construção do conhecimento. O Plano de Aprendizagem dos Componentes Curriculares com os conteúdos conceituais deverá ser disponibilizado pelos professores, no início do semestre letivo, para que os alunos planejem sua vida acadêmica, antecipando seus estudos. O professor deve indicar em seu planejamento as estratégias de ensinagem<sup>1</sup> que buscam favorecer a autoaprendizagem. O desenvolvimento do espírito crítico e reflexivo previsto nos objetivos gerais e no perfil do egresso serão trabalhados nos estudos de caso, estágios, atividades complementares, bem como em outras atividades.

**Aprendizagem Significativa:** os projetos pedagógicos e as práticas pedagógicas devem ser desenvolvidos ancorados na perspectiva do desenvolvimento da aprendizagem significativa pelo aluno. O conhecimento prévio trazido pelo aluno deve interagir com o novo conhecimento de forma a produzir mudanças significativas na estrutura cognitiva existente, ocasionando a aprendizagem significativa. Segundo Ausubel et al (1980, p.34), citado por SILVA, S. de C. R. da; SCHIRLO, A. C. (2014, p.42), “a aprendizagem significativa envolve a aquisição de novos significados e os novos significados, por sua vez, são produtos da aprendizagem significativa”. Essa abordagem da aprendizagem significativa está voltada, portanto, para a articulação da teoria com a prática; para a integração dos conhecimentos por meio da interdisciplinaridade; e inserção dos alunos em contextos da realidade profissional.

---

<sup>1</sup> Termo adotado para significar uma situação de ensino da qual necessariamente decorra a aprendizagem, sendo a parceria entre professor e alunos, condição fundamental para o enfrentamento do conhecimento, necessário à formação do aluno durante o cursar da graduação.

## APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA



**Incentivo ao Empreendedorismo:** o empreendedorismo é entendido como uma atitude transformadora diante de oportunidades empresariais, culturais ou sociais. Como forma de incentivo e desenvolvimento do espírito empreendedor nos alunos, a temática Empreendedorismo é tratada em todos os cursos de graduação. A atitude empreendedora é um importante componente e diferencial tanto para o profissional que pretende ter o seu próprio negócio, como para aquele que vai atuar como funcionário.

**Educação Virtual:** instrumento metodológico de flexibilização e de modernização que possibilita uma maior interação entre os alunos e professores. A Faculdade objetiva que toda disciplina ofertada de maneira presencial seja enriquecida por meio da disponibilização de materiais complementares em uma Ambiente Virtual de Aprendizagem, onde os alunos por se tornar sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem.

**Inserção social:** os projetos pedagógicos da Faculdade contemplam processos de aprendizagem que estimulam a compreensão da sociedade e da cultura, bem como a busca de soluções para os principais problemas socioambientais contemporâneos, por

meio de ações participativas. A formação ética e o exercício da cidadania e da responsabilidade social são valorizados nos cursos da IES.

**Responsabilidade Social e Sustentabilidade:** os projetos pedagógicos dos cursos de graduação devem estimular a capacidade de promover transformações duradouras que conciliem o bem-estar social, a viabilidade econômica e a conservação ambiental.

Esses quesitos devem integrar os componentes curriculares dos cursos de modo transversal, contínuo e permanente.

Desta forma, a concepção de currículo da Faculdade define que a estrutura curricular de cada curso deva ser elaborada a partir do seu próprio Projeto Pedagógico (PPC), o qual deve atender aos princípios delineados neste PDI e nas diretrizes curriculares nacionais específicas.

A estrutura curricular adotada, diferentemente do modelo curricular tradicional, que privilegia uma formação rigidamente sequenciada em períodos, deve ser organizada por um modelo flexível de aprendizagem. Essa organização curricular fundamenta-se em uma visão interdisciplinar, transversal e transdisciplinar da educação e dos conteúdos necessários à formação acadêmica, dispostos a partir das capacidades e habilidades exigidas para a formação pretendida para os alunos.

Devem ainda ser observados os seguintes aspectos:

- As cargas horárias limites para as matrizes curriculares não podem ser inferiores ao estipulado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- O nivelamento deve ser uma Atividade Complementar facultativa;
- Nos projetos de cada curso, deve estar prevista a carga horária adicional destinada a outras Atividades Complementares específicas do curso;
- Nos projetos de cada curso, deve ser garantida a oferta de 10% de atividades de caráter extensionistas;
- As cargas horárias e as normas destinadas à prática do Estágio Supervisionado (conforme Diretrizes Curriculares do Curso) e à elaboração do TCC devem ser construídas respeitando-se as especificidades de cada curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais para graduação;
- Cumprimento das legislações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial: a Temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena deve ser tratada nas disciplinas e atividades curriculares do curso,

atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004. Da mesma forma a IES e seus cursos deverão desenvolver projetos de extensão e de responsabilidade social que visem a preservação da memória e do patrimônio cultural de Uberaba, bem como deve desenvolver atividades afirmativas que visem incentivar grupos de produção artística e cultural da região.

- Integração de Educação em Direitos Humanos à matriz curricular de forma transversal, contínua e permanente, atendendo às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012.
- Acessibilidade arquitetônica e atitudinal, atendendo à legislação sobre condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003 e Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- Inserção da disciplina Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como optativa para cursos de tecnologia e bacharelado, e obrigatória para cursos de licenciatura, atendendo ao Decreto Nº 5.626/2005.
- Integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente, atendendo à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e ao Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

Desta forma estabelecem-se abaixo as seguintes **políticas de ensino**, de **graduação e pós-graduação** na IES:

- Cumprimento da legislação educacional e das Diretrizes Curriculares Nacionais direcionadas a cada curso;
- Formação Integral do ser humano;
- Ensino e aprendizagem com qualidade;

- Sintonia com o mercado de trabalho;
- Currículo atualizado, contextualizado, flexível, interdisciplinar e fundamentado no desenvolvimento de competências;
- Certificação Intermediária, nos Cursos Superiores de Tecnologia, como forma do aluno usufruir efetivamente dos saberes construídos, à medida que finaliza módulos de aprendizado;
- Metodologia de ensino fundamentada na Andragogia e ação do aprendiz;
- Avaliação diagnóstica, formativa, contínua e somativa;
- Avaliação baseada na teoria do desenvolvimento de competências;
- Articulação entre teoria e prática;
- Co-responsabilidade dos sujeitos, professor e aluno, envolvidos no processo ensino-aprendizagem;
- Processo de ensino-aprendizagem integrado com a extensão;
- Compromisso com a permanência dos alunos na IES, reduzindo os índices de evasão;
- Planejamento do processo ensino-aprendizagem baseado no Projeto Pedagógico do Curso e no PDI;
- Incentivo à empregabilidade;
- Incentivo à autonomia e à formação continuada;
- Monitoramento, avaliação e reformulações necessárias do currículo e processo de ensino-aprendizagem;
- Infraestrutura adequada às necessidades dos cursos;
- Formação continuada do corpo docente;
- Investimento na formação do aluno, buscando a excelência acadêmica, a compreensão política por meio do desenvolvimento do ensino e da extensão;
- Valorização do magistério e do pessoal técnico-administrativo;
- Constante melhoria das instalações físicas, modernização dos equipamentos e da biblioteca; e
- Atendimento às necessidades sociais da região na qual se encontra inserida, fomentando o desenvolvimento das ciências, das artes e das atividades de lazer.

### **2.8.1 Política de Avaliação do Processo Ensino- Aprendizagem**

A avaliação inclui uma série de atividades elaboradas para analisar a aplicação geral de um programa, componentes de aula ou objetivos. Além disso, a avaliação

permite que o professor verifique até que ponto as metas e os objetivos do curso foram atingidos. Ela fornece ao professor informações necessárias para melhorar elementos deficientes em uma sala ou encontro de equipes de aprendizagem interativa e para ampliar práticas eficazes. A avaliação pode ajudar na comunicação de informações de impacto às pessoas interessadas nos resultados. No entanto, a avaliação é mais do que definir objetivos comportamentais, elaborar um teste ou analisar resultados.

Existem diversas concepções de avaliação da aprendizagem entre os estudiosos da área. Para a Faculdade Regional de Uberaba a avaliação deve ser considerada em uma perspectiva mais ampla, envolvendo a apreciação de aspectos qualitativos, não limitando-se somente à apreensão de conteúdos e tampouco aos resultados quantitativos obtidos pela aplicação de provas e testes.

Não se considera a prova, embora não a exclua, como o único instrumento válido e confiável de avaliação, uma vez que existem outras possibilidades. A avaliação é definida como um procedimento sistemático e abrangente em que se utilizam múltiplos instrumentos, tais como: questionários, provas escritas, provas orais, portfólios, apresentações, trabalhos em grupo, autoavaliação, entre outros, para avaliar a trajetória acadêmica e pessoal do estudante.

Os professores da Faculdade devem se atentar ao perfil dos alunos, aos diferentes estilos de aprendizagem e às necessidades educacionais especiais que porventura existam na turma. Vasconcelos (1998) aponta critérios que devem ser observados pelo professor para a elaboração dos instrumentos avaliativos, são eles:

- *Reflexivos: que levem a pensar, a estabelecer relações, superar a mera repetição de informação [...];*
- *Essenciais: ênfase naquilo que é fundamental, nos conteúdos realmente significativos, importantes, em consonância com a proposta de ensino;*
- *Abrangentes: o conteúdo da avaliação deve ser uma amostra representativa do que está sendo trabalhado, a fim de que o professor possa ter indicadores da aprendizagem do aluno na sua globalidade; Contextualizados: a contextualização (texto, gráfico, tabela, esquema, figura, etc.) é que permite a construção do sentido do que está sendo solicitado [...];*
- *Claros: dizendo bem o que quer. [...];*
- *Compatíveis: no mesmo nível do dia-a-dia: nem mais fácil, nem mais difícil [...].*

(VASCONCELLOS, 1998, p. 68-69).

No processo da avaliação do ensino-aprendizagem consideram-se como prioritários os seguintes aspectos:

- Indissociável: ser coerente com o Projeto Pedagógico de Curso;
- Objetiva: ser planejada de acordo com o perfil profissional delineado no PPC;
- Contínua: ocorrer ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem; e
- Abrangente: analisar, também, o desempenho docente e dos demais profissionais envolvidos na formação do acadêmico.

Struyven, 2005 (citado por Garcia, 2009), defende que existe uma relação direta entre a avaliação e as formas de aprendizagem dos alunos da educação superior.

De modo amplo, pode-se afirmar que existe relação entre as formas de avaliação adotadas pelos professores e as atitudes de aprendizagem apresentadas pelos alunos na graduação. Diferentes tipos de avaliação tendem a determinar a atitude de aprendizagem dos estudantes. (STRUYVEN et all, 2005, apud GARCIA, 2009).

Com base nessa afirmativa a Faculdade vem investindo na formação dos professores para que se rompa em definitivo com o padrão de avaliação voltada somente à classificação, tendo a nota como aspecto principal e consigam modificar sua postura em sala de aula.

Ao final de cada atividade avaliativa o professor realiza uma análise pedagógica para identificar o desempenho da turma/aluno a partir das competências e habilidades previstas para a respectiva atividade. Os resultados dessa análise subsidiam a elaboração de ações concretas para contribuir com a melhoria da aprendizagem.

O *feedback* das atividades avaliativas é considerado também como momento de aprendizagem pelo aluno e deve ocorrer em todas as atividades realizadas pelos alunos.

É considerado aprovado em curso de graduação o aluno que obtiver, concomitantemente, como resultado final 75% (setenta e cinco por cento) ou mais de frequência, nas disciplinas presenciais, e 60% (sessenta por cento) ou mais dos pontos distribuídos, sendo que as referidas apurações se dão em cada disciplina, presencial e on-line, ressalvados os componentes relacionados a seguir, cujo sistema de avaliação está disciplinado em regulamento específico: Atividades Complementares, Prática de Ensino, Projeto Interdisciplinar ou Prática Profissional, Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso.

Para os alunos com necessidades educacionais especiais são disponibilizadas

atividades avaliativas com o tamanho da fonte ampliada; ampliação do tempo para alunos com deficiência intelectual, transtorno global do desenvolvimento e deficiência auditiva, e a flexibilidade de correção das avaliações.

Sempre que solicitado e, comprovada a necessidade, para realização de atividades avaliativas serão disponibilizados profissionais especializados para acompanhamento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A lista abaixo representa os padrões da Faculdade para avaliação do desempenho de um aluno. Esses padrões devem ser incorporados a toda e qualquer avaliação feita pelo professor:

- Todos os aspectos do desempenho de um aluno devem ser avaliados conforme especificado no plano de ensino da disciplina;
- O professor deve, no mínimo, garantir que o método selecionado para atribuição de nota ou conceito seja claramente entendido pelo aluno. O método deve explicar como cada conceito é determinado e delinear o que o aluno deve fazer para alcançar um conceito;
- A crítica construtiva ao aluno deve ser oportuna e contínua;
- Os alunos devem ser informados logo no início da disciplina sobre os critérios de desempenho;
- Os conceitos devem basear-se em critérios imparciais que avaliem o desempenho no decorrer da disciplina.

Para além dessas premissas norteadoras, a Faculdade adota um sistema de avaliação que prioriza as competências desenvolvidas em processos de formação ou a partir da experiência profissional, tendo como foco a verificação de conhecimento, habilidades e atitudes desenvolvidas nesses processos ou no trabalho.

Neste sentido, o desenvolvimento de um currículo flexível, fez todo sentido para região de Inserção da IES, uma vez que neste currículo o estudante tem seu percurso formativo alicerçado no desenvolvimento pessoal, social e profissional. Para tanto, a estrutura curricular se configura em torno de saberes que são traduzidos pelas seguintes indagações: o que é necessário saber? (conhecimento); o que se deve saber fazer? (habilidades); de que forma se deve ser? (atitudes); como aprender a apreender? (metacognição).

Essa constituição de competências no bojo do ensino superior implica uma avaliação de caráter investigativo dos processos, posturas e produtos, o que requer o uso de técnicas e instrumentos associados às experiências de aprendizagem oportunizadas aos estudantes e, por conseguinte, coerentes às dimensões do

indivíduo, cidadão e profissional, enquanto premissas do nosso projeto acadêmico.

Nesse íterim, a avaliação formativa a serviço da aprendizagem dos estudantes se apresenta enquanto concepção mediante os seguintes princípios:

- Diagnosticar o desenvolvimento do aluno no processo interativo em sala de aula;
- Reorientar a ação do estudante a partir do feedback e da autorregulação.

Dessa maneira, toda a Faculdade ao pensar na avaliação em si, entende que alguns preceitos **inovadores** devem estruturar esse conceito, sendo eles: a zona de desenvolvimento proximal, o erro na perspectiva construtiva, a dialogicidade e o feedback, a autonomia e autorregulação.

Tais conceitos exigem uma ruptura epistemológica com o modelo positivista que privilegia o resultado em detrimento do processo. O de zona de desenvolvimento proximal possibilita um novo território de ação, ao considerar “o conhecimento como processo polifônico e plural, o desenvolvimento do indivíduo como um processo marcado pelas interações sociais e por descontinuidades evolutivas e, ambos na fundação de um novo equilíbrio entre o individual e o coletivo”

### 2.8.2 Trabalho de Conclusão de Curso

Todo aluno regularmente matriculado na Faculdade Regional de Uberaba em curso de graduação em que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório para obtenção do grau respectivo, precisa elaborar um trabalho final orientado por um professor pertencente ao quadro docente.

Na Faculdade a modalidade (artigo científico de revisão bibliográfica, relato de experiência, monografia, estudo de caso, etc.) correspondente a essa atividade será definida em cada Projeto Pedagógico de Curso, observado o disposto nas Diretrizes Curriculares respectivas, tendo em vista que o TCC consiste em um instrumento que possibilita ao acadêmico a oportunidade de demonstrar o conhecimento adquirido ao longo do curso.

A regulamentação e definição da forma de TCC da Graduação e da Pós-graduação estão definidas em regulamento e políticas próprias.

### 2.8.3 Política de Estágio

O estágio supervisionado é uma atividade de caráter pedagógico e profissional, que articula a relação entre a instituição de ensino, o aluno e o mundo do trabalho, experiência que integra a estrutura curricular dos cursos a um projeto educacional. A IES estimula a formação de um profissional preparado, seguro, crítico e criativo, criando possibilidades para enfrentar desafios e explorar as oportunidades que o mercado de trabalho oferece.

Entende-se por Prática Profissional a atividade curricular, obrigatória, que alunos regularmente matriculados realizam na Faculdade ou em organizações parceiras, conveniadas, ligadas à área de conhecimento de seus cursos, sob a orientação de professores vinculados à IES.

Os Estágios Supervisionados Obrigatórios se caracterizam por atividades de prática pré-profissional, exercidas em situações reais de trabalho, sem vínculo empregatício. As atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório e/ou Prática Profissional constam da matriz curricular do Projeto Pedagógico, quando assim determinarem as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso e são realizadas sob orientação de um docente.

É obrigatória, para participação na cerimônia de colação de grau e recebimento do diploma, a integralização da carga horária total e aprovação no estágio Supervisionado Obrigatório, quando constar da matriz curricular do curso, podendo incluir as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades. Os estágios são coordenados pelos Coordenadores de Curso e supervisionados por docentes designados pela Direção, ouvido o Coordenador do Curso.

O Regulamento para as atividades de Estágio e/ou Prática Profissional observa as particularidades da atividade profissional específica e se orienta de modo a proporcionar aos alunos a articulação da teoria e prática no ambiente de trabalho.

### 2.8.4 Política de Atividades Complementares

As Atividades Complementares (AC) têm como objetivo geral flexibilizar a formação acadêmica e profissional proporcionada pelos currículos dos cursos de graduação, oportunizando aos alunos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, articulando os conteúdos teóricos e a prática.

As AC integram a parte flexível dos currículos dos cursos de graduação, ministrados pela Faculdade, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a

obtenção do diploma, nos termos dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e da legislação vigente.

As AC devem ser realizadas durante a graduação, no total de carga horária prevista no projeto pedagógico de cada curso e 100% (cem por cento) da sua carga horária cumprida até o final do último período do curso.

O aluno que não cumprir as horas de Atividades Complementares previstas para seu curso não tem direito a colar grau e/ou receber o Diploma de Graduação, mesmo que tenha obtido aprovação em todos os componentes curriculares regulares da matriz na qual se encontra inserido.

As Atividades Complementares são coordenadas, em cada curso, pelo Coordenador de curso ou por quem a direção indicar.

As Atividades Complementares são classificadas, conforme sua natureza, em 5 (cinco) categorias: Ensino e Enriquecimento Curricular; Pesquisa e Produção Científica; Extensão; Socioculturais, Artísticas e Esportivas; Nivelamento.

O aluno é obrigado a fazer atividades de pelo menos 3 (três) categorias;

A regulamentação e definição das atividades complementares e formas de aproveitamento das mesmas devem ser definidas em regulamento próprio de cada curso.

## 2.9 Políticas e Práticas de Pesquisa ou Iniciação Científica e Inovação Tecnológica

As políticas e as práticas de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural são elementos constitutivos da Faculdade Regional de Uberaba.

A política de Iniciação Científica da Faculdade tem por objetivo ser um programa de incentivo à pesquisa que contribua para a inserção do aluno de graduação/ pós-graduação na carreira acadêmica. Esse programa se pautará pelo estímulo à investigação científica e tecnológica na Instituição, por meio da avaliação de projetos e concessão de recursos.

Assim, na Faculdade Regional de Uberaba, o programa será destinado aos alunos que demonstrem potencial e interesse em participar ativamente de atividades de iniciação científica e tecnológica, sob a coordenação de professores qualificados, conforme abaixo:

- ✓ **Programa de Iniciação Tecnológica:** entende-se a pesquisa focalizada e contextualizada na aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos e que se orienta para a geração, o desenvolvimento, a adaptação, o aperfeiçoamento, a avaliação ou a inovação de tecnologias e aplicativos. Essas

mediações concernem processos, padrões, materiais, produtos e prestação de serviços e estão presentes em diversas atividades profissionais, tais como: planejamento, gestão, produção, prevenção, controle, preservação, conservação, recuperação, avaliação, monitoramento e análise de resultados e impactos, sejam eles sociais, econômicos, culturais ou ambientais.

- ✓ **Programa de Iniciação Científica:** é um instrumento que permite introduzir os estudantes de graduação na pesquisa científica. O programa coloca o aluno desde cedo em contato direto com a atividade científica e permite engajá-lo na pesquisa. A iniciação científica define-se assim como um instrumento de formação de recursos humanos qualificados. Voltado para o aluno de graduação e servindo de incentivo à formação de novos pesquisadores, privilegia a participação ativa de alunos em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada, individual e continuada.

Com o objetivo de introduzir o aluno à pesquisa no âmbito acadêmico, potencializar novos talentos humanos, gerar conhecimentos e possibilitar o entendimento por parte de alunos de como o conhecimento é construído, o Programa de Iniciação Científica e Tecnológica da Faculdade buscará instaurar sistematicamente a ambiência da pesquisa, em caráter amplo, fazendo interagir a graduação e a pós-graduação, articulando ensino acadêmico, programas de extensão e linhas/projetos de pesquisa.

Serão incentivados projetos de investigação de caráter inter e multidisciplinar, preferencialmente relacionados aos diversos interesses regionais e institucionais, e que visem à melhoria da qualidade de vida da população, assim como ao desenvolvimento científico e tecnológico e à promoção da sustentabilidade, sendo seus resultados divulgados em Revista Científica a ser editada pela IES e no evento Salão de Pesquisa Científica e Tecnológica de Uberaba (evento anual de cunho científico e acadêmico a ser implementado na IES), ambos editados e realizados de forma transversal aos cursos ofertados e configurando-se como os principais mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.

O Programa de Iniciação Científica e Tecnológica da Faculdade tem por objetivos:

- I. Incentivar a participação de alunos dos cursos de Graduação e da Pós-Graduação em projetos de pesquisa de Iniciação Científica – IC;
- II. Desenvolver o pensamento e a prática científica, artística e cultural, com a orientação de professores qualificados;

- III. Contribuir para ampla formação de pesquisadores;
- IV. Contribuir para a melhor ambientação dos alunos na Pós-Graduação;
- V. Possibilitar maior interação entre Graduação e Pós-Graduação;
- VI. Qualificar alunos para os Programas de Pós-Graduação;
- VII. Promover a disseminação e divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas, mediante o estímulo à publicação, conforme a política editorial vigente.
- VIII. Incentivar a reflexão sobre os impactos da pesquisa acadêmica na melhoria da qualidade de vida da sociedade;
- IX. Institucionalizar e sistematizar a pesquisa, incentivando a implementação da política de pesquisa para iniciação científica.

Para dar cumprimento a sua política para iniciação científica a Faculdade Regional de Uberaba, promoverá as seguintes ações:

- ✓ Realizará, anualmente, no segundo semestre letivo, o **SALÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DE UBERABA** - Evento organizado pela Faculdade, que objetiva propiciar o intercâmbio de ideias desenvolvidas para incentivar a comunidade acadêmica na iniciação científica, incentivando assim a divulgação das atividades de estágio e pesquisa desenvolvidas por acadêmicos dos cursos de Graduação das Instituições de Ensino Superior de Uberaba e região sob orientação de professores da instituição de ensino superior de origem;
- ✓ Editará, anualmente, no primeiro semestre letivo, uma **REVISTA CIENTÍFICA** que visa publicar os trabalhos acadêmicos e científicos de alunos e professores, no intuito de difundir as práticas de pesquisa no âmbito da comunidade acadêmica;
- ✓ Incentivará a participação de alunos e professores em eventos científicos promovidos por outras Instituições de Ensino Superior;
- ✓ Reservará verba específica em seu orçamento para incentivo às atividades de pesquisa e iniciação científica.

## 2.10 Políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

A Faculdade Regional de Uberaba como Instituição de Educação Superior, tem como responsabilidade desenvolver seu trabalho com o compromisso de preservar a memória e o patrimônio cultural da comunidade onde está inserida.

Preservar a história e a cultura de um povo é promover a construção e transformação de seu presente de forma consciente, dando sentido à sua existência.

Com essa visão, a Faculdade promove ações em parceria com órgãos e movimentos que visam a esse objetivo.

São políticas da Faculdade:

- **VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE GERACIONAL E DE GÊNERO** - com vistas a garantir uma igualdade de oportunidades para todos, desenvolve uma política humanista, que se viabiliza em procedimentos de operacionalização tecnológica e ambiental, os quais possibilitam a acessibilidade a todos os espaços de uso coletivo na Faculdade. Assim, essa política objetiva à adequada aquisição de conhecimentos e o respeito às diversidades, além da constante preocupação com a melhoria da qualidade de vida, superando paradigmas ultrapassados, preconceitos e mitos, em relação à formação para a cidadania e os direitos humanos. Consta como meta deste PDI realizar campanhas e ações de sensibilização da comunidade acadêmica interna sobre respeito às diferenças (deficiência, faixa geracional, étnico-racial, credo, gênero, nacionalidade e orientação sexual), direitos humanos e educação ambiental e estabelecer prêmio para pessoas/instituições que fazem a diferença na área social da comunidade. Nos componentes curriculares dos cursos de graduação da Faculdade são assegurados conteúdos, atividades e práticas que visam não somente ao desenvolvimento do respeito à diversidade geracional e de gênero, mas, também ao reconhecimento da igualdade. Serão também desenvolvidas ações de incentivo e parcerias com órgãos visando à formação da consciência cidadã e igualitária.

- **EDUCAÇÃO AMBIENTAL** - A preocupação com o meio ambiente é uma constante na Faculdade e está prevista na Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº 6.938/81. Com esta Lei a proteção ambiental deixa de ser considerada responsabilidade exclusiva dos órgãos oficiais de meio ambiente e passa a ser

compartilhada por todos os demais setores da sociedade. A incorporação do conceito de responsabilidade social na gestão e no gerenciamento das empresas tem multiplicado a demanda por profissionais qualificados, para atuar na área de gestão ambiental. Para fazer frente a essa demanda, a Faculdade formará profissionais com senso de administração e conhecimentos voltados para o equilíbrio do meio ambiente e da boa qualidade de vida no planeta, bem como desenvolver atividades de extensão com esse intuito. Ademais, a IES buscará integrar as Diretrizes Curriculares com as políticas relacionadas com a preservação do meio ambiente, estimulando parcerias e intercâmbio de conhecimentos. Também buscará integrar a educação ambiental às disciplinas do curso, de modo transversal, contínuo e permanente, em atendimento à Lei nº 9.795, de 27/04/99 e ao Decreto nº 4.281 de 25/06/2002.

**- PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL E DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA** – A Faculdade como Instituição de Educação Superior, tem como responsabilidade desenvolver seu trabalho com o compromisso de preservar a memória e o patrimônio cultural da comunidade onde está inserida. Preservar a história e a cultura de um povo é promover a construção e transformação de seu presente de forma consciente, dando sentido à sua existência. Com essa visão, a Faculdade promoverá ações em parceria com órgãos e movimentos que visam a esse objetivo. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e difusão da cultura e, desse modo, propiciar o entendimento do homem e do meio em que vive, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos, tecnológicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e difundir o saber através do ensino, de publicação ou de outras formas de comunicação.

Como projetos e ações a serem realizados cita-se:

**-DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS** - Alguns temas que tratam de questões sociais de ampla abrangência, devido à sua complexidade e natureza diferentes das áreas convencionais, serão tratados nos currículos dos cursos de graduação de modo transversal, contínuo e permanente. Nessa categoria se enquadram os seguintes temas: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Educação Ambiental e em Direitos Humanos. Nos currículos dos cursos de graduação optou-se pela inserção da Educação em Direitos Humanos no formato misto, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade, sendo a oferta dessa última, garantida

como conteúdos de componentes curriculares. Nos cursos de Formação de Professores (Pedagogia e demais licenciaturas) a Educação em Direitos Humanos será ofertada como componente curricular da matriz, de acordo com art. 8º da Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.

- **DEFESA E PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL** - Como informado anteriormente, alguns temas que tratam de questões sociais de ampla abrangência, devido à sua complexidade e natureza diferentes das áreas convencionais, serão tratados nos currículos dos cursos de graduação de modo transversal, contínuo e permanente. Nessa categoria se enquadram também os temas da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena - Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 – são atendidas uma vez que a temática será tratada de modo transversal e estará inclusa em disciplinas das matrizes curriculares dos cursos de graduação. Semestralmente será realizado o evento chamado de INTERVALO CULTURAL com abordagem interdisciplinar da temática da igualdade étnico-racial; Consciência negra: a diversidade e a igualdade na pauta das discussões.

As competências e habilidades do perfil do egresso, descritas nas DCN's dos cursos e reproduzidas nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Faculdade, serão ampliadas de forma a assegurar ações que visem à formação do profissional cidadão cômico de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa prática se concretizará no dia a dia no exercício da cidadania e no exercício profissional.

As atividades a serem realizadas têm o intuito de envolver de modo transversal os alunos de todos os cursos ofertados pela Faculdade, colocando-os em contato direto com a comunidade e garantindo a transmissão dos resultados dessa reflexão e atuação para a mesma.

As mencionadas atividades ganharão materialidade no currículo dos cursos por meio dos projetos de extensão. Distribuídas ao longo dos cursos, essas atividades terão como metodologia a aprendizagem baseada em projetos, proposta essa que engajará os discentes com as comunidades do entorno da IES e contribuirá para uma formação integral, tanto profissional quanto pessoal e cidadã.

Assim os alunos terão um primeiro contato com as discussões sobre diversidade, meio ambiente, memória e patrimônio cultural, produção artística da cidade, bem como com questões relacionadas à defesa e à promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial. O contato com cada uma dessas questões dar-

se-á de acordo com as atividades desenvolvidas, como por exemplo, nos projetos Intervalo Cultural e Ruas de Lazer.

Todos os discentes, em alguma medida, terão relação direta com essas temáticas, uma vez que o objetivo dessas atividades é desenvolver a habilidade e a capacidade dos discentes de lidar com a diversidade, de desenvolver o pensamento crítico e de resolver problemas complexos.

Os professores incentivarão para que esses projetos sejam realizados nas comunidades do entorno da IES, o que estimulará nos estudantes o estabelecimento do status de pertencimento local, ao mesmo tempo em que fortalecerá uma atuação cidadã, em esfera global, com forte impacto das discussões acerca de equidade social e de sustentabilidade.

## **2.11 Políticas Institucionais voltadas ao Desenvolvimento Econômico e à Responsabilidade Social**

Entende a Faculdade, como instituição educacional socialmente responsável pela comunidade na qual está inserida, que é seu papel contribuir com o desenvolvimento local por meio de projetos que tenham continuidade, promovam a auto sustentabilidade e a cidadania.

Além disso, entende que é preciso ter ética nos negócios, agir com legalidade, ofertar no mercado serviços de qualidade, respeitando o meio ambiente e promovendo o desenvolvimento sustentável, valorizando as pessoas e difundindo a comunicação transparente, incentivando a parceria e a inclusão. Logicamente deve desenvolver programas sociais que melhorem a qualidade de vida da comunidade. A responsabilidade social da mantenedora da IES, está alicerçada em dois princípios, a saber:

- Expansão ordenada e a criação de novos cursos superiores em áreas ainda carentes, orientados em seus Projetos Pedagógicos de Curso pelos princípios e valores condizentes com a missão institucional de forma a atender às necessidades da comunidade e contribuir para a formação do cidadão; e
- Promover programas sociais, através de uma ação extensionista, Interdisciplinar por natureza, ao abordar a realidade em sua plenitude, promovendo a produção do conhecimento de forma integrada, que não pode ser vista fora do processo acadêmico e desvinculada do ensino.

Quanto ao primeiro item - expansão ordenada - a garantia da estrutura física da faculdade no que concerne aos os cursos propostos, alia-se aos indicadores socioeconômico e educacional da região, na qual a IES está inserida.

Com relação à promoção de programas sociais através de uma ação extensionista, três motivos estimulam a Faculdade a promover ações nessa área. Primeiro, é o próprio espaço que as atividades de extensão ocupam no processo de formação e desenvolvimento profissional permanente.

Segundo, é o fato da Instituição assumir seus compromissos de solidariedade e responsabilidade social como empresa-cidadã na sociedade. O terceiro é a própria exigência legal prevista na LDB 9.394/96 ao afirmar, no seu art. 43, inciso VII, que a educação superior tem por finalidade “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios, resultantes da criação cultural geradas na instituição”.

A prática social realiza-se por meio das diretrizes institucionais e políticas de extensão universitária propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade. Essas diretrizes norteadoras, conforme descrito no PDI, requerem estratégias educativas variadas e complementares no pensar e fazer acadêmicos da Faculdade que busca, gradativamente:

- Conhecimento da realidade regional e dos seus condicionantes históricos, políticos e sociais;
- Formação de profissionais competentes para atuar responsavelmente sobre essa realidade;
- Compromisso com as necessidades e os interesses básicos da comunidade;
- Articulação entre as atividades de ensino, iniciação científica e extensão;
- Revisão periódica e fundamentada dos projetos pedagógicos dos cursos que oferece, de modo a contribuir para a realização dos projetos educacionais dos estudantes;
- Responder às mudanças ocorridas na sociedade, e contribuir para o desenvolvimento curricular perante às diretrizes, desafios e avanços didático-pedagógicos;
- Articulação entre as dimensões das unidades, teóricas e práticas, o que pressupõe uma ênfase na aprendizagem, na transformação de professores em orientadores e de estudantes em profissionais.

Dessa forma, pretende-se estimular um conhecimento capaz de retroalimentar um processo contínuo de aperfeiçoamento das atividades educacionais que concebe e realiza.

O Projeto Pedagógico Institucional da Faculdade expressa a organização e o pensar de suas propostas pedagógicas, voltadas para a formação do cidadão e do profissional, validando a abertura de cursos correlacionados à demanda da região, à oferta de cursos pelas Instituições existentes na região e ao perfil do corpo docente associado ao foco e campo de atuação dos cursos a serem ministrados.

Sob esse direcionamento, sublinha-se que o Projeto de Desenvolvimento Institucional representa uma perspectiva de abordagem e reflexão sobre o atual processo de globalização e concorrência na Educação, na dinâmica escolar e, logicamente, na construção dos Projetos Pedagógicos dos cursos existentes e dos cursos a serem implantados, considerando sua realização e os sujeitos atuantes de forma que a essência de existência dos cursos respeite o projeto educacional demandado pelos jovens estudantes.

Assim, a construção do Projeto de Desenvolvimento Institucional se apoia em um diagnóstico da realidade e se fundamenta em planos que possibilitem a Faculdade reagir às ameaças e identificar questões emergentes que sejam significativas para alcançar metas factíveis e consignadas ao seu desenvolvimento educacional.

Nessa direção, algumas ações são consideradas para a consolidação do Projeto de Desenvolvimento Pedagógico Institucional:

- Instrumentalizar o estudante para que seja capaz de formular o seu projeto de vida;
- Propiciar experiência no ciclo profissional para a interligação entre a academia e o mercado de trabalho;
- Promover a integração entre a IES e outras instituições, empresas e órgãos públicos e privados, por meio de um relacionamento participativo e produtivo;
- Explorar as mais modernas ferramentas de comunicação estimulando o seu uso nas atividades acadêmicas;
- Promover a modernização contínua das instalações e dos recursos materiais e físicos da Faculdade;
- Consolidar uma estrutura organizacional compatível com sua missão e adaptá-la, sistematicamente, às necessidades de seu modelo pedagógico e administrativo;
- Oferecer uma educação de qualidade, de modo a formar um capital intelectual capaz de participar, enquanto profissionais competentes, do desenvolvimento

sustentável do Estado e da região, englobando valores de ética e de responsabilidade social às organizações;

- Exercer, na plenitude, a sua autonomia, o papel crítico que lhe é inerente, como fórum privilegiado de reflexão e proposição;
- Desenvolver as habilidades e competências dos estudantes, permitindo complementar sua formação com liberdade, oferecendo disciplinas optativas, cursos de complementação e oportunidades diferenciadas para integralização dos currículos;
- Incorporar novas tecnologias que representem avanços para a realização da atividade acadêmico-pedagógica.

Assim, tanto a responsabilidade social quanto a sustentabilidade são princípios norteadores dos currículos dos cursos ofertados pela Faculdade. A educação socioambiental, a educação em direitos humanos, a educação para as relações étnico-raciais, assim como ações voltadas para o desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania e de atenção aos setores sociais excluídos são temas dos projetos desenvolvidos. Desta forma, o ensino superior muda a maneira como se relaciona com a sociedade e apresenta-se como uma iniciativa concreta e possível para promover o desenvolvimento sustentável, uma vez que tem clareza de seu papel na formação integral de indivíduos, cidadãos, profissionais e líderes preparados para lidar com as complexidades do presente e do futuro.

Da mesma forma as políticas institucionais incentivarão o empreendedorismo, uma vez que o mesmo é entendido como uma atitude transformadora diante de oportunidades empresariais, culturais ou sociais.

Como forma de incentivo e desenvolvimento do espírito empreendedor nos alunos, a temática Empreendedorismo será tratada em todos os cursos de graduação, ou pela oferta da disciplina ou através de projetos de extensão e atividades complementares, pois entende a faculdade que a atitude empreendedora é um importante componente e diferencial tanto para o profissional que pretende ter o seu próprio negócio, como para aquele que vai atuar como funcionário.

Como ação inovadora nas Políticas Institucionais voltadas ao Desenvolvimento Econômico e à Responsabilidade Social, a IES pretende não apenas realizar ações ou estratégias junto à comunidade na qual se insere, ao contrário, pretende criar cursos e capacitações livres no intuito de permitir que a comunidade se auto-organize em associações de bairro e possam em conjunto, lutar por seus direitos.

## EIXO III

### Políticas Acadêmicas



2022/2026

### 3 - EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS

A Faculdade Regional de Uberaba tem sua filosofia institucional alicerçada nos seguintes critérios:

- Na igualdade entre homens e mulheres, independentemente de nacionalidade, raça ou credo;
- No respeito aos direitos humanos e, entre eles, o direito à educação, à formação profissional e acesso às conquistas do saber tecnológico, científico e filosófico;
- Nos princípios de liberdade, de solidariedade humana e na realização dos valores cristãos;
- Na educação integral da pessoa humana e na sua capacitação para as atividades ocupacionais;
- Nos valores da democracia, no Estado de Direito daí decorrente e na Constituição da República;
- Na proteção do meio ambiente; e
- No amparo social aos mais carentes e no reconhecimento dos seus direitos.

#### 3.1 Políticas de Ensino

As Políticas de Ensino de Graduação representam o conjunto de intenções que se configuram na forma de princípios e ações que norteiam e concretizam o processo de gestão e organização didático-pedagógica dos cursos de Graduação. Estão amparadas na legislação vigente, no Regimento Geral, constituindo-se nos pressupostos que orientarão e definirão ações com vistas a possibilitar, a todos os envolvidos, uma educação de qualidade.

Na Faculdade Regional de Uberaba, o ensino representa um processo pedagógico interativo e intencional, no qual professores e alunos devem ser corresponsáveis com as questões do processo de ensino e da aprendizagem, bem como com os valores humanos essenciais, como o respeito, a solidariedade e a ética.

A partir das políticas de ensino declaradas no item 2.8 têm-se as seguintes ações acadêmico-administrativas previstas:

- **ATUALIZAÇÃO CURRICULAR** - a Política de Ensino da IES privilegia a formação por competências e habilidades, direciona a concepção curricular para favorecer a

flexibilidade e a busca da interdisciplinaridade, orienta projetos alinhados com a identidade e com a missão institucional, fortalece diversas modalidades de ensino-aprendizagem, assim como fomenta a inovação, a produção do conhecimento e a participação nas atividades da comunidade acadêmica. Tais aspectos da política institucional são expressos no projeto pedagógico dos cursos de graduação, na medida em que os componentes curriculares devem promover o desenvolvimento integral do aluno, centrado em competências e habilidades próprias dos profissionais de cada curso.

A atualização e a flexibilização curricular também se dão por meio de Atividades Complementares e Atividades Extensionistas que objetivam criar no aluno a cultura da educação autônoma e a percepção da necessidade de atualização permanente em seu processo de formação acadêmica e profissional. Pela oferta de disciplinas Optativas que compõe o espaço de atualização constante e de ampliação das possibilidades de enriquecimento curricular.

A avaliação contínua realizada pelos alunos e egressos contribui de forma significativa para identificação dos aspectos que carecem de atualização ou alteração nos currículos, bem como nos próprios conteúdos dos componentes curriculares.

A atuação sistematizada do NDE visa assegurar aos currículos dos cursos de graduação a permanente revisão e atualização, com vistas ao atendimento do perfil profissional do egresso, exigido pelas DCN's e pelo campo profissional de atuação.

- **MONITORIA** – a Faculdade considera a Monitoria como instrumento que propicia ao alunado dos cursos de graduação, aperfeiçoamento na sua formação, uma vez que promove a colaboração do discente em atividades de ensino e/ou extensão. Através do documento regulamentador, a IES estabelece o funcionamento do Programa de Monitoria e atividades pertinentes, visando despertar o interesse do aluno pela vida acadêmica, especialmente a docência, tendo em vista que a principal tarefa do monitor é auxiliar o professor no desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.

- **PROGRAMA DE NIVELAMENTO** – a Faculdade oferece nivelamento em Matemática e Língua Portuguesa, destinado aos alunos matriculados no primeiro ano do curso, visando possibilitar ao acadêmico recém-chegado à Instituição um contato com novas estratégias de atendimento e formato das atividades pedagógicas desenvolvidas, para a superação do déficit de conteúdo da Educação Básica. Grande parte dos alunos da IES possui perfil trabalhador e são de cidades circunvizinhas.

- **TEMAS TRANSVERSAIS** - os currículos dos cursos de graduação da Faculdade são elaborados tendo como base o Parecer CNE/CP nº 14/2012, segundo o qual "o currículo institui e é instituído na prática social, que representa um conjunto de práticas que proporcionam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social, que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais, culturais, ambientais." Alguns temas, devido a sua complexidade e natureza diferente das áreas convencionais, não podem ser tratados de forma isolada, não sendo suficiente a abordagem por apenas uma área do conhecimento. Esses temas normalmente tratam de questões sociais, de ampla abrangência. Assim, os temas relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Direitos Humanos e Educação Ambiental, serão tratados de modo transversal, contínuo e permanente nos currículos dos cursos, observado o art. 8º da Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Esses temas são também contemplados como conteúdos sistemáticos de componentes curriculares, de acordo com a especificidade do curso.

A Faculdade elaborará seus currículos com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais com vistas a atender às necessidades regionais sem, no entanto, desconsiderar a formação básica do profissional para que ele possa exercer sua atividade em qualquer outro local.

A organização e o planejamento das situações didáticas de ensino-aprendizagem têm como objetivo principal promover a relação dos conhecimentos e dos valores inerentes às habilidades do profissional em formação em busca da competência profissional que se deseja.

A metodologia de trabalho desenvolvida na Faculdade é pautada no princípio pedagógico da interdisciplinaridade, proporcionando a relação entre os temas tratados e as diversas áreas do conhecimento, relação que cada professor deve estabelecer no plano do componente curricular sob sua responsabilidade.

Partindo-se do princípio de que a construção do conhecimento é um processo individual, mas que se realiza por meio da produção coletiva e compartilhada, atividades em grupo serão organizadas, orientadas e mediadas pelos professores.

As atividades programadas desenvolvem a habilidade de solucionar problemas impostos pela vida e pelo cotidiano do ambiente de trabalho, refletindo sobre eles e propondo soluções criativas e empreendedoras. Nesse sentido, é imprescindível que o estudante seja motivado a questionar e a buscar alternativas, tornando-se sujeito ativo de seu processo de construção das competências e habilidades profissionais.

Nessa perspectiva e considerando a concepção trazida pela Lei n.9.394/96 e de "trabalho acadêmico efetivo" a Faculdade organiza as matrizes curriculares de seus cursos de graduação priorizando a autoaprendizagem do aluno.

Essa concepção busca a ruptura com o modelo tradicional de educação que condiciona a aprendizagem do discente a sua presença em sala de aula e à atuação do professor, ademais a elaboração dos currículos dos cursos de graduação da Faculdade tem como premissa básica a ruptura do modelo comumente usado nos cursos de graduação, de períodos sequenciados e emoldurados num modelo cartesiano.

Assim a Faculdade ao definir os termos da sua política para o ensino superior, toma como ponto de partida a compreensão de que esta se insere em um contexto multifacetário, marcado por transformações econômicas, sociais e culturais.

À luz desse entendimento e das orientações formuladas no interior da política educacional brasileira, a Faculdade busca empreender um processo educativo que contribua para o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua formação profissional. Assim, o objetivo é a formação de profissionais com capacidade crítica, reflexiva e de atuação tanto no desenvolvimento do mercado de trabalho quanto da sociedade.

Para tanto, a Faculdade adota como referencial pedagógico a prática da “educação ao longo de toda a vida”, conforme apresentada pela UNESCO no Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI.

Com base neste referencial, a educação tem como objetivo proporcionar ao indivíduo um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmos, capacitando-o para o exercício cidadão e profissional em tempos de mudanças.

A educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais, saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro.

Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficarem submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados, e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos. À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele.

A “educação ao longo de toda a vida” organiza-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais, que constituem os pilares do conhecimento:

- ✓ **“Aprender a conhecer”** significa, antes de tudo, o aprendizado dos métodos que nos ajudam a distinguir o que é real do que é ilusório e ter, assim, acesso aos saberes de nossa época. A iniciação precoce na ciência é salutar, pois ela dá acesso, desde o início da vida humana, à não-aceitação de qualquer

resposta sem fundamentação racional e/ou de qualquer certeza que esteja em contradição com os fatos;

✓ **“Aprender a fazer”** é um aprendizado da criatividade. “Fazer” também significa criar algo novo, trazer à luz as próprias potencialidades criativas, para que venha a exercer uma profissão em conformidade com suas predisposições interiores;

✓ **“Aprender a viver juntos”** significa, em primeiro lugar, respeitar as normas que regulamentam as relações entre os seres que compõem uma coletividade. Porém, essas normas devem ser verdadeiramente compreendidas, admitidas interiormente por cada ser, e não sofridas como imposições exteriores. “Viver junto” não quer dizer simplesmente tolerar o outro com suas diferenças, embora permanecendo convencido da justiça absoluta das próprias posições;

✓ **“Aprender a ser”** implica em aprender que a palavra "existir" significa descobrir os próprios condicionamentos, descobrir a harmonia ou a desarmonia entre a vida individual e social.

Focada nessas premissas norteadoras, a política de ensino da Faculdade Regional, encontra-se pautada nas seguintes diretrizes:

- Estímulo à formação generalista e pluralista, respeitada a especificidade do conhecimento;
- Incentivo à sólida formação geral, necessária para que o egresso possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
- Fortalecimento da articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como as atividades de prática jurídica, as atividades complementares e a participação em atividades de extensão;
- Articulação entre o ensino, a iniciação científica e a extensão;
- Avaliação periódica das atividades desenvolvidas; e
- Acompanhamento dos egressos.

Desta forma, a Faculdade Regional de Uberaba prevê a adoção das seguintes ações a serem implementadas nos cursos de graduação a serem ofertados, no intuito de oportunizar-se aprendizagens que ensejem o alcance do perfil projetado para o egresso de cada Curso:

- Cumprimento da legislação educacional e das Diretrizes Curriculares Nacionais direcionadas a cada curso;

- Formação integral do ser humano;
- Ensino e aprendizagem com qualidade;
- Sintonia com o mercado de trabalho;
- Currículo atualizado, contextualizado, flexível, interdisciplinar e fundamentado no desenvolvimento de competências;
- Certificação Intermediária, nos Cursos Superiores de Tecnologia, como forma do aluno usufruir efetivamente dos saberes construídos, à medida que finaliza módulos de aprendizado;
- Metodologia de ensino fundamentada na Andragogia e ação do aprendiz;
- Avaliação diagnóstica, formativa, contínua e somativa;
- Avaliação baseada na teoria do desenvolvimento de competências;
- Articulação entre teoria e prática;
- Co- responsabilidade dos sujeitos, professor e aluno, envolvidos no processo ensino-aprendizagem;
- Processo de ensino-aprendizagem integrado com a extensão;
- Compromisso com a permanência dos alunos na IES, reduzindo os índices de evasão;
- Planejamento do processo ensino-aprendizagem baseado no Projeto Pedagógico do Curso e no PDI;
- Incentivo à empregabilidade;
- Incentivo à autonomia e à formação continuada;
- Monitoramento, avaliação e reformulações necessárias do currículo e processo de ensino-aprendizagem;
- Infraestrutura adequada às necessidades dos cursos;
- Formação continuada do corpo docente;
- Investimento na formação do aluno, buscando a excelência acadêmica, a compreensão política por meio do desenvolvimento do ensino e da extensão;
- Valorização do magistério e do pessoal técnico-administrativo;
- Constante melhoria das instalações físicas, modernização dos equipamentos e da biblioteca;
- Atendimento às necessidades sociais da região na qual se encontra inserida, fomentando o desenvolvimento das ciências, das artes e das atividades de lazer.

### 3.2 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural

A iniciação científica é uma ação que permite aos estudantes de graduação o ingresso na pesquisa científica. Nessa perspectiva, a iniciação científica é um instrumento de apoio teórico e metodológico para a realização de um projeto de pesquisa e um instrumento de formação do acadêmico.

A Faculdade Regional de Uberaba considera a iniciação científica como uma ferramenta necessária à sua política de incentivo a pesquisa, desta maneira estabeleceu o Programa Institucional de Iniciação Científica, cujos objetivos encontram-se elencados abaixo:

- Incentivar a participação de alunos dos cursos de Graduação e da Pós-Graduação em projetos de pesquisa e Iniciação Científica – IC;
- Desenvolver o pensamento e a prática científica, artística e cultural, com a orientação de professores qualificados;
- Contribuir para ampla formação de pesquisadores;
- Contribuir para a melhor ambientação dos alunos na Pós-Graduação;
- Possibilitar maior interação entre Graduação e Pós-Graduação;
- Qualificar alunos para os Programas de Pós-Graduação;
- Promover a disseminação e divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas, mediante o estímulo à publicação;
- Incentivar a reflexão sobre os impactos da pesquisa acadêmica na melhoria da qualidade de vida da sociedade;
- Institucionalizar e sistematizar a pesquisa, incentivando a implementação da política de pesquisa para iniciação científica.

Para dar cumprimento a sua política para iniciação científica a Faculdade Regional de Uberaba, promoverá as seguintes ações:

- Realizará, anualmente, no segundo semestre letivo, o **SALÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DE UBERABA** - Evento organizado pela Faculdade, que objetiva propiciar o intercâmbio de ideias desenvolvidas para incentivar a comunidade acadêmica na iniciação científica, incentivando assim a divulgação das atividades de estágio e pesquisa desenvolvidas por acadêmicos dos cursos de Graduação das Instituições de

Ensino Superior de Uberaba e região sob orientação de professores da instituição de ensino superior de origem;

- Editará, anualmente, no primeiro semestre letivo, uma **REVISTA CIENTÍFICA** que visa publicar os trabalhos acadêmicos e científicos de alunos e professores, no intuito de difundir as práticas de pesquisa no âmbito da comunidade acadêmica;
- Incentivará a participação de alunos e professores em eventos científicos promovidos por outras Instituições de Ensino Superior;
- Reservará verba específica em seu orçamento para incentivo às atividades de pesquisa e iniciação científica.

### 3.3 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão

As políticas de extensão direcionam-se para as necessidades atuais da sociedade, quanto à formação e atuação profissional, produção e divulgação de conhecimentos.

Essas necessidades devem ser sentidas e assinaladas pela própria comunidade acadêmica, razão pela qual é importante que haja um olhar reflexivo para as realidades sociais (potencialidades, necessidades e desejos).

É este olhar da comunidade, atenta à dinâmica cultural e política da sociedade na qual se encontra, que subsidiará as diretrizes de uma política de extensão. Exatamente por isso, o saber científico deve estar próximo do saber popular e, não um se sobrepor ao outro—, a fim de que haja um diálogo em que ambos os conhecimentos sejam reconhecidos em sua importância.

A extensão universitária nada mais é que uma interação entre a Faculdade e a sociedade, funcionando como um sistema aberto de realimentação do processo de formação superior. Sua importância, porquanto, reside no fato de que será através desta extensão que a comunidade acadêmica conhecerá o mundo externo à IES e a comunidade externa conhecerá o mundo acadêmico.

A indissociabilidade entre ensino e extensão torna esta última parte do processo de construção e socialização do conhecimento, que é peculiar à academia, motivo pelo qual a Instituição deve tirar da sua própria área de abrangência a motivação para a extensão e sua interação com o ensino.

A missão da Faculdade é apontar os caminhos do desenvolvimento, considerando as oportunidades históricas e, nesse aspecto, o mesmo vem se afirmando como uma Instituição de vanguarda, ao propor junto aos grupos sociais menos favorecidos e aos movimentos sociais, ações de transformação social que superam a mediocridade do assistencialismo e oportunizam uma justa inserção desses grupos nos diversos setores da sociedade, promovendo uma melhoria das condições de vida.

As ações de extensão devem ter como ênfase a formação humana, sociopolítica e ambiental, ampliando seu caminho para a questão social e cultural, através da interação com a sociedade, num constante processo de avaliação sobre como a Faculdade tem contribuído com a sociedade em que atua. Tem como objetivo garantir a execução da Política de Extensão como meio de integração da instituição com a comunidade, promovendo ações e projetos com foco na universalidade da vida nos aspectos científico, humanístico, social, político, econômico, cultural e ambiental.

A Faculdade no que tange à Extensão tem por propósito, em consonância com o ensino e a Extensão, promover a formação de profissionais comprometidos com o seu meio e propagadores de ações de cidadania voltadas para o desenvolvimento da sociedade.

Desta forma apresenta-se a seguir, as Políticas de Extensão a serem implementadas na vigência deste PDI:

- Extensão à sociedade dos conhecimentos produzidos, buscando a solução de problemas e visando a integração da Faculdade com a comunidade;
- Embasamento nas áreas de concentração dos programas de graduação oferecidos pela Faculdade, podendo ser desenvolvida em modalidades diversas, considerando seus vários enfoques;
- Adoção da prática extensionista em um instrumento de vitalização do ensino, na medida em que expande o conceito de ensino-aprendizagem e promove transformações no processo pedagógico;
- Ênfase na interdisciplinaridade e incentivo nas atividades entre as demais Faculdades mantidas pela FUPAC, promovendo a integração dos diversos saberes;
- Zelo pela produção e preservação cultural e artística, como forma de enriquecimento da própria educação;
- Consolidação da extensão, através da alocação de recursos financeiros próprios previstos no orçamento anual.

Assim, as políticas institucionais para a extensão nos Cursos de Graduação a serem ofertados, se efetivarão por meio das seguintes modalidades:

- **Programa:** Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.
- **Projetos:** ação processual e contínua de caráter educativo, social, científico ou tecnológico com objetivo específico a curto e médio prazo;
- **Cursos:** Conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de 4 horas e critérios de avaliação definidos;
- **Eventos:** compartilhamento do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido pela Faculdade. Inclui: congresso, seminário, encontro, conferência, ciclo de debates, exposição, entre outros;
- **Prestação de serviços:** realização de trabalho oferecido pela instituição ou contratado por terceiros, incluindo assessorias, consultorias, cooperação interinstitucional e outras.
- **Publicações e outros produtos acadêmicos:** produção de publicações e de produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão tais como: anais, livros, entre outros.

A Faculdade Regional de Uberaba, no propósito de reexame constante de sua política educacional, buscará orientar a educação oferecida aos seus alunos focada na aquisição de conhecimentos, competências, perspectivas e valores relacionados à sustentabilidade.

Assume, pois, a responsabilidade de produzir conhecimentos e de fazê-los circular na sociedade, como parte integrante e necessária à formação de profissionais atentos à realidade social, numa prática pedagógica crítica e renovada. Para tal, buscará promover ações capazes de imprimir um novo rumo ao segmento da educação superior e de contribuir qualitativamente para a mudança social.

Como **política acadêmica**, as atividades de extensão ocuparão lugar privilegiado no processo de formação e de desenvolvimento profissional de alunos, professores e funcionários técnico-administrativos ao contribuir com conhecimentos, saberes, práticas e experiências de diferentes origens e natureza.

Como **estratégia de inserção social e regional**, as atividades de extensão permitirão que a Instituição aprofunde seus compromissos educacionais, culturais e

científicos ao responder a necessidades da sociedade com solidariedade e responsabilidade social.

Como **modelo de construção de identidade institucional**, a extensão possibilitará que a Instituição se consolide e se veja em sintonia com a realidade atual, a criatividade, a formação do comportamento ético e cidadão, a democratização da ciência, da cultura e da tecnologia.

Na Instituição, firmar-se-á, dessa forma, a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável à formação do aluno, à qualificação do professor e ao intercâmbio com a sociedade, o que implica relações multi, inter e transdisciplinares e interprofissionais.

Para tanto, a Faculdade irá pautar-se em premissas fundamentais:

- O caráter solidário e de reciprocidade do trabalho de extensão;
- O compromisso com o desenvolvimento local integrado e sustentável e a melhoria das condições de vida da população;
- A articulação entre ensino, iniciação científica e extensão;
- O incentivo a projetos com pertinência e relevância social, econômica, cultural e científica;
- A participação, o respeito e o diálogo; a necessidade de garantir a continuidade das ações;
- A promoção da interdisciplinaridade; a eficiência na alocação e aproveitamento dos recursos disponíveis;
- A busca de parcerias e complementaridades referenciadas na qualidade social.

As principais ações institucionais de extensão da Faculdade Regional de Uberaba encontram-se estruturadas segundo a lógica que se detalhará a seguir:

- I. Articulação da extensão com o ensino;
- II. Articulação da extensão com a iniciação científica;
- III. Cursos de Extensão;
- IV. Prestação de Serviços;
- V. Programas e Projetos:
  - a) Programas e Projetos institucionais;
  - b) Programas e Projetos desenvolvidos pela IES e Cursos;
  - c) Programa de Apoio Institucional a Projetos de Extensão

**I - Articulação da Extensão com o Ensino:** uma perspectiva que se abriu para a IES foi a de incentivar a participação da Extensão na composição de currículos e projetos político-pedagógicos de cursos, a renovação e ampliação do conceito de sala de aula, a presença nas atividades denominadas “complementares”, desde que, efetivamente, contribuam para a formação do aluno.

A efetivação da Extensão como processo acadêmico se faz, ainda, mediante sua inserção em matrizes curriculares de cursos de graduação e pós-graduação da Instituição. Ao apostar nesse horizonte, a Instituição pretende alcançar uma melhor e mais precisa definição de sua identidade e ampliar a inserção local e regional dos seus cursos de graduação e pós-graduação; viabilizar o conceito de currículo como espaço de formação plural, dinâmico e multicultural e dotar seus alunos e alunas de um perfil profissional caracterizado pela formação humanista, crítica e reflexiva.

Além do mais, sabe-se, ainda, que a Extensão pode contribuir para uma flexibilização curricular enriquecedora das experiências singulares e para maior autonomia intelectual dos estudantes.

A Faculdade sustentada nos critérios e princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Graduação, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação, planeja incluir o Projeto de Extensão à Comunidade em todos os cursos ofertados.

Assim procedendo, compartilhará da concepção e possibilidades abertas pelo Parecer CNE/CES 67, de 11/03/2003 e consolidadas no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (meta 12.7) de fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a participação em atividades de extensão e integrando-as como parte da carga horária dos cursos.

**II - Articulação da Extensão com a Iniciação Científica:** em relação à promoção de um maior aprofundamento da articulação entre Iniciação Científica e Extensão, propõe-se que algumas linhas de extensão sejam utilizadas como indicativas para a apresentação dos projetos de Iniciação Científica/Tecnológica. Desta forma, serão incentivados também projetos integrados de Pesquisa e Extensão.

**III - Cursos de Extensão:** proporcionam aos alunos e à comunidade em geral a possibilidade de receberem informações técnicas e se prepararem para a prática do mercado, permitindo-lhes interagir com profissionais experientes em suas respectivas áreas. A proposta é de atividades de atualização de conhecimentos técnicos, visando à elevação cultural em busca do aprimoramento profissional, complementando os conceitos trabalhados em sala de aula.

IV - **Prestação de Serviços:** pode acontecer na forma de consultorias, assessorias, assistências ou auxílios técnicos, pesquisas encomendadas, atendimento em saúde humana, exames, perícias e laudos técnicos, atendimentos jurídicos e judiciais, atendimentos em espaços culturais e em espaços de ciência e de tecnologia da Instituição, em articulação com políticas públicas, movimentos sociais ou setores produtivos. Estas atividades serão desenvolvidas por professores ou grupos de professores, bem como pelos laboratórios, núcleos, agências experimentais, com a participação de alunos e/ou colaboradores técnico-administrativos.

V - **Programas e Projetos:** Projeto de extensão é um conjunto de ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo bem definido e prazo determinado, que tenha articulação com o ensino e a iniciação científica, envolvendo discentes e docentes, em atuação conjunta com a comunidade.

O Programa de Extensão constitui a reunião de diversas modalidades de ação extensionista em torno de temáticas mais amplas, conforme quadro abaixo:

<b>Programa</b>	<b>Descrição</b>
<b>Programas e Projetos Institucionais</b>	Englobam o planejamento de ações extensionistas desenvolvidas (prestação de serviços, desenvolvimento de projetos e pesquisas), coordenadas e fomentadas com recursos da IES e/ou de parcerias. Essas ações se caracterizam pela abrangência inter e intrainstitucional, pela consonância com o PDI e os PPC's, pelo alcance e relevância dos resultados, pela articulação com o ensino e a iniciação científica, pela interdisciplinaridade e pelo caráter de maior continuidade. São ações bem-sucedidas, de comprovada relevância e impacto social e acadêmico e com caráter de maior continuidade, oriundas dos cursos, bem como do Programa de Apoio Institucional a Projetos de Extensão podem, eventualmente, ser institucionalizadas e desenvolvidas com recursos da Faculdade.
<b>Programas e Projetos Desenvolvidos pelos Cursos</b>	Referem-se ao planejamento de ações extensionistas pelos cursos, por meio de suas coordenações de cursos, levando em conta suas características específicas, como particularidades e demandas dos cursos de graduação/graduação tecnológica, calendário acadêmico e possibilidades de parcerias. Essas ações serão desenvolvidas sob a coordenação e com recursos próprios das coordenações dos cursos, sendo acompanhados pela Direção e integrados por ela a outros Programas e Projetos das IES.

<p><b>Programa de Apoio Institucional a Projetos de Extensão</b></p>	<p>O Programa de Apoio Institucional a Projetos de Extensão é um programa de incentivo a propostas de projetos de extensão para obtenção de fomento, e tem por objetivos:</p> <p>Consolidar a Extensão Universitária como processo acadêmico indispensável à formação do discente, à qualificação do docente e ao intercâmbio com a sociedade;</p> <p>Fortalecer a ação transformadora em se tratando de problemas e questões sociais e estabelecer uma relação dialógica entre a Instituição e a sociedade;</p> <p>Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da cidadania.</p>
<p><b>Projetos Extensionistas de Inclusão Social e Desenvolvimento Local</b></p>	<p>As ações voltadas para o desenvolvimento local, para a consolidação da democracia e da cidadania e para a inclusão social são desenvolvidas principalmente por meio das atividades de Extensão.</p> <p>Os projetos de extensão buscam a integração da formação universitária, orientando o foco da instituição para a sociedade, desenvolvendo e ou reforçando valores éticos para o profissional e preparando-o para o convívio com a realidade social.</p> <p>Também são orientados para a observância da solidariedade humana, do respeito, da ética, da justiça e do meio ambiente; para a comunicação transparente e dialógica; para a construção e consolidação de parcerias/articulações com políticas públicas, movimentos sociais ou setores produtivos; para a inclusão social e a promoção da melhoria da vida da comunidade.</p>

Entendendo a IES, a importância constante de dialogar com a comunidade na qual se insere, a Faculdade adotará como prática inovadora em seus projetos de extensão o Diálogo permanente com a Sociedade Civil Organizada, o que acontecerá trimestralmente por meio de encontros online “lives” denominadas **"Diálogos com a Sociedade - Economia Circular"**.

Estas lives se caracterizarão como uma iniciativa online, com importância local e regional, uma vez que tratará de economia circular e seus impactos nas comunidades locais.

O conceito de economia circular, ligado à ideia de desenvolvimento sustentável e potencial fonte de novos negócios e empregos, será abordado pelos convidados em diferentes aplicações e cenários. As transmissões serão feitas no canal do Youtube do Faculdade Regional de Uberaba e terão como objetivo promover debates e propostas de ações para uma economia cíclica eficiente, ou seja, uma forma mais sustentável de produção, na qual os recursos deixam de ser somente explorados e descartados e passem a ser reaproveitados.

### 3.4 Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente.

O Programa para Desenvolvimento de Docentes incluirá a oferta de cursos de atualização, de métodos e técnicas de ensino e incentivará a participação em congressos, simpósio, seminários, oficinas de capacitação, Academia de Professores e cursos diversos.

Ao estimular esta participação e engajamento, a Faculdade acredita que a produção científica ocorrerá, de maneira automática e natural. Para tanto, sua política inclui ajuda de custo para professores da IES para apresentação de trabalhos em Congressos, Conferências e Simpósios e demais eventos acadêmicos, cuja dotação orçamentária já estará prevista no orçamento anual.

O número de concessões dependerá do número de propostas e solicitações apresentadas, mas haverá a preocupação em que a verba seja diluída entre os cursos de forma equitativa, somente sendo remanejada de um para outro, caso algum não apresente nenhuma demanda.

O objetivo é termos representatividade em todas as áreas do conhecimento e, preferencialmente, em eventos cuja marca esteja associada à área na qual o professor atua.

Para fazer jus ao reembolso, o docente deverá apresentar o aceite da apresentação do trabalho; resumo; resumo expandido ou artigo completo. Serão reembolsados os valores referentes à inscrição no evento, passagem aérea e hospedagem até o valor de R\$500,00 para eventos nacionais e de R\$1.500,00 para eventos internacionais.

Em seu retorno, o docente deverá apresentar cópia impressa do trabalho apresentado e do seu certificado de participação, documentos imprescindíveis em sua pasta profissional e que serão apresentados aos órgãos reguladores quando em visitas na Instituição.

O apoio financeiro e logístico para a participação docente em eventos será compreendido como um estímulo direcionado não só à divulgação, mas em especial à própria produção acadêmica dos professores. A garantia de um apoio real à ida em encontros nacionais e internacionais e a possibilidade concreta de divulgação científica, atua como um estímulo que desperta a vontade de ampliar a produção do conhecimento de modo a dar visibilidade a determinados projetos e pesquisas.

Acredita-se que a divulgação valoriza e catalisa a produção, ou seja, uma etapa do processo retroalimenta a outra. Outra importante fonte para o incentivo à produção docente e também à divulgação será a Revista Científica a ser editada pela

IES e a realização do Salão Anual de Iniciação Científica, que tem como principal objetivo encontrar e disseminar boas práticas de inovação em Educação, principalmente aquelas que conjugam a inovação tecnológica e metodológica.

### 3.5. Política de Atendimento dos Egressos

A Faculdade Regional de Uberaba contará com um Programa de Acompanhamento de Egressos, vinculado às ações da CPA. As atividades do Programa possibilitarão a contínua avaliação dos cursos, pelo desempenho profissional dos ex-alunos, viabilizando adicionalmente a participação dos mesmos em atividades de extensão promovidas pela ação universitária.

São objetivos específicos do Programa:

- Identificar o perfil do egresso e criar mecanismos para avaliação de seu desempenho no mercado de trabalho;
- Acompanhar a inserção dos egressos no mercado de trabalho;
- Construir, a partir dos questionários aplicados, um banco de dados com informações que possibilitem manter um relacionamento com o egresso, garantindo um vínculo institucional permanente;
- Garantir a aproximação com os egressos, visando ao aperfeiçoamento das ações institucionais atinentes à implementação de novos cursos e programas no âmbito da educação superior;
- Estimular e criar condições para a educação continuada de egressos;
- Construir indicadores que subsidiem a adequação curricular às necessidades do desenvolvimento de competências e habilidades, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Facilitar a formação de uma rede de comunicação entre os egressos, possibilitando a troca de informações profissionais e acadêmicas.

Toda a política de egressos da Faculdade está calcada na possibilidade de potencializar competências e habilidades em prol do desenvolvimento qualitativo de sua oferta educacional.

Assim, pretende-se lidar com as dificuldades dos egressos e colher informações de mercado, visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

O Programa de Acompanhamento de Egressos possuirá estrutura de funcionamento regular, constituído por profissionais da área administrativa da Faculdade, voltados para o devido fim. O Programa contribuirá no que se refere à compatibilidade entre o perfil do egresso definido neste PDI e o que a realidade aponta como resultado da investigação, considerando a situação profissional, adequação da formação e interesses de educação continuada do egresso.

Os resultados da avaliação de egressos serão cruzados com as avaliações de cursos e poderão contribuir, significativamente, para o aprimoramento de programas existentes, bem como para o planejamento de cursos de pós-graduação.

### **3.6 Estratégias e Meios para Comunicação Externa e Interna**

A Faculdade Regional de Uberaba contará com o apoio da área de Marketing, Comunicação e Relações Corporativas, vinculada à Mantenedora e que presta serviços aos setores da IES.

O setor trabalhará buscando sinergia e visando a excelência dos serviços de comunicação e fortalecimento da imagem institucional. Ainda contará com parceiros externos, como agência de publicidade e comunicação, assessoria de imprensa, empresas de clipping para monitoramento das notícias veiculadas sobre a instituição, empresa de monitoramento de mídias sociais, call center ativo, parceiro para envio de SMS, parceiro para envio de e-mail marketing.

Dentre as estratégias de comunicação externa, vale descrever que a Faculdade trabalhará com:

- Ações e campanhas institucionais que tem como objetivo apresentar a instituição para a sociedade;
- Ações educativas com colégios e cursinhos;
- Ações e campanhas de relacionamento com as empresas e entidades de classe;
- Ações educativas com a comunidade no entorno;
- Ações e campanhas de relacionamento com a imprensa para promover as atividades e projetos realizados pelos professores e alunos;
- Ações e campanhas para divulgação dos processos seletivos de bacharelado, licenciatura, graduação tecnológica, especialização e também cursos de curta duração e palestras diversas.

A diretoria da Faculdade deve estabelecer as estratégias de comunicação junto à comunidade externa e garantir a interface com a Mantenedora.

Com o intuito de manter a comunidade acadêmica bem informada sobre tudo que acontece na Instituição, a Faculdade manterá também diversos veículos e canais de comunicação interna.

A comunicação interna na Instituição visa não apenas a disseminação de informações, como também o fortalecimento de vínculos para o trabalho coletivo entre os mais diversos setores e destes com toda a comunidade acadêmica.

Um dos graves problemas enfrentados por grandes organizações é a ineficácia da sua comunicação interna ou com a sociedade. A comunicação tem a vertente interna, para agregar os agentes – Diretores, Coordenadores de Cursos, Professores, Técnico-Administrativos e Estudantes –, e a vertente externa, para que os agentes sociais, formadores de opinião, *prospects*, sejam informados dos ganhos de qualidade verificados, das atividades realizadas, das mudanças e outros.

Uma política de comunicação, por mais bem organizada que seja, não pode ser implementada sem sintonia e sinergia, sem a adesão consciente de todos e, também, sem o conhecimento de seus movimentos e etapas.

Um dos objetivos institucionais previstos neste PDI é o aperfeiçoamento do processo de comunicação e a divulgação de resultados das avaliações institucionais, em geral, pois acredita-se que a excelência na comunicação, tanto interna quanto externa, vai interferir de forma singular no processo ensino-aprendizagem. Os mecanismos de comunicação utilizados são apresentados no quadro a seguir:

### **MECANISMOS ADOTADOS PELA IES EM SUA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO**

<b>MEIOS</b>	<b>PÚBLICO ALVO</b>
Site institucional	(I/E)
Cartazes nos quadros de avisos	(I)
Correspondência eletrônica (News Letter, Whatsapp Business)	(I)
Correspondência via Correios	(I/E)
Avaliação Institucional	(I/E)
Ouvidoria - Presencial e Virtual	(I/E)
Reuniões com representantes da comunidade	(E)
Meios de comunicação de massa (jornais, revistas, rádio)	(I/E)
Redes Sociais	(I/E)
Visitas Periódicas à Entidades Regionais	(E)

Obs.: (I) = Interno; (E) = Externo; (I/E) = Interno e Externo.

Para uma comunicação eficaz, a Faculdade escolherá a ferramenta a ser utilizada, considerando não só a informação que pretende e necessita transmitir mas, também, o público ao qual se dirige, seja ele interno ou externo.

### 3.7 Política de Atendimento aos Discentes

A Faculdade Regional de Uberaba tem como objetivo em sua política prestar atendimento de qualidade aos estudantes, contribuindo para seu ingresso, permanência e êxito acadêmico.

São diretrizes para estímulo à permanência do corpo discente:

- participação discente em todos os Colegiados, nos termos do Estatuto e Regimento;
- Institucionalização de programas de apoio e atenção aos discentes;
- desenvolvimento permanente de estudos sobre o processo de aprendizagem e as metodologias de ensino;
- encaminhamento para estágios não obrigatórios e remunerados;
- capacitação para ampliação da empregabilidade;
- campanhas de valorização e reconhecimento da diversidade étnico-racial, de gênero, geracional, de sexo e de religião;
- desenvolvimento de ações de inclusão;
- conforto e comodidade por meio do atendimento integral acadêmico e financeiro;
- identificação sistemática, com periodicidade adequada, das necessidades do aluno no que tange ao ensino, à iniciação científica, às atividades de extensão e demais necessidades acadêmicas pertinentes; e
- ampliação e criação de novos espaços para a convivência comunitária e o desenvolvimento de atividades artísticas, culturais e desportivas.

O atendimento aos alunos é fundamental para qualquer IES, visto que o processo pedagógico só realiza seus objetivos quando contempla as necessidades dos alunos. Neste sentido, a Faculdade ordena diversas formas integradas de apoio aos alunos, a fim de contemplar com qualidade ações de acolhimento e permanência,

atividades de monitoria, atividades de nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio extraclasse, apoio psicopedagógico, de acessibilidade metodológica e instrumental e participação em centros acadêmicos ou em intercâmbios, conforme demonstrado abaixo:

### **3.7.1 Núcleo Psicopedagógico**

O atendimento psicopedagógico realizado na Faculdade tem como objetivo proporcionar a melhor adaptação do aluno ao meio acadêmico possibilitando uma ação preventiva e acolhedora nos assuntos de ordem emocional e educacional, inclusive para alunos com necessidades educativas especiais.

Visa também, minimizar os entraves do processo ensino-aprendizagem ou, ainda, sugerir o devido encaminhamento para os casos em que se fizer necessário um atendimento mais especializado.

São atribuições do Psicólogo ou profissional legalmente habilitado:

- Intervir junto aos alunos – Suporte Psicológico Individual;
- Prestar assistência psicológica aos alunos, visando o crescimento pessoal e acadêmico, as relações interpessoais, a integração social e a saúde mental, favorecendo o desenvolvimento e a formação integral;
- Trabalhar conflitos emergenciais na relação professor-aluno, professor-professor e professor-instituição; e
- Treinar o conhecimento e a administração de suas próprias emoções; a automotivação; bem como o reconhecimento de emoções em outras pessoas e o manejo de relacionamentos.

### **3.7.2 Apoio Social**

Como meio de propiciar o ingresso e a permanência do aluno na Faculdade, são oferecidos programas de financiamento estudantil como FIES e Educa mais Brasil e bolsas pelo programa PROUNI. São concedidos descontos através de parceria com instituições privadas visando redução no valor das mensalidades dos estudantes funcionários de empresas conveniadas. Visando melhor atendimento às demandas locais, será concedido desconto aos funcionários públicos municipais de Uberaba e região. Será oferecido também o Desconto Social, que visa atender alunos em situação econômica menos favorecida.

### 3.7.3 Políticas e Ações de Acessibilidade e Inclusão

A constituição de uma política para pessoas com deficiência representa para a Faculdade o cumprimento dos próprios princípios que adota. Sendo mantida por uma Fundação de direito privado, sem fins lucrativos, tem no compromisso social o indicador e o estímulo para suas ações e desenvolvimento nesta área.

Tendo como objetivo constante a execução do papel social que assume ao considerar o interesse público e o teor de suas atividades, a Faculdade promove oportunidades de inclusão social das pessoas com deficiência, levando em conta a diversidade dos perfis que se apresentam à Instituição.

Dessa forma, as políticas e programas dedicados especificamente a esses tendem não apenas cumprir as exigências presentes na legislação vigente, mas, sobretudo visam oferecer um atendimento satisfatório à comunidade acadêmica. No ensino superior, a transversalidade da educação especial se efetiva através de ações de promoção ao acesso, à permanência e à participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino.

Entendendo que, no ensino superior, a inclusão deve se inscrever no debate mais extenso do direito de todos à educação e igualdade no que tange a oportunidade de acesso e permanência do discente, a Faculdade criou o Núcleo de Acessibilidade visando propagar e solidificar o macro conceito de acessibilidade constituído através de uma política institucional destinada a promover a acessibilidade universal.

O NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE é composto pela Direção, Coordenações de Curso, Setores Administrativos, docentes e outras importantes estruturas da Instituição.

O NÚCLEO atuará no sentido de incentivar uma mudança de cultura visando à inclusão social. Para isso, seus membros atuarão, principalmente, em sala de aula e nos bastidores através do PROPAL - PROGRAMA DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO, que traça como objetivo geral promover a acessibilidade universal, desenvolver pesquisas e projetos comunitários que possam subsidiar organizações públicas e privadas envolvidas com as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, visando garantir o acesso à Instituição e suas dependências.

Em termos mais específicos o PROPAL, busca:

- ✓ Estimular o reconhecimento político das diferenças, além de tornar o espaço construído mais seguro e confortável para todos, pessoas com e sem deficiência;
- ✓ Efetivar uma política de acessibilidade e inclusão aos acadêmicos e colaboradores com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo ações que garantam a acessibilidade física, pedagógica e nas
- ✓ comunicações e informações;
- ✓ Efetivar a política de inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, na IES;
- ✓ Promover a eliminação de barreiras atitudinais, programáticas, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações;
- ✓ Despertar o convívio com a diferença e facilitar o convívio com a diversidade;
- ✓ Garantir a educação inclusiva;
- ✓ Adquirir e assegurar a tecnologia assistiva e a comunicação alternativa;
- ✓ Apoiar funcionários, técnicos e corpo docente nas demandas relacionadas ao processo educativo inclusivo; e
- ✓ Garantir a segurança e integridade física de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A dinâmica de atuação do Núcleo de Acessibilidade da Faculdade Regional de Uberaba se realizará através de seus EIXOS DE ATUAÇÃO onde o NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE é responsável pelo apoio pedagógico aos alunos, professores e colaboradores com deficiência ou mobilidade reduzida. Também promoverá a comunicação intermediada por tradutores e intérpretes, além de auxiliar nos aspectos operacionais das atividades educacionais.

Atento às demandas específicas das pessoas com necessidades especiais, através do PROPAL, promoverá atendimento prioritário a este público. Além da adaptação do espaço físico e das instalações e ajusta a matriz curricular dos Projetos Pedagógicos visando incluir o componente curricular Libras como obrigatório ou optativo nos cursos de graduação conforme o previsto no Decreto nº 5.626/05.

A atenção específica a esses estudantes atenderá aos seguintes requisitos:

**a) Para alunos com deficiência física:** adequação e adaptação do acesso às dependências da Faculdade através de rampas, carro escalador e banheiros adaptados;

**b) Para alunos com deficiência visual:** na Biblioteca, no caso de alunos deficientes visuais matriculados, será disponibilizado um computador com programa específico instalado (Dosvox) que permite que um texto seja transformado em arquivo audível e transferível para os endereços eletrônicos dos alunos, possibilitando-lhes fazer uso dos mesmos no momento de sua conveniência. O sistema Dosvox permite que deficientes visuais utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim independência no estudo e no trabalho;

**c) Para alunos com deficiência auditiva:** visando atender plenamente o aluno portador de deficiência auditiva, tem como política estabelecer convênios com instituições que possuem profissionais intérpretes da língua de sinais - Libras. Na ocorrência de demanda será feito um contato junto à Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos -FENEIS para obter orientações dos procedimentos que a Faculdade poderá adotar para atender satisfatoriamente o aluno, sendo que a IES garante que os alunos com deficiência auditiva contam com apoio permanente de um intérprete de libras, a ser contratado pela IES, sem nenhum tipo de custo adicional para o aluno;

**d) Para alunos portadores do Transtorno do Espectro Autista:** A IES se compromete a buscar meios para facilitar o convívio em sociedade, valorizando o conhecimento que esses alunos trazem, ao invés de enumerar o que as falta. Assim, o Núcleo de acessibilidade busca realizar intervenções pedagógicas que devem ser pautadas, inicialmente, nos aspectos do ensino e da aprendizagem, no que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo, vinculados à familiarização com o ambiente, ao melhor domínio da rotina educativa, ao estabelecimento de vínculos e estratégias de comunicação e à destinação social na IES, visando o desenvolvimento das atitudes e posturas pessoais como fator facilitador ao processo de ensino-aprendizagem em sala de aula. No que diz respeito ao desenvolvimento pedagógico, a IES recomenda propiciar ao estudante com Autismo: Oportunidades pedagógicas de construção de conduta e participação por meio de seus pares (metacognição); Oportunidades de elaboração de estratégias no cotidiano do ensino: organização da comunicação e organização do estudo (regulação e autorregulação); Elaboração de recursos e organização da rotina, de acordo com as peculiaridades de cada aluno e de cada curso. Institucionalmente, é previsto o atendimento educacional especializado como forma de apoio à aprendizagem desse estudante, por meio de: Programa de tutoria e/ou monitoria, a ser fomentado pelo NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE da IES; Utilização de comunicação complementar ou alternativa, por meio de recursos de tecnologia assistiva e da informática. Sendo que para garantia do direito à educação e

ao ensino profissionalizante, conforme preconizado no inciso IV, alínea a, do artigo 3º da Lei nº 12.764/2012, a IES efetuará a matrícula dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas classes comuns de ensino regular, assegurando o direito à acompanhante de apoio desde que comprovada sua necessidade, sem nenhum custo adicional aos alunos;

**e) Recursos didáticos- pedagógicos:** Entre outros recursos didático-pedagógicos para o deficiente auditivo a Faculdade oferece: aulas expositivas; atividades em grupo; confecção de materiais didáticos; trabalho com relatos reais; vídeos didáticos; textos da referência bibliográfica e avaliações;

**f) Recursos Tecnológicos:** Quanto aos recursos tecnológicos e equipamentos a Faculdade disponibiliza: Data-Show; DVD's e Microsystem;

**g) Com relação às atividades afins:** Requisição de acervo bibliográfico para a Biblioteca da Faculdade; viabilização da comunicação entre usuários e não usuários de Libras; apoio no uso e difusão de Libras no universo escolar, através da confecção e disponibilização de cartazes na Instituição e acompanhamento das atividades pedagógicas desenvolvidas em parceria com os demais profissionais da Faculdade, na perspectiva do trabalho colaborativo e comunidade escolar, quando necessário, em consonância com o que está determinado em cada Projeto Pedagógico;

**h) Componente curricular LIBRAS:** O Componente Curricular "LIBRAS" é obrigatório nos cursos de Licenciatura e optativo no curso de Bacharelado, com carga horária total de 40 h (quarenta horas). As atividades possuem cunho teórico-metodológico que contemplam a Legislação sobre o ensino de LIBRAS no Brasil, ou seja, o vocabulário em Língua Brasileira de Sinais. Os aspectos metodológicos do ensino da Língua de Sinais como segunda língua preveem, ainda, atividades práticas para o ensino da mesma.

Em cumprimento à Portaria Normativa nº 20/2017, a Faculdade possui Plano de Garantia da Acessibilidade, bem como Laudo Técnico de Acessibilidade, elaborado por profissional especializado.

#### **3.7.4 Programa de Nivelamento**

A Faculdade Regional de Uberaba ofertará o Programa de Nivelamento destinado especialmente aos alunos dos dois primeiros períodos dos cursos. O programa obedece a regulamento próprio e tem como principal objetivo proporcionar condições aos alunos de recuperarem conteúdos do Ensino Médio, essenciais ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem no Ensino Superior.

### 3.7.5 Monitoria

Este Programa contribui para a qualidade do ensino na graduação, apoiando professores e estudantes no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. A Monitoria é integrante do processo pedagógico, bem como do projeto de formação do aluno, por meio da contribuição que esse aluno oferece ao projeto de formação dos demais. Nessa perspectiva, estimula a participação de alunos dos cursos de graduação no processo educacional, nas atividades relativas ao ensino e na vida acadêmica na IES.

A realidade atual leva ao ensino superior um contingente de alunos com déficit do Ensino Médio, o que cria dificuldades acentuadas para os professores em seu desempenho docente e, mais grave ainda, leva os alunos com maior nível de dificuldades ao desestímulo, à insuficiência de aprendizagem e até à desistência do curso.

No Programa de Monitoria, o aluno tem a oportunidade de aprofundar sua experiência como estudante, em um processo acadêmico-científico e também educativo. Para que isso se dê efetivamente, o monitor deve ser protagonista no processo de ensino-aprendizagem, junto aos seus colegas. Sua ação se dá na interface entre professor, alunos e conteúdos ministrados. Por essa razão, a monitoria tem por característica despertar no aluno que a exerce o interesse pela docência e propiciar maior integração dos autores da Faculdade, por meio da interação entre estudantes e professores nas atividades de ensino.

No exercício da monitoria, o aluno é confrontado diariamente com as complexidades próprias à ação educativa, com suas perguntas e suas utopias.

Como procedimento, a monitoria incorpora uma importância significativa ao se desenvolver nas dimensões política, técnica e humana da prática pedagógica. A atuação do monitor passa por uma apropriação e socialização de técnicas, mas não se limita a elas. Ao contribuir para que um colega compreenda melhor determinados conteúdos e procedimentos, o monitor assume um compromisso com o saber científico e a necessidade de sua apreensão pelos colegas. O resultado do processo de monitoria é o fortalecimento de uma relação que possa resultar na autonomia cognitiva e de intervenção transformadora da realidade.

Em termos mais específicos a monitoria objetiva um melhor aparelhamento dos cursos da Instituição e também o aproveitamento dos alunos que apresentam atributos de cultura e aptidão para a função.

Para a função de monitor de determinado componente curricular somente poderá ser admitido o aluno regularmente matriculado.

O Diretor é a autoridade competente para a admissão do monitor mediante processo seletivo, no qual o candidato é submetido a provas específicas nas quais deverá demonstrar capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinado componente curricular. Na seleção dos candidatos serão levadas em conta a assiduidade, conduta, capacidade, bem como as notas de provas e exames realizados no semestre letivo anterior.

Os monitores serão admitidos sob forma contratual por um exercício financeiro semestral, ficando, automaticamente, cancelados ao final de cada período letivo. Incumbe ao monitor auxiliar os colegas nos estudos dos componentes curriculares do curso em que estiver matriculado, facilitando-lhes a realização de trabalhos e a obtenção de dados bibliográficos e de outros elementos necessários ao curso. O número de monitores é fixado pela Direção, levando-se em conta as dotações orçamentárias e observando o seguinte critério preferencial:

- ✓ Número de aulas atribuídas ao componente curricular; e
- ✓ Número de turmas e de cursos em que o componente curricular é ministrado.

### 3.7.6 Ouvidoria

A Ouvidoria é uma instância informal, neutra e independente à qual membros da comunidade acadêmica e os cidadãos em geral que não se considerarem atendidos de forma satisfatória pelos canais usuais podem recorrer para fazer sugestões, reclamações, denúncias e discutir problemas relativos às atividades e funções da Faculdade.

Sua função é ouvir, localizar informações pertinentes e ajudar a compreensão dos problemas e buscar soluções possíveis visando a melhoria dos serviços, correção de erros, desvios e abusos, proteção do direito à informação, das prerrogativas de professores, estudantes e funcionários e do patrimônio físico e cultural da faculdade.

Sua premissa maior é contribuir para a existência de um ambiente físico e social harmonioso, que favoreça o trabalho, a convivência e a aprendizagem.

A Ouvidoria atua como mediadora de conflitos que surgem no cotidiano das atividades acadêmicas, e facilitadora do entendimento entre as partes envolvidas. Sua regra básica é o respeito à confiança nela depositada pelos usuários

A Ouvidoria tem como objetivo disponibilizar mais um serviço para estreitar a relação da Faculdade com seus discentes, para que possam sugerir, criticar ou elogiar ações da Faculdade.

Mediante a atuação da Ouvidoria, a IES pode buscar cada vez mais, com transparência, fortalecer a qualidade dos seus serviços, uma vez que a ouvidoria tem o compromisso de valorizar, sobretudo, o respeito ao ser humano.

### 3.7.7 Formas de Acesso

A Faculdade Regional de Uberaba promoverá o ingresso de candidatos nos diversos cursos de graduação através de Processo Seletivo organizado e executado segundo o disposto na legislação pertinente, com o objetivo de classificar os candidatos, no limite das vagas ao curso respectivo. A Instituição também aceita transferência de alunos de outras Instituições de Educação Superior, conforme legislação vigente e normas regimentais, bem como a obtenção de novo título. O processo seletivo destina-se a avaliar a formação recebida pelos candidatos e a classificá-los dentro do estrito limite das vagas oferecidas para cada curso. As inscrições para o processo seletivo são abertas em edital, do qual constam os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos e a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação, desempate e demais informações. No ato da inscrição para o processo seletivo está à disposição do candidato uma Relação Geral de Cursos da Faculdade. A classificação é feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos pela Instituição. A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza a seleção, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la, ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa dentro dos prazos fixados. Na hipótese de restarem vagas não preenchidas poderão ser recebidos alunos transferidos ou através da obtenção de novo título.

Os candidatos classificados no Processo Seletivo e convocados para ingresso nos cursos de graduação devem comparecer no setor de matrícula da Faculdade, no prazo fixado, apresentando o original e a cópia dos documentos requeridos:

- ✓ requerimento de matrícula;
- ✓ certificado de conclusão de Ensino Médio ou equivalente;
- ✓ histórico escolar do Ensino Médio concluído;
- ✓ cédula de identidade;
- ✓ título de eleitor e comprovante de votação da última eleição;
- ✓ prova de regularidade com as obrigações do serviço militar, se do sexo masculino;

- ✓ certidão de nascimento ou casamento;
- ✓ comprovante de pagamento das taxas regulamentares;
- ✓ CPF; e
- ✓ 1 foto 3 x 4 atual.

O candidato classificado que não se apresentar para matrícula - no prazo estabelecido e com os documentos exigidos - perde o direito de matricular-se, em favor dos demais candidatos a serem convocados por ordem de classificação, mesmo que tenha efetuado o pagamento das taxas exigidas.

Independentemente de Processo Seletivo pode ser efetuada a matrícula de candidatos portadores de diploma registrados de Curso Superior, observados os dispositivos legais vigentes e o limite de vagas da Faculdade. O portador de diploma de Curso Superior, devidamente registrado, pode matricular-se - havendo vagas após análise e aprovação dos respectivos currículos e programas pelo órgão competente, através da obtenção de novo título.

A matrícula deve ser renovada semestralmente e ao final do primeiro semestre letivo, o aluno deve preencher - na Secretaria - requerimento a fim de confirmar a continuidade de seus estudos para o segundo semestre ou solicitar trancamento. Ressalvado o caso de trancamento de matrícula, a não renovação da mesma implica renúncia do curso e desvinculação do aluno à Faculdade.

O processo de matrícula do aluno ingressante se caracteriza ainda como oportunidade na qual a Instituição realiza o mapeamento dos alunos que necessitam de atendimento especial.

### **3.7.8 Programa de Acolhimento e Permanência**

O Programa é uma proposta de acompanhamento e de apoio aos discentes desde o seu ingresso na IES. Sua estrutura centra-se no acolhimento, permanência e acompanhamento dos estudantes. O Programa está organizado em torno do acompanhamento de todos os acadêmicos da Faculdade, considerando suas necessidades e peculiaridades no decorrer do processo de ensino-aprendizagem. O Programa apresenta uma proposta de trabalho que visa acompanhar todo percurso do aluno na Faculdade, com o intuito de superar suas limitações e valorizar o estudante enquanto sujeito dotado de capacidades, habilidades e potencialidades enfatizando-o como protagonista de seu desempenho acadêmico e de sua própria história. Através do programa a IES busca identificar as possibilidades de estágio não obrigatórios e

remunerados e não remunerados fazendo o devido encaminhamento e acompanhamento dos alunos selecionados.

### **3.7.9 Ações inovadoras para atendimento ao discente**

A Faculdade Regional de Uberaba propõe-se a desenvolver as seguintes ações inovadoras de apoio ao discente em seus cursos:

- ✓ Estabelecer convênios com Instituições públicas e privadas para encaminhamento de alunos a estágios curriculares não obrigatórios e remunerados, mediante intermediação e acompanhamento de profissionais da Instituição;
- ✓ Organizar Atividades de recepção e ambientação entre calouros e ingressantes;
- ✓ Fortalecer relacionamentos de amizade entre toda a comunidade acadêmica;
- ✓ Disponibilizar pauta de comunicação nas redes sociais com a publicação de posts de boas-vindas e demais informações de interesse do curso;
- ✓ Fornecer gratuitamente carteira estudantil; e
- ✓ Apoiar o aluno na realização de atividades extraclasse, através do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

### **3.8 Políticas Institucionais e Ações de Estímulo à Produção Discente e à Participação em Eventos**

A Faculdade Regional de Uberaba, em sua missão de ser uma Instituição inovadora e com grande interlocução com a comunidade, buscará incentivar a produção discente investindo em ações que oportunizem a divulgação referente a tudo o que for por eles produzido.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso, invariavelmente, geram produtos de alta qualidade e que poderiam produzir intervenções na realidade local. Os problemas levados a estudo em seus Projetos Interdisciplinares sempre partem de uma situação real, sendo objeto de pesquisa e análise, para, depois, propor mudanças e novas tomadas de decisão.

A proposta da Instituição é de criar uma revista interna, que viabilize a difusão de todo este conhecimento adquirido, projetando extramuros as vivências dos

discentes e estimulando uma maior interação com a comunidade de seu entorno, que passará a demandar a Faculdade para novas iniciativas.

Os trabalhos que gerarem artigos poderão ser submetidos aos anais de congressos e à publicação em revistas especializadas. Aprovados, nossos discentes terão o apoio institucional para sua defesa pública e apresentação. Este apoio se efetivará nos mesmos moldes definidos para a produção docente, com subsídios financeiros previstos no planejamento anual. Para fazer jus ao reembolso, o discente deverá apresentar o aceite da apresentação do trabalho; resumo; resumo expandido ou artigo completo.

Serão reembolsados os valores referentes à inscrição no evento, passagem aérea e hospedagem até o valor de R\$500,00 para eventos nacionais e de R\$1.500,00 para eventos internacionais.

Em seu retorno, o discente deverá apresentar cópia impressa do trabalho apresentado e do seu certificado de participação, documentos imprescindíveis e que poderão, inclusive, contar como Atividade Complementar de Graduação (ACG). Este discente assumirá a responsabilidade de apresentar o trabalho para a comunidade acadêmica, contribuindo para estimular os demais discentes a produzirem mais e a se interessarem pelo fluxo de comunicações e eventos acadêmicos, internos ou externos.

# EIXO IV

## Políticas de Gestão



2021/2026

#### 4 - Eixo 4 - Políticas de Gestão

A gestão da Faculdade Regional de Uberaba é norteada por princípios éticos, da participação e do trato responsável com os recursos humanos e financeiros. Esses são valores que orientam as ações empreendidas, tendo como objetivo a otimização dos recursos orçamentários, a sustentabilidade institucional, o aperfeiçoamento dos processos administrativos e o estabelecimento de prioridades.

São políticas institucionais de gestão:

- **Participação:** a gestão da Faculdade, sob responsabilidade do Comitê de Gestão e da Diretoria, auxiliadas por instâncias de apoio – Núcleos diversos, entre eles, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico, Ouvidoria, Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleo Docente Estruturante –, se faz com transparência de processos e procedimentos compartilhados por colegiados de cursos, fortalecendo princípios éticos e garantindo a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica. As atas das reuniões dos colegiados superiores são realizadas em livro e os resumos das decisões são divulgados no site para acesso da comunidade acadêmica;
- **Pessoas:** consideradas como capital humano na Instituição, a valorização de pessoas em uma organização tornou-se um grande diferencial para as instituições. Alcançar metas organizacionais sem a valorização real de seu capital humano é totalmente controverso. O alinhamento das competências individuais com as competências organizacionais tornou-se um grande diferencial no alcance das metas estabelecidas. A instituição que fizer dos seus colaboradores realmente o seu capital humano, se destacará no meio organizacional. O profissional que realiza suas atividades motivado, envolvido e qualificado nas competências necessárias para o exercício da função, tem a chance de entregar resultados altamente satisfatórios, estabelecendo um círculo virtuoso. São utilizados recursos tecnológicos como o e-mail institucional, site institucional e Portal Acadêmico para interação entre a comunidade acadêmica.
- **Infraestrutura:** recursos financeiros são mobilizados e direcionados para execução das atividades acadêmicas e administrativas, com recursos pedagógicos e tecnológicos inovadores, atentando para oferecer condições de acesso a pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

- **Informação e Comunicação:** intercâmbio com a comunidade acadêmica e externa, favorecendo o desenvolvimento por meio do ensino, iniciação científica e extensão. Manter atualizado um sistema eficaz de comunicação que seja acessível à comunidade acadêmica e ao público externo e uma rede de informações para o melhor desempenho da gestão acadêmica.
- **Finanças:** sustentabilidade financeira e responsabilidade social fazem parte da política financeira da IES. A manutenção de recursos destinados ao desenvolvimento das atividades acadêmico-administrativas e o incentivo ao acesso a programas de estímulo educacional são prioritários. A gestão financeira é controlada através de uma estrutura de Plano de Contas com naturezas orçamentárias separadas por centro de custo, onde cada curso tem o seu individualizado. Os demonstrativos utilizados são Demonstração de Resultado do Exercício e Fluxo de Caixa. Para a garantia da sustentabilidade financeira a IES utiliza-se da Gestão Orçamentária onde todos os gestores participaram da elaboração e projeção do mesmo para o ano seguinte. Os custos são controlados periodicamente e a decisão de investimento está fundamentada nas pesquisas realizadas pela CPA.
- **Avaliação Institucional:** ferramenta de gestão que incentiva e promove a melhoria dos processos acadêmicos e administrativos.

A aprendizagem é idealizada através da interação entre teoria e prática, na qual se resgata a práxis da ação educativa como elemento inerente ao trabalho pedagógico que se sustenta na formação profissional, no caráter investigativo e na autonomia do pensar o conhecimento. Daí a necessidade da gestão institucional incentivar, dentro de suas condições orçamentárias, a implementação das políticas acadêmicas, voltadas para o incentivo ao ensino, à iniciação científica e à extensão, tornando possível a educação de qualidade, premissa de nosso projeto de desenvolvimento institucional.

Como revelam o organograma da IES e as políticas propostas, a autonomia, a participação efetiva na vida acadêmica, as oportunidades de contribuições e realizações em projetos de ensino, iniciação científica e extensão, a vida comunitária, as condições físicas oferecidas, o fulcro na atenção ao discente e no seu pronto atendimento, as políticas de interligação e complementaridade das atividades fins e meios na Instituição, conduzem e constroem a democratização dos processos e da vida universitária.

Para consecução de seus objetivos, a IES pode propor e interagir com a entidade Mantenedora para fins de aproveitamento de serviços e assinatura de convênios com instituições educacionais, científicas e culturais, nacionais ou estrangeiras.

#### **4.1 Política de Capacitação Docente e Formação Continuada**

A política de capacitação docente visa preparar seu corpo docente para o uso de metodologias e dinâmicas inovadoras que ampliem a capacidade de aprendizado do aluno, preparando-o eficazmente para o exercício da profissão escolhida. Apoiar o seu corpo docente na busca pelo aprimoramento constante e qualificação profissional, trata-se de um dos pilares imprescindíveis no alcance dos objetivos estratégicos institucionais. Para tanto, deve oferecer múltiplas alternativas, no âmbito das suas possibilidades, que permitam aos docentes se qualificarem conforme os seus interesses e necessidades.

O Plano de Carreira Docente e a Política de Capacitação Docente e Formação Continuada estão disponíveis para consulta *in loco*.

##### **4.1.1 Requisitos de Titulação**

A Faculdade Regional de Uberaba contará em seu quadro com docentes que possuem titulação exigida na Lei n. 9.394/96. Os professores serão contratados dentro das normas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, observadas também as Convenções Coletivas de Trabalho das regionais do Sindicato dos Professores - SINPRO do Estado de Minas Gerais.

##### **4.1.2 Experiência no Magistério Superior e Experiência Profissional**

A contratação está vinculada à capacidade do docente em contribuir para a formação do aluno com o perfil definido, tanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), quanto o perfil estipulado nos valores da Instituição. Para compor seus quadros, a Instituição buscará docentes preferencialmente Mestres e/ou Doutores, com formação adequada aos Projetos Pedagógicos de Curso e experiência profissional acadêmica e profissional.

A adequação do docente ao PPC do curso será verificada através da titulação e comprovação de experiências anteriores. O docente deverá contribuir para o conjunto de atividades de ensino-aprendizagem previstas nas DCN (aulas teóricas e

práticas, Estágio, Trabalho de Conclusão de Curso, Atividades Complementares, atividades de extensão, e outras), bem como nos Programas de Nivelamento.

#### **4.1.3 Critérios de Seleção e Contratação**

A Instituição valoriza a experiência de seus docentes, pois entende que a construção do saber está intrinsecamente relacionada à prática profissional; por isso, experiência acadêmica e profissional é um dos critérios considerados na seleção dos professores. A contratação de docentes é feita, observando, preferencialmente, os seguintes aspectos:

- I. Formação acadêmica adequada aos objetivos definidos no PPC do curso;
- II. Experiência profissional compatível que, aliada à formação acadêmica, possa contribuir para a formação do egresso com o perfil específico definido no PPC, nas DCN e no PDI;
- III. Apresentação de aula perante banca composta pelo Diretor e/ou seu representante, coordenador do curso e um professor convidado para avaliação do domínio de conteúdo e metodologia;
- IV. Estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- V. Estar em dia com as obrigações eleitorais; e
- VI. Possuir condições de saúde compatível com o exercício do cargo, comprovada em inspeção médica que será realizada por profissional competente, antes da contratação.

O levantamento de vagas será precedido do aproveitamento dos docentes atuais vinculados, de acordo com a aderência de sua formação às disciplinas e cursos. A dedicação do professor à Instituição é condição indispensável, para que o docente possa se engajar nos projetos institucionais de fomento à melhoria da qualidade educacional.

#### **4.1.4 Política de Qualificação**

O estímulo à produção intelectual do corpo docente será uma ação constante da Faculdade Regional de Uberaba e para tanto procurar-se-á proporcionar apoio técnico e pedagógico aos professores, disponibilizando os recursos e a infraestrutura existente: laboratórios, equipamentos de informática, recursos multimídia e Biblioteca.

O apoio pedagógico será realizado através de oficinas e palestras na própria Faculdade abordando itens importantes para o desempenho do magistério superior

relacionadas ao trabalho docente como: didática inovadora, planejamento das atividades acadêmicas, processos e avaliação da aprendizagem. O objetivo com este empreendimento é auxiliar os docentes na condução dos componentes sob sua responsabilidade, sugerindo atividades, metodologias, sistema de avaliação dos alunos, propostas de trabalho, além de orientar a relação professor-aluno.

A Faculdade adotará como política o incentivo ao corpo docente no que se refere à qualificação, oferecendo bolsas parciais/integrais nos programas de pós-graduação oferecidos por ela própria, por outras faculdades da mantenedora e/ou IES externas, caso nenhuma das unidades da mantenedora, ofereça o curso de interesse na área de formação do docente.

Será incentivada, também, a participação dos docentes em atividades de extensão, eventos científicos e acadêmicos organizados pela Faculdade e por outras instituições.

A formação continuada dos professores universitários torna-se imperativo, não apenas para eles próprios pelo preponderante papel que exercem, mas também para o corpo diretivo da Instituição a quem cabe a responsabilidade de assegurar, em seus quadros, profissionais qualificados.

O Programa de Bolsas e o Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Docentes inclui oferta de cursos de atualização, de métodos e técnicas de ensino e incentiva a participação em congressos, simpósios, seminários, oficinas de capacitação e cursos diversos.

A Faculdade buscará investir no aprimoramento didático de seus professores, oferecendo-lhes conhecimentos adicionais e desenvolvimento de habilidades que possam melhor orientá-los na condução das atividades pedagógicas. O intuito é capacitar os professores para que possam fazer da sala de aula e de outros espaços de aprendizagem um ambiente agradável, tornando o aprendizado mais prazeroso e obtendo melhores resultados dos alunos.

Neste sentido, merecem destaque as seguintes propostas e programas de capacitação a serem ofertados aos Docentes:

- Postura educadora;
- Filosofia da Instituição;
- Interdisciplinaridade e aprendizagem significativa;
- Didática;
- Condução de grupos;
- Curso Propedêutico e atividades inovadoras;
- Educação e sustentabilidade;

- Avaliação do desempenho discente;
- Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem;
- Novas tecnologias em sala de aula;
- Gestão interpessoal na sala de aula;
- Gestão empreendedora no espaço da sala de aula;
- Cultura Surda e Educação para Surdos;
- Elaboração de itens de Provas;
- Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

O programa de capacitação docente estará direto ou indiretamente ligado à sala de aula e ao processo de Avaliação do Desempenho do Docente, que compõem, com outros procedimentos, a Avaliação Institucional da Faculdade.

Com o resultado de sua avaliação, cada professor definirá, juntamente com o coordenador de curso, quais ações de capacitação poderão lhe ajudar a desenvolver determinadas competências.

Essas ações serão analisadas e nova etapa de capacitação será programada, proporcionando aos professores:

- Vivência de práticas pedagógicas alternativas relacionadas ao uso de material didático diferenciado;
- Troca de experiências relativas à prática pedagógica entre os docentes;
- Diferentes possibilidades de abordagem do ensino.

Está prevista também, como oportunidade de ampliação da formação acadêmica, ajuda de custo para docentes e discentes para apresentação de trabalhos acadêmicos em congressos nacionais e internacionais, bem como incentivo à participação nos eventos internos organizados pelo próprio curso ou por todos os cursos da Faculdade. Serão reembolsados os valores referentes à inscrição no evento, passagem aérea, hospedagem até o valor máximo de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) para eventos nacionais e de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para eventos internacionais realizados em outros países, dependendo da inserção de dotação no planejamento orçamentário.

Além disso, todo professor recém-admitido deverá participar de um treinamento de integração denominado “Boas Vindas e Sistemas”, nos primeiros 15 dias após admissão na Faculdade.

Além deste treinamento, todo professor (novato e veterano) será convidado a participar do Simpósio dos Professores, que ocorrerá no início dos semestres letivos.

#### 4.1.5 Plano de Carreira

O atual Plano de Cargos e Salários da Fundação José Bonifácio Lafaiete de Andrada contempla as categorias funcionais, os níveis e índices de remuneração, formas de progressão horizontal e vertical, critérios e prazos para ascensão, entre outros aspectos. Ressalta-se que o texto na íntegra do referido Plano encontra-se disponível na Instituição.

#### 4.1.6 Regime de Trabalho

O docente integrante da carreira fica sujeito a um dos seguintes regimes de trabalho:

- I. **Tempo Parcial (TP):** professor contratado com 12 (doze) ou mais horas semanais de trabalho, nelas reservados, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do tempo para estudos, gestão, extensão, planejamento, avaliação e orientação de alunos;
- II. **Tempo Integral (TI):** professor contratado com 40 (quarenta) horas semanais de trabalho reservados, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do tempo para estudos, extensão, planejamento, avaliação e orientação de alunos; e
- III. **Horista (HT):** professor que ministra aulas e não está enquadrado no regime parcial e/ou integral.

Havendo redução do número de discentes e/ou turmas que impossibilitem a formação e/ou manutenção dos docentes em tempo integral ou parcial de um curso específico, eles poderão ter o seu regime de trabalho alterado para a condição de horista.

#### 4.1.7 Procedimentos para Substituição Eventual de Professores do Quadro

Para a eventual substituição de professores, em primeiro, buscar-se-á opção no próprio curso ou em outro, que tenha aderência e carga horária com disponibilidade para esse acúmulo temporário e, somente quando isso não for possível é que se buscará no mercado de trabalho profissionais qualificados para tanto.

Em casos emergenciais, a contratação de docente substituto poderá ser feita por um período de 06 (seis) meses, sem que tal procedimento emergencial venha caracterizar ingresso na carreira docente, para estrito fim de atender a carência de pessoal docente, em caráter emergencial e em função da necessidade de substituir

um docente afastado por motivo de doença, gravidez, outro afastamento necessário ou, ainda, para ministrar disciplina que não terá continuidade do semestre seguinte.

O professor visitante é admitido para atender a programa especial de ensino e extensão ou por cooperação internacional, sendo contratado pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, para atender a programa especial de ensino ou pesquisa, que exija notória competência, sendo que o valor da remuneração será definido de acordo com tabela salarial do presente Plano de Carreira e Convenção Coletiva de Trabalho do local em que ministrará aulas.

#### 4.1.8 Expansão do Corpo Docente, considerando o Período de Vigência do PDI

Apresenta-se, abaixo, o cronograma para sua expansão:

#### CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE

<b>Cronograma da expansão do corpo docente, considerando o período de vigência do PDI.</b>						
<b>Titulação</b>	<b>Regime de Trabalho</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
<b>Doutorado</b>	Integral	01	-	01	-	-
	Parcial	01	-	01	-	02
	Horista	02	02	-	01	-
<b>Mestrado</b>	Integral	01	-	02	-	01
	Parcial	01	01	01	02	01
	Horista	01	03	01	-	01
<b>Especialização</b>	Integral	02	-	01	-	-
	Parcial	-	-	01	02	02
	Horista	-	03	01	-	02
<b>TOTAL</b>		09	09	09	05	09

#### 4.2 Política de Capacitação e Formação Continuada para o Corpo Técnico-Administrativo.

A Instituição, dentro de suas possibilidades, busca proporcionar qualificação e treinamento funcional para o corpo administrativo, além de fomentar o investimento pessoal em políticas de melhorias na qualificação. Cursos, palestras, simpósios, treinamentos são ofertados aos funcionários por meio de ações diretas da Instituição e/ou por meio de parceria e convênio com empresas especializadas do ramo.

Os funcionários serão beneficiados com bolsas parciais/integrais nos programas de pós-graduação e/ou extensão oferecidos por ela própria, por outras faculdades da mantenedora e/ou IES externas, caso nenhuma das unidades da mantenedora, ofereça o curso de interesse na área de atuação do funcionário.

#### 4.2.1 Critérios de Seleção e Contratação

As etapas que constituem a seleção da Faculdade são:

**Primeira Etapa:** Assim que receber a solicitação de contratação ou a movimentação de pessoal, caso necessário, o setor de Recursos Humanos entrará em contato com o líder para alinhar os detalhes que serão trabalhados. Caberá ao setor de Recursos Humanos utilizar os instrumentos necessários para avaliação psicológica de todos os candidatos, tais como: Entrevista de Triagem, Teste Psicológico, Entrevista Psicológica e/ou Dinâmica de Grupo.

**Segunda Etapa:** São provas ou testes de conhecimento específico elaborados pela área de domínio (aplicados quando necessário).

**Terceira Etapa:** Caberá ao líder da vaga, de posse de todos os resultados, realizar Entrevista Final. Após a entrevista com o líder, o Setor de Recursos Humanos será responsável pela análise dos dados, sintetizando as informações em um parecer e discutindo com o líder da vaga os aspectos facilitadores e dificultadores. Todos os candidatos e líderes envolvidos no processo deverão receber o posicionamento do Setor de Recursos Humanos quanto ao resultado, à medida que forem sendo eliminados ou aprovados. Os eliminados do processo deverão saber o resultado primeiro, e, posteriormente, o retorno será dado para o colaborador aprovado. O líder receberá o retorno, de forma que ele atue no desenvolvimento de seu liderado.

A contratação somente será feita até o dia 15 de cada mês, para efeito de folha de pagamento. Não será autorizada contratação fora do prazo. O colaborador só poderá iniciar suas atividades na Instituição mediante liberação do Setor de Recursos Humanos e a entrega de toda documentação

O Plano de Cargos e Salários tem como objetivo básico a determinação das carreiras e da remuneração fixa (Salário-base) de cada colaborador.

#### 4.2.2 Critérios Básicos de Seleção

Os requisitos mínimos para se candidatar a uma vaga na IES são:

- Ter 18 (dezoito) anos completos;
- Ter completado o ensino médio. A admissão de funcionários e cônjuges é permitida desde que não exerçam funções em condição hierárquica direta ou indiretamente em relação à parentela de acordo com o disposto no organograma institucional.

Em condições de igualdade, os candidatos com necessidades especiais terão preferência no preenchimento das vagas. Na escolha dos candidatos para preenchimento das vagas por movimentação interna ou por admissão, levar-se-á em conta as exigências do cargo e as qualificações do candidato ao seu preenchimento.

O processo de seleção poderá contar com: entrevistas, testes, dinâmicas de grupos, entre outros instrumentos. Nas atividades que exijam precisão, também poderão ser aplicados testes práticos, e a documentação de todo profissional aprovado para movimentação interna ou admissão será acompanhada de um parecer.

#### **4.2.3 Condições para Inscrição**

O processo seletivo interno é aberto a todos os profissionais que possuam os pré-requisitos necessários para ocupar o cargo e estejam no mínimo, 06 (seis) meses na Instituição, ou 06 (seis) meses na última função e tenham salário inferior ou igual ao oferecido na nova vaga. Para inscrever-se, deverá o profissional preencher o formulário próprio e apresentar cópia do seu currículo atualizado, encaminhando-os ao Setor de Pessoal.

#### **4.2.4 Formas de Captação de Candidatos**

Na captação dos currículos de candidatos serão adotadas as seguintes formas:

- I. Banco de dados de candidatos;
- II. Divulgação no Site Institucional e de e-mail institucional; e
- III. Chamadas através de entidades de classe, veículos de comunicação, dentre outros.

#### **4.2.5 Políticas de Qualificação**

Dentro de suas possibilidades, a Faculdade buscará proporcionar qualificação e treinamento funcional para o corpo administrativo, além de fomentar o investimento pessoal em políticas de melhorias na qualificação. Cursos, palestras, simpósios, treinamentos são ofertados aos funcionários por meio de ações diretas da Instituição e/ou por meio de parceria e convênio com empresas especializadas do ramo.

A Faculdade ainda promoverá a capacitação e o desenvolvimento de seus colaboradores, alinhando-os aos desafios e necessidades da instituição visando à

maximização do desempenho do seu capital humano e dos resultados empresariais, buscando o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

Assim, a Faculdade atuará de forma estratégica desde o treinamento de boas-vindas aos novos colaboradores até ações direcionadas à formação de lideranças e equipes, podendo planejar e executar as ações em parceria com outras instituições.

#### 4.2.6 Plano de Cargos e Salários

O atual Plano de Cargos e Salários contempla as categorias funcionais, os níveis e índices de remuneração, formas de progressão horizontal e vertical, critérios e prazos para ascensão, entre outros aspectos. Ressalta-se que o texto na íntegra do referido Plano encontra-se disponível na Instituição.

#### 4.2.7 Regime de Trabalho

Os funcionários técnico-administrativos são mensalistas e, na sua quase totalidade, admitidos com contratos de 40 (quarenta) horas semanais.

#### 4.2.8 Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo

Para atender às necessidades de implantação dos novos cursos propostos no PDI 2021/2026 pretende-se expandir o corpo técnico-administrativo conforme apresentado no quadro seguinte.

#### CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

<b><i>Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo, considerando o período de vigência do PDI.</i></b>					
<b>Departamento</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
Auxiliar de Serviços Gerais	02	-	-	-	01
Auxiliar Administrativo	02	-	01	-	01
Bibliotecário	01	-	-	-	-
Secretária	01	-	-	-	-
Auxiliar de Secretaria	-	-	-	01	01
Técnico de Laboratório	01	01	01	-	-
Auxiliar de Biblioteca	-	01	-	-	-
Coordenador de Curso	02	01	-	-	-
Diretor	01	-	-	-	-

### 4.3 Processos de gestão institucional.

O funcionamento desta Faculdade está alicerçado numa gestão participativa e democrática por meio de seus órgãos colegiados, nos quais está prevista a participação efetiva do seu corpo discente, docente, técnico-administrativos e sociedade.

Todas as deliberações, normatizações, proposições e avaliações nas esferas administrativa e acadêmica são de responsabilidade desses órgãos, considerando as competências de cada um.

Desta forma, a Instituição promove um modelo de gestão onde a comunidade acadêmica participa dos processos de decisão e se envolve no firme propósito de alcançar as metas institucionais, bem como realizar a missão e alcançar a visão proposta.

A estrutura assim se apresenta:

A representação dos docentes e discentes nas instâncias de decisão está plenamente institucionalizada conforme Regimento, sendo essas categorias representadas nos seguintes órgãos:

- Direção
- Comitê de Gestão (Docentes e Discentes)
- Colegiado de Curso (Docentes e Discentes);
- Núcleo Docente Estruturante –NDE (docentes de cada curso)
- Coordenação de Curso

Além disso, no Comitê de Gestão e na CPA também há representatividade do pessoal técnico administrativo e, nessa última, da sociedade civil organizada, garantindo que todos os atores envolvidos no processo acadêmico se façam representar nas instâncias de decisão da Instituição, proporcionando reflexões e debates com vistas ao aperfeiçoamento dos processos e da gestão.

Órgãos suplementares e de apoio da Faculdade:

- I. secretaria;
- II. biblioteca;
- III. Procuradoria Institucional
- IV. ouvidoria; e
- V. outros

Conforme determinado pelo Regimento da IES e a critério da Direção, com a prévia autorização da Mantenedora quando envolver custos, podem ser criados outros órgãos suplementares e de apoio, sendo que a Mantenedora disponibilizará outros órgãos e setores para apoio a Faculdade, como por exemplo o **departamento de marketing**, que tem como principal função gerenciar os canais de comunicação externa e interna para correta divulgação dos cursos e dos programas de extensão e iniciação científica, sendo ainda responsáveis pela publicação de documentos institucionais relevantes, assegurando mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria, de forma a permitirem o acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa, com atuação transversal às diversas áreas institucionais e mecanismos exitosos, tais como site institucional, portal do aluno, grupos de mensagens instantâneas (WhatsApp, Twitter, Instagram, etc.)

Esse modelo de gestão participativo e democrático também promove maior engajamento da comunidade acadêmica no desenvolvimento da missão e alcance da visão institucional, bem como na promoção de seus valores.

Os resumos das decisões colegiadas serão publicados no site da Instituição, em aba própria.

#### **4.3.1 Organograma Institucional e Acadêmico**

Os órgãos de deliberação e de execução foram concebidos com poucos níveis hierárquicos, visando tornar mais fácil a comunicação, exigir menor controle, facilitar a gestão de processos e de rotinas e a delegação de competências, podendo obter, em consequência, maior envolvimento dos docentes, discentes e técnicos administrativos.

Nos órgãos colegiados estará assegurada a representatividade dos segmentos administrativo, discente e docente, para garantir o envolvimento da comunidade acadêmica, tanto na adoção das decisões, como na sua execução, com vistas a aprimorar o ensino ministrado.

A estrutura organizacional prevista no Regimento da Instituição será composta de forma a garantir a qualidade das atividades acadêmicas, dividindo-se em:

##### **I - Colegiados:**

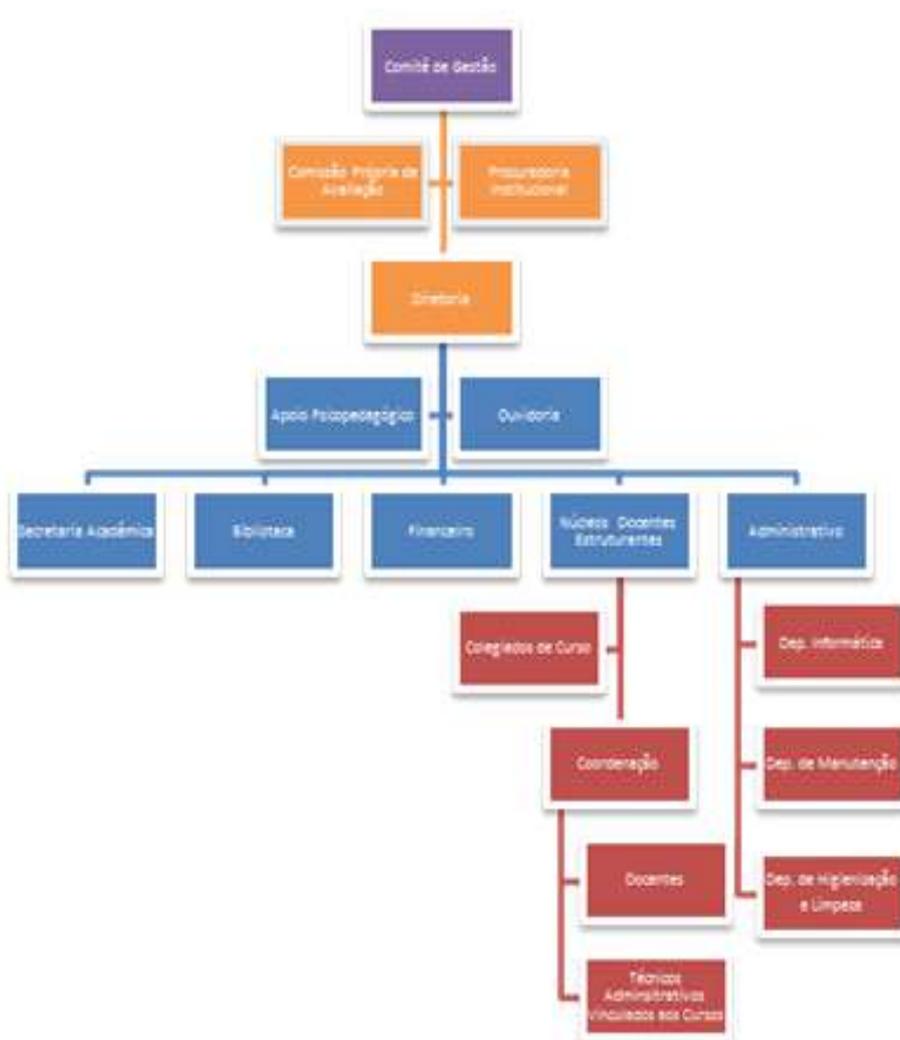
- a) Comitê de Gestão
- b) Comissão Própria de Avaliação - CPA
- c) Núcleo Docente Estruturante - NDE
- d) Colegiado de Curso

## II - Diretoria:

- a) Direção
- b) Coordenação de Curso
- c) Coordenação de Iniciação Científica/Pesquisa e Extensão

## III - Órgãos Suplementares:

- a) Secretaria Acadêmica;
- b) Biblioteca;
- c) Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP;
- d) Ouvidoria;
- e) Departamento Financeiro;
- f) Marketing.
- g) Procuradoria Institucional



A estrutura organizacional da Faculdade, tem como função precípua direcionar as suas ações para propiciar o desenvolvimento das competências profissionais de seus alunos. Na execução de seus trabalhos, a Direção da Instituição poderá contar com órgãos de apoio acadêmico.

Caberá aos órgãos colegiados de ensino, extensão e iniciação científica a deliberação sobre o conjunto de atividades essenciais para a vida acadêmica consubstanciados nos artigos 53 e 54 da LDB, respeitadas a legislação pertinente e as diretrizes educacionais.

O Regimento Geral da Faculdade Regional de Uberaba regulamenta o processo de escolhas e mandatos dos membros dos órgãos colegiados.

#### **4.4 Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional.**

A Faculdade Regional de Uberaba, mantida pela Fundação José Lafaiete Bonifácio de Andrada, elaborará seu orçamento anual, considerando:

- Projeção das receitas: mensalidades ou anuidades dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão ou projetos em parcerias;
- Projeção dos custos com pessoal (Docentes e profissionais técnico-administrativos);
- Projeção dos custos com serviços de terceiros;
- Projeção dos custos diretos e indiretos;
- Previsão de evasão de alunos;
- Previsão de inadimplência.

A peça orçamentária será elaborada a partir do levantamento dos cursos ofertados, tendo como base o número de alunos por turma, cargas horárias dos docentes, índices de reajustes inflacionários, salários e as demais informações obtidas pelos relatórios contábeis produzidos até o início dos trabalhos.

Elaborados os levantamentos das receitas e custos, e a identificação dos resultados, serão projetados os investimentos. O orçamento será aprovado em conjunto com a Diretoria Financeira e a Mantenedora. Após aprovado, sua execução seguirá o planejamento central estratégico no enfoque econômico-financeiro.

Com este planejamento, a Faculdade visa atender às suas necessidades e demandas, além de acompanhar mensalmente o planejamento econômico e financeiro como uma ferramenta técnica capaz de auxiliar na análise dos resultados obtidos e, ao mesmo tempo, fornecer parâmetros confiáveis para a tomada de decisões pelos gestores.

Para a garantia do alcance das metas estabelecidas para o Ensino, Iniciação Científica, Pós-graduação, Extensão a IES trabalhará com a estruturação de seus investimentos através de uma Gestão pautada no Plano Orçamentário.

Serão realizadas pelos gestores financeiros da Mantenedora, coordenadores de curso, diretor acadêmico, análises da estrutura atual de todos os departamentos: administrativos, infraestrutura e estrutura dos cursos, onde serão apontados os itens a serem adequados ou criados.

A partir disso, serão planejadas as ações de modificação ou manutenção a curto, médio e longo prazos. O orçamento estará ligado aos planos de ação para cada meta estabelecida, com verba liberada e prazo de execução.

A Receita da Faculdade provém da mensalidade dos estudantes, das taxas escolares, das receitas de prestação de serviços a terceiros, do aluguel de espaços físicos e da captação de recursos junto às Instituições Públicas e Privadas. São realizadas promoções de apoio para o ingresso dos estudantes em seu quadro discente e serão mantidas as mesmas políticas para os alunos dos cursos ministrados na modalidade EAD.

A Faculdade pretende desenvolver os seguintes programas em parceria com instituições externas:

- PROUNI – criado pelo Governo Federal, em 2004, e institucionalizado pela Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais, de modo a beneficiar estudantes egressos do ensino médio;
- FIES (Financiamento Estudantil), programa do Governo Federal destinado à concessão de financiamento;
- Crédito Pravalor (Ideal Invest) – empresa especializada em crédito universitário;
- Quero Bolsa empresa especializada em busca de candidatos.

A IES possuirá ainda promoções próprias como o Estrelas do Enem, que se trata de um programa de Bolsas que variam de 30% a 100% de acordo com a Nota do aluno obtida no Enem; promoções de 100%, 50%, 25% respectivamente, dos primeiros aos terceiros colocados no vestibular de cada curso.

Serão realizados ainda convênios com empresas da região, onde os funcionários e seus filhos poderão ter um desconto de 35% na mensalidade do curso escolhido.

O orçamento será controlado periodicamente pela diretoria acadêmica da instituição, juntamente com a equipe financeira da Mantenedora. Essa equipe controla periodicamente as verbas orçadas em contraponto com as realizadas. O acompanhamento e monitoramento serão realizados através de relatórios periódicos, gerados por centro de custo e natureza orçamentária, sempre visando cumprir com os percentuais previamente estabelecidos, para garantia da sustentabilidade financeira da IES e cumprimento das metas.

## PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

A previsão orçamentária para 05 (Cinco) anos, apresentada abaixo, foi elaborada obedecendo-se rigorosamente aos critérios orçamentários.

<i>Previsão Orçamentária Institucional, considerando o período de vigência do PDI</i>			
ANO	RECEITAS - R\$	DESPESAS - R\$	TOTAL GERAL - R\$
<b>2022</b>	R\$ 1.176.665,00	R\$ 1.004.467,55	R\$ 172.197,45
<b>2023</b>	R\$ 1.980.997,00	R\$ 951.581,75	R\$ 1.029.415,25
<b>2024</b>	R\$ 3.423.713,50	R\$ 1.219.207,64	R\$ 2.204.505,86
<b>2025</b>	R\$ 3.771.197,00	R\$ 1.595.261,38	R\$ 2.175.935,62
<b>2026</b>	R\$ 4.195.984,00	R\$ 2.173.858,18	R\$ 2.022.125,82

### PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA INSTITUCIONAL, CONSIDERANDO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI.

<i>Cronograma de execução, considerando o período de vigência do PDI</i>					
<b>Demonstrativo</b>					
RECEITAS	2022	2023	2024	2025	2026
Anuidade/Mensalidade (+)	1.344.000,00	2.284.800,00	2.822.400,00	3.091.200,00	3.360.000,00
Bolsas (-)	134.400,00	241.920,00	309.120,00	349.440,00	430.080,00
Diversos (+)	38.200,00	68.760,00	87.860,00	99.320,00	122.240,00
Financiamentos (+)	-	-	-	-	-
Inadimplência (-)	80.640,00	145.152,00	185.472,00	209.664,00	258.048,00
Serviços (+)	8.250,00	12.250,00	15.975,00	18.310,00	21.600,00
Taxas (+)	1.255,00	2.259,00	2.886,50	3.263,00	4.016,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.176.665,00</b>	<b>1.980.997,00</b>	<b>3.423.713,50</b>	<b>3.771.197,00</b>	<b>4.195.984,00</b>
DESPESAS	2022	2023	2024	2025	2026

Acervo Bibliográfico (-)	240.000,00	100.000,00	80.000,00	60.000,00	50.000,00
Aluguel (-)	-	-	-	-	-
Despesas Administrativas (-)	13.724,22	13.910,43	14.066,85	14.270,19	14.526,40
Encargos (-)	78.993,33	142.187,99	227.500,79	341.251,19	511.876,78
Equipamentos (-)	240.000,00	135.250,00	103.720,00	89.450,00	50.000,00
Eventos (-)	20.000,00	22.000,00	23.250,00	25.000,00	25.000,00
Investimento – compra de imóvel (-)	-	-	-	-	-
Manutenção (-)	13.200,00	13.300,00	15.000,00	18.000,00	21.000,00
Mobiliário (-)	85.450,00	11.000,00	12.500,00	13.000,00	14.000,00
Pagamento Pessoal Administrativo (-)	84.250,00	121.833,33	133.210,00	145.850,00	184.295,00
Pagamento Professores (-)	192.000,00	345.600,00	552.960,00	829.440,00	1.244.160,00
Pesquisa e Extensão(-)	18.600,00	22.500,00	33.000,00	35.000,00	35.000,00
Treinamento (-)	18.250,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.004.467,55</b>	<b>951.581,75</b>	<b>1.219.207,64</b>	<b>1.595.261,38</b>	<b>2.173.858,18</b>

#### 4.5 Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna.

Uma Instituição de Ensino Superior, por sua natureza, tem papel de grande destaque para o desenvolvimento das sociedades e, exatamente por isso, deve garantir uma base financeira estável, gerenciada de maneira justa e eficiente, com um sistema de captação bem planejado.

Para manter a coerência com sua visão e missão, a IES afirma que buscará ajudar seus alunos a realizarem seus sonhos e, portanto, a sustentabilidade financeira é a garantia da continuidade do alcance deste objetivo e deve ser vista com a seriedade que merece. Afinal, esta sustentabilidade é fruto de uma gestão ética e responsável e vem atrelada mais a indicadores sociais que, tão-somente, a financeiros.

Desse modo, a comunidade interna é partícipe deste processo, quer seja quando trabalha ativamente na captação quando se desdobra em manter e/ou ampliar a qualidade dos cursos e serviços (principalmente os de atendimento às demandas do aluno), a fim de evitar ou minimizar a evasão. Bons cursos, bons professores, boa reputação e o valor da marca serão atrativos de mercado que precisam ser mantidos.

Assim, os coordenadores de cursos serão convidados a elaborar o orçamento anual de seu curso, visando dar-lhes a medida exata de que esse gerenciamento é

que possibilita o desenvolvimento financeiro-administrativo, a manutenção da qualidade e a eficiência operacional. E, assim, a expectativa de crescimento, via expansão, poderá ser mantida.

Essa corresponsabilidade também se estende aos líderes de área e aos diretores. Todos se envolvem e buscam trazer elementos das avaliações internas e externas em suas considerações e solicitações.

O resultado da Avaliação Interna, disponibilizado pela CPA, será de grande importância na tomada de decisão de onde investir e o que precisa ser colocado em perspectiva de maior ou menor prazo.

Cada visita in loco também fornecerá elementos importantes quanto ao investimento necessário para espaços, equipamentos e laboratórios. Por isso, a equipe do Regulatório, ao trazer esses elementos, amplia a visão e sustenta a tomada de decisão.

Para garantia do cumprimento do Plano Orçamentário e, por conseguinte, das Metas Estabelecidas, existe um acompanhamento e controle sistemático de todo o Plano Estabelecido.

Os gestores da Mantenedora, juntamente com os Gestores da IES, analisam sistematicamente e periodicamente os resultados gerados, estabelecendo correlação entre o que foi realizado e prazo para alcance da meta.

Os controles serão realizados através de apurações das Demonstrações de Resultado de Cada Curso, onde serão apresentadas as Margens de Contribuição e Investimento Realizado.

As variações apuradas, caso ocorram, serão tratadas em tempo hábil, para que não haja comprometimento do alcance das metas estabelecidas.

**EIXO V**

**INFRAESTRUTURA**



**2022/2026**

## 5 - Eixo 5 – INFRAESTRUTURA

A Faculdade Regional de Uberaba funcionará em imóvel próprio, com aproximadamente 7.500 m<sup>2</sup>, com excelentes instalações, localizado na Avenida Leopoldino de Oliveira, 4.245. Bairro: Mercês. Uberaba/ MG, local aprazível e de fácil acesso.

A Faculdade possui localização estratégica, com facilidade de transporte público e acesso diversificado.

Os espaços físicos da Faculdade possuem infraestrutura adequada e atenderão às necessidades exigidas pelas normas institucionais, diretrizes dos cursos e órgãos oficiais de fiscalização pública. A edificação conta com sistema de ventilação natural e artificial (ar condicionado) em sua totalidade e acabamentos civis, visando facilidades de manutenção e higienização.

As instalações são totalmente acessíveis e atenderão à legislação vigente - NBR 9050/2004 da ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos); Constituição Federal de 1988, Artigos 205, 206 e 208; Decretos nº 5296/2004, nº 6949/2009 e nº 7611/2011; Portaria 3284/2003.

A Instituição inseriu no sistema e-MEC o plano de garantia de acessibilidade e o plano de rota de fuga, conforme prevê o Decreto nº 9.235/2017.

A Unidade terá em todos os seus ambientes de aprendizagem, um adequado sistema acústico, eliminando qualquer possibilidade de prejuízo ao ensino, bem como sistema de iluminação, respeitando as normas vigentes e com limite mínimo de 10w de iluminação fluorescente/m<sup>2</sup> nos ambientes de educação – biblioteca, salas de aula, ambientes administrativos e laboratórios.

Todo o campus contará com sistema de PCI (Prevenção e Combate a Incêndio) adequado e aprovado junto à Corporação do município, tendo em todos os seus ambientes um sistema de iluminação de emergência eficaz e seguro, bem como todos os recursos necessários para uma correta proteção aos usuários do local.

Todo o campus estará coberto por rede Wireless, além de rede de TI física e pontual quando necessário, contando com uma sala para o CPD (Centro de Processamento de Dados), onde serão alocados os links, servidores e demais ativos de informática para um eficaz atendimento às demandas da Faculdade.

Contará com uma equipe exclusiva de limpeza, onde os ambientes serão limpos duas vezes ou mais por dia, dependendo da necessidade.

A infraestrutura é composta pelos espaços descritos nos tópicos a seguir. O detalhamento de cada um destes espaços, em específico no que concerne, por exemplo, à capacidade, metragem, mobiliário, será apresentado in loco.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais, em termos quantitativos e qualitativos, foi elaborado o Plano de Avaliação Periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

A avaliação institucional também se apresenta como importante ferramenta de avaliação periódica e de gerenciamento dos espaços.

Todas as instalações administrativas atendem plenamente aos requisitos de dimensão, acessibilidade, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessárias para a recepção e atendimento aos estudantes, circulação nas áreas comuns e utilização das salas de aula e outros espaços pedagógicos e/ou administrativos.

#### ***Vista panorâmica da Faculdade Regional de Uberaba***



## 5.1 Instalações administrativas

Os professores em tempo integral têm à sua disposição gabinetes de trabalho devidamente equipados com mesa para atendimento, cadeiras, mesa com computador ligado à internet e acessórios.

As coordenações de cursos contam com gabinetes de trabalho, salas de reuniões, equipadas com computadores, telefone, acesso à Internet e impressoras. Todos os ambientes atendem eficientemente em relação ao espaço, ventilação, acessibilidade, conforto, iluminação e acústica apropriadas aos seus fins, são limpos diariamente por equipe especializada, gerando locais com comodidade necessária às atividades desenvolvidas.

A Instituição está localizada na área urbana, em local que permite acesso por transporte próprio ou público, facilitando a chegada e locomoção dos alunos. Possui estacionamento privativo para o corpo social e vagas internas demarcadas para pessoas com mobilidade reduzida ou deficientes.

Disponibiliza aos alunos, professores, técnico-administrativos e visitantes acesso à internet wireless. Possui cantina, atendendo plenamente às condições de limpeza, acessibilidade, higiene, ventilação e conservação.

A guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica fica a cargo da secretaria acadêmica e do setor de TI da Instituição. Muitos documentos acadêmicos são disponibilizados em meio digital através do Portal Acadêmico.

A organização do acervo acadêmico obedece à Tabela de Temporalidade em atendimento à Portaria MEC nº 1.224/2013 e se encontra em processo de implantação a Secretaria Digital.

As instalações Administrativas, assim como as demais instalações físicas, são contempladas no Plano de Avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

## 5.2 Salas de Aula

As salas de aula possuem estrutura física adequada para os usuários e para as atividades a que se destinam. Todas possuem boa acústica e, iluminação e ventilação artificial e natural e são equipadas com carteiras, mesas, quadro branco/negro, tela de projeção, Datashow e quadro de avisos, sendo os equipamentos e mobiliários adequados às atividades.

A definição das salas para os cursos se dará em função do número de matriculados, estabelecendo uma relação entre a adequação do espaço à prática pedagógica, bem como os recursos tecnológicos que serão utilizados.

Para melhor atender ao corpo discente as salas poderão ser reavaliadas, sempre que houver necessidade, sobretudo quando se tratar de questões de acessibilidade.

As salas de aula recebem manutenção e limpeza periódica, executada por equipe especializada, sempre a cada término de período e possuem lixeiras em seu interior e nos corredores.

Os recursos audiovisuais também são disponibilizados e compostos de:

- a) equipamento de áudio;
- b) equipamento de computação;
- c) projetor multimídia (data show, projetores).

Os ambientes foram projetados respeitando os padrões arquitetônicos de dimensão, ventilação, acessibilidade, conforto, iluminação e acústica apropriados aos seus fins. Gerando locais com comodidade necessária às atividades desenvolvidas.

As salas de aula, assim como as demais instalações físicas, são contempladas no Plano de Avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

### **5.3 Auditório.**

A IES conta com auditório salubre, arejado, bem iluminado, bem conservado e encontra-se equipado com sistema de sonorização com mesa de som, amplificador e caixas acústicas, iluminação, climatização, projetor multimídia, telão, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade e acessibilidade.

Todo o ambiente é coberto por rede wireless e alguns pontos de rede física de TI. O espaço também conta com equipamentos para realização de videoconferências.

A limpeza e manutenção do auditório é feita de acordo com a necessidade de utilização do espaço, porém, mantém-se o ambiente em perfeitas condições de uso.

O auditório, assim como as demais instalações físicas, está contemplado no Plano de Avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

### **5.4 Sala dos Professores**

Assim como as demais instalações do IES, a sala dos professores, atende eficientemente no tocante ao espaço, ventilação, acessibilidade, conforto, iluminação e acústica apropriadas aos seus fins, são limpas diariamente por uma equipe especializada, gerando locais com comodidade necessária às atividades desenvolvidas

Os professores contam com sala devidamente equipada com mesa, cadeiras, computadores, acesso à Internet. São disponibilizados computadores com acesso ao registro acadêmico em quantidade e qualidade suficientes, com softwares atualizados que permitem ações diversas, entre elas, edição e formatação de materiais e conteúdos.

Conta ainda com funcionários de apoio e está contemplada no Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

### **5.5 Espaços para atendimento aos discentes**

Os alunos da IES receberão atendimentos por variadas formas e em diversos setores. Além das salas de aula, onde ocorrem as atividades de ensino-aprendizagem, os alunos receberão atendimento na secretaria, setor financeiro, Biblioteca, Ouvidoria, Núcleo Psicopedagógico, gabinetes dos coordenadores de curso e sala de atendimento dos professores e sala de atendimento individual.

Os espaços de atendimento ao aluno, pelo coordenador ou por professores integrais é individual. Os espaços para professores parciais e horistas são multiuso, mas é assegurado o atendimento individualizado e reservado.

Todos esses espaços possuem adequação às atividades e possuem acessibilidade, incluem formas de comunicação visual, tátil e sinalização permanente, direcional, de emergência e temporária em seus ambientes.

Nesses espaços, edificações, mobiliários e equipamentos, são utilizados símbolos internacionais de acesso, incluindo aqueles para pessoas com deficiência auditiva e visual.

O atendimento ao aluno também é realizado via e-mail e canal de comunicação on-line do portal acadêmico e do AVA. Os espaços de atendimento ao aluno são avaliados periodicamente por meio da avaliação institucional e contemplados no Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

### **5.6 Espaço para Convivência e Alimentação**

A área de convivência possui uma infraestrutura que possibilita o desenvolvimento de atividades esportivas/ de recreação/ culturais, espaço para alimentação e serviços. As instalações sanitárias são de fácil acesso e compatíveis com o número de usuários existente.

Os espaços de convivência e alimentação é bastante arborizado, causando impacto estético e bem-estar psicológico, estão organizados de forma a

propiciar o pleno acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, sinalização tátil, rampas, balcões de atendimento e guichês de acesso, corrimãos, indicação de rotas de fuga e saídas de emergência, conforme normas legais e política de acessibilidade.

A lanchonete proporciona serviços de lanche e pequenas refeições produzidos dentro dos padrões exigidos pela vigilância sanitária.

Esses espaços também passam por avaliações periódicas através da avaliação institucional onde alunos, professores e técnicos-administrativos se manifestam sobre a infraestrutura e qualidade da prestação de serviços, bem como por meio do Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

### **5.7 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física**

A Faculdade dispõe de laboratórios para atendimento aos cursos de graduação, com equipamentos em quantidade e qualidade necessárias ao seu bom funcionamento.

Apresentam condições adequadas às finalidades a que se destinam, com dimensão, iluminação, ventilação, acessibilidade e limpeza que atendem aos padrões exigidos. Têm a finalidade de proporcionar aos discentes o desenvolvimento de práticas relacionadas às diversas disciplinas que compõem a matriz curricular, assim como pesquisas para desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

Os laboratórios especializados contam com procedimentos técnicos para preparação das aulas, regulamentos próprios, bem como normas de utilização e segurança, com objetivo de garantir seu bom funcionamento.

A relação a seguir expressa os laboratórios existentes:

## RELAÇÃO DE LABORATÓRIOS DA IES

Identificação da Instalação	Quantidade	Área Total	Capacidade
Laboratório de Informática	01	52	30
Brinquedoteca	01	42,2	40
Laboratório de Microscopia	01	51m <sup>2</sup>	20
Laboratório de Práticas Esportivas (Campo de Futebol; Campo Society; Quadras Poliesportiva: Futsal, Vôlei, Basquetebol, Handebol e Peteca); Ginásio Poliesportivo; Piscinas; Academia; Pista de Atletismo	11	10.824m <sup>2</sup>	---
Laboratório de Informática	01	55m <sup>2</sup>	40
Sala de Práticas Corporais	01	56m <sup>2</sup>	20

Os laboratórios contam com vários tipos de equipamentos e materiais devidamente organizados e facilmente acessíveis para serem utilizados por docentes e discentes.

Cada laboratório conta com um Regulamento próprio, onde se estabelecem as principais regras de utilização, além de normas de segurança. As aulas práticas serão realizadas a partir de um roteiro pré-definido.

Para que as atividades práticas possam ser desenvolvidas, ao longo do ano serão realizadas atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como a aquisição de materiais e insumos necessários à preparação e realização das atividades práticas de ensino, previstas nas disciplinas que compõem o Projeto Pedagógico do Curso. Todos os laboratórios são também avaliados e gerenciados pelo Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

### 5.8 Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA

Na Faculdade Regional de Uberaba a Avaliação Institucional está a cargo da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A sala onde funciona a CPA possui dimensão apropriada e a seguinte estrutura:, 01 Computador, 01 impressora, mesa de reunião, Arquivos de Gaveta e 01 armário de 2 portas.

Assim como as demais instalações a sala da CPA atende aos padrões exigidos de iluminação, ventilação, acessibilidade e limpeza.

O computador possui todas as ferramentas e recursos necessários para a coleta de dados e análise dos resultados, gerando gráficos diversos e outros, bem como dos relatórios e pareceres recomendativos para serem remetidos aos demais setores e órgãos do IES.

A sala da CPA também é contemplada no Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

## 5.9 Biblioteca

A Biblioteca da Faculdade Regional de Uberaba tem como uma de suas metas básicas a globalização e integração de seu acervo. Atualmente, a biblioteca abriga um acervo completo, integrando projetos nacionais de serviços de comutação bibliográfica tais como a Rede BIREME e o COMUT.

A Biblioteca tem como missão promover e disponibilizar o acesso à informação com qualidade, apoiando e colaborando com as atividades de ensino, iniciação científica e extensão da Instituição, além da comunidade externa para consulta e pesquisa no acervo.

A Biblioteca é o órgão suplementar que dá suporte à realização das atividades acadêmico-pedagógicas, destinada aos professores e alunos, organizada de modo a atender aos objetivos da Instituição, funcionando diariamente, durante todo o período do calendário acadêmico e, no decorrer das férias, no horário estabelecido em seu Regulamento.

A Biblioteca adota padrões internacionais para o tratamento e organização da informação, utilizando as normas de catalogação AACR2; a Classificação Decimal de Direito para o acervo da área jurídica; a Classificação Decimal Dewey (CDD) para as demais áreas e a Tabela *Cutter-Sanborn* para a notação de autor. Para a indexação dos materiais é utilizada o DeCs (Descritores em Ciências da Saúde) e para as demais áreas utiliza-se o vocabulário controlado da Fundação da Biblioteca Nacional (FBN). O formato de saída dos catálogos é de acordo com a Norma NBR/6023 da ABNT. O sistema contém dados da descrição física das obras, do seu conteúdo e os dados patrimoniais.

A Biblioteca possui regulamento próprio com a descrição dos procedimentos operacionais e normativos, disponível no site da biblioteca.

Considerando a necessidade de salvaguardar o acervo físico bem como proporcionar a seguridade e a estabilidade dos serviços digitais oferecidos a Biblioteca disponibiliza o Plano de Contingência no qual prevê, primordialmente, a

sustentabilidade dos serviços oferecidos pela Biblioteca, ou seja, a utilização de recursos próprios e permanentes no cuidado preventivo do acervo físico e digital.

### 5.9.1 Biblioteca Infraestrutura

A Biblioteca é o órgão complementar que dá suporte à realização das atividades acadêmico-pedagógicas, destinada aos professores e alunos, organizada de modo a atender aos objetivos da Instituição, funcionando diariamente, durante os períodos de trabalho escolar e no decorrer das férias, no horário estabelecido em seu Regulamento. Ocupa um espaço físico de 200 m<sup>2</sup> e está devidamente informatizada para fornecer informações rápidas e precisas a seus usuários.

Tal procedimento oferece as vantagens de disseminação seletiva da informação, obtenção de dados para avaliação quantitativa do acervo, controle de empréstimos e outros. O programa de automação utilizado é o software Personal Home Library (PHL) sistema este desenvolvido especificamente para a administração, organização e disponibilização de acervos e serviços através da Internet com bases de dados no padrão CDS/ISIS© UNESCO. ,

O Sistema permite ao usuário o acesso aos serviços e catálogos das Bibliotecas da Rede e integra, em tempo real, os catálogos às rotinas de controle e oferece ao usuário recursos de buscas, reservas e renovações, sem se deslocar de sua casa ou ambiente de trabalho.

#### NÍVEL DE INFORMATIZAÇÃO DA BIBLIOTECA

TIPOS	NENHUM	PARCIAL	TOTAL
CATÁLOGO DO ACERVO FÍSICO			X
PESQUISA PÚBLICA OPEN PUBLIC ACCESS CATALOG (OPAC) - Interface de acesso ao catálogo do acervo pelos usuários internos e externos			X
CATALOGAÇÃO/INDEXAÇÃO DO ACERVO			X
EMPRÉSTIMO/RENOVAÇÃO/RESERVA/DEVOLUÇÃO			X
CADASTRAMENTO DE USUÁRIOS			X
SERVIÇO DE ENVIO AUTOMÁTICO DE E-MAILS PARA USUÁRIOS			X
CONTROLE INTEGRADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO E AQUISIÇÃO			X
CONTROLE DE ASSINATURA DE PERIÓDICOS			X
CONTROLE ORÇAMENTÁRIO			X
GERAÇÃO DE RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS E GRÁFICOS			X
WIFI (AMBIENTE DA BIBLIOTECA)			X
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL PARA PUBLICAÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS			X
GUIAS E NORMAS INSTITUCIONAIS PARA REGULAMENTAÇÃO, NORMALIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS			X

São disponibilizadas cabines de estudo individuais, espaços de estudo em grupo, sala de multimídia, laboratório para atividades acadêmicas e sala de processamento técnico.

Os ambientes da Biblioteca respeitam os padrões arquitetônicos de dimensão, iluminação, acústica, ventilação e acessibilidade e são higienizados diariamente por equipe especializada.

O regulamento da Biblioteca contempla a descrição dos procedimentos operacionais e normativos.

Na sua Política de Acessibilidade, a IES assegura a remoção de barreiras nas comunicações; atendimento prioritário, envolvendo tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiência; ajuda técnica para o acesso às atividades em igualdade de condições. Atenta às demandas específicas das pessoas com necessidades especiais, promove atendimento na biblioteca da seguinte forma:

**I. Para alunos com deficiência física:** adequação e adaptação do acesso às dependências da Instituição através de rampas, garantia de espaço entre as estantes do acervo para acesso de pessoas com deficiência, locais de atendimento acessíveis como balcões rebaixados, mobília com altura suficiente para acesso à informação, incluindo formas de comunicação visual, tátil e sinalização permanente, direcional, de emergência e temporária em seus ambientes, entre outros, inclusive com instalação de piso tátil e sinalização em braile;

**II. Para alunos com deficiência visual:** a Instituição disponibiliza, na Biblioteca, três computadores com software *Dosvox* o qual permite que um texto seja transformado em arquivo audível e transferível para os endereços eletrônicos dos usuários, possibilitando-lhes fazer uso dos mesmos no momento de sua conveniência. O *software Dosvox* permite que deficientes visuais utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim independência no estudo e no trabalho. A Biblioteca disponibiliza também Lupas comuns e eletrônica para usuários com baixa visão.

## **BBLIOTECA VIRTUAL**

A “Minha Biblioteca” é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil: Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva que oferecem às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso digital a um conteúdo técnico e científico de qualidade. Através dela

estudantes, professores e tutores terão acesso a milhares de títulos acadêmicos entre as diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras. A Minha Biblioteca conta atualmente com aproximadamente 8.890 títulos.

A Biblioteca digital Minha Biblioteca permite o acesso remoto ininterrupto, 24 horas por dia, através de computador, tablets e dispositivos móveis conectados à Internet. Os usuários têm número ilimitado de acessos e simultâneos. Esta plataforma disponibiliza diversos recursos como: seleção de trechos, compartilhamento de conteúdo por e-mail, navegação intuitiva com pesquisas realizadas por título, autor, ISBN e termos. A leitura dos livros pode ser feita por figuras, blocos de notas e sumário.

Diversas ferramentas interativas são disponibilizadas como o modo de realce, redimensionamento de texto com zoom, impressão de páginas (limitada), criação de anotações, todas com direito a serem compartilhadas com colegas, grupo de trabalho, professor etc.

### **5.9.2 Biblioteca Plano de Atualização do Acervo**

O acervo específico das áreas dos cursos é formado pelas bibliografias básicas e complementares estabelecidas juntamente com o ementário dos componentes metodologia curriculares ofertados pelos cursos, conforme descrito nos Projetos Pedagógicos. Além destas, o acervo conta com títulos de obras de referência fundamentais para o referencial teórico da área.

O acervo é ampliado e atualizado mediante disponibilização de recurso orçamentário, conforme previsão de investimentos, além de permuta e doações de materiais. Os valores provenientes da cobrança de taxas e emolumentos pela Biblioteca também são utilizados para a aquisição e manutenção do acervo.

Cabe ao coordenador de curso realizar, dentro do período de 30 (trinta) dias, consulta pública aos docentes e discentes de seu curso, permitindo sugestões para aquisição de obras atualizadas e de novas obras, necessárias ao desenvolvimento das competências e habilidades descritas no Plano de Aprendizagem de cada componente curricular. Os coordenadores de curso devem incentivar seus docentes e discentes a fazerem sugestões, esclarecendo que as mesmas serão encaminhadas ao NDE para validação e, posteriormente, ao Colegiado de Curso para homologação.

O coordenador de curso apresentará, respectivamente, ao Núcleo Docente Estruturante – NDE e ao Colegiado de Curso para deliberação sobre:

- I. Lista de sugestões de compra para a atualização de bibliografias;
- II. Lista de sugestão para aquisição de novas obras;

- III. Lista de sugestão para aquisição devido à alteração curricular, quando houver;
- IV. Lista de sugestão para aquisição para atender a implantação de novos cursos.

A sugestão para aquisição de novas obras será deferida quando esta for acompanhada de justificativa para análise de sua relevância para o curso, observadas as prioridades para alocação de recursos.

O coordenador de curso, após o processo de consulta pública e as considerações e validação do NDE, consolidará a lista de sugestão para aquisição das obras. A lista consolidada deverá ser remetida à Direção Acadêmica, para aprovação e essa, posteriormente, ao bibliotecário para análise e alinhamentos das referências indicadas. Em seguida deverá ser encaminhada ao setor de compras da FUPAC, com as devidas justificativas, para que proceda à cotação. O setor de compras remeterá a cotação com as justificativas à Direção Geral, em, no máximo, 40 (quarenta) dias, contados do recebimento da lista consolidada, para aprovação da compra.

O bibliotecário comunicará ao coordenador de curso o recebimento das obras, através de lista das novas aquisições, para inclusão no PPC e nos planos de aprendizagem. O coordenador de curso deverá divulgar amplamente o recebimento das obras aos discentes e docentes.

A Política de Expansão e Atualização do Acervo da IES visa estabelecer diretrizes para o planejamento da expansão, atualização e manutenção do acervo da Biblioteca São Tomás de Aquino, de maneira racional e equilibrada, e se constitui um instrumento de apoio no processo decisório do Núcleo Docente Estruturante (NDE), pesquisadores, corpos docente e discente.

## **5.10 Salas de Apoio de Informática ou Estrutura Equivalente**

A estrutura tecnológica atende às necessidades Institucionais, tendo em vista a capacidade de armazenamento e segurança das informações, capacidade de processamento, tecnologia aplicada em diversas áreas da Instituição, seguridade de disponibilidade, redundância de serviços, e outros.

O Laboratório de Informática da Faculdade, além de propiciar ambiente para a aprendizagem das ferramentas computacionais propriamente ditas, funciona como sala de aula informatizada, na qual alunos e professores desenvolverão atividades acadêmicas relacionadas aos diversos conteúdos, caso necessitem de aplicação prática.

Possui acesso estável e ininterrupto à Internet, com velocidade compatível com as atividades desenvolvidas pelos discentes, dimensão o suficiente para acomodação confortável dos alunos, sendo um ambiente salubre, arejado, bem iluminado, ventilado, boa conservação, contando com acesso para portadores de deficiência ou mobilidade reduzida.

Visando o acompanhamento de novas tecnologias e ferramentas computacionais a Faculdade contempla em regulamento próprio a política de manutenção e atualização de equipamentos, de softwares e hardwares, disponibilizando também rede sem fio para acesso a internet no laboratório.

A atualização de equipamentos e softwares é feita através de trabalho conjunto entre a diretoria, os coordenadores e os professores, visando ofertar novas tecnologias e equipamentos modernos aos discentes.

Há total adequação do espaço físico com condições de acessibilidade nos moldes elencados na legislação vigente, sendo eliminadas as barreiras arquitetônicas, metodológicas, atitudinais, de comunicação e digital.

A qualidade do laboratório de informática é item mensurado pelos alunos, na avaliação institucional, objetivando oferecer sempre uma boa infraestrutura e acesso a equipamentos de informática de qualidade, adequados e propícios para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem e à futura profissão.

Os alunos podem acessar os equipamentos de informática no laboratório de informática e na biblioteca. Os mesmos têm acesso livre aos laboratórios de informática no horário de funcionamento, exceto quando estiver reservado para a realização de aulas práticas por algum professor da Instituição.

Os equipamentos de informática da biblioteca também são de livre acesso aos alunos no horário de funcionamento da mesma.

Como ação inovadora, a IES conta com um laboratório de informática móvel, equipado com 15 netbooks, que podem ser alocados em qualquer espaço da Instituição, permitindo o desenvolvimento de aulas mais atrativas, quando necessário.

O acesso aos microcomputadores é facilitado por uma política interna de organização de tempo. Os equipamentos estão ligados em rede, no sentido de proporcionar maior integração acadêmica, já que toda a comunidade tem acesso ao mesmo servidor. E conta também com acesso à Internet por meio de provedor VIVO.

A Faculdade possui seus equipamentos interligados em rede de comunicação científica (Internet), e o acesso aos equipamentos de informática está disponível em quantidade suficiente para o desenvolvimento das atividades.

A Faculdade possui um plano de atualização de softwares e hardware que atende ao plano de manutenção preditiva e também de atendimento às necessidades de atualização e implantação solicitadas por demanda e necessidade de cada curso.

Os usuários têm acesso à rede mundial, tanto através dos computadores ligados à rede cabeada quanto à rede sem fio, disponibilizada através de serviço de *hotspot* e pontos de acesso que garantem cobertura em todo o campus, garantindo o acesso a quaisquer recursos da internet. A rede wireless ainda permite a visitantes da IES conexão à internet.

Para situações emergenciais, há o estabelecimento de uma política de procedimentos para o caso de indisponibilidade geral de energia que inclui, dentre outras orientações, o acionamento da empresa fornecedora de energia local, a comunicação aos usuários através de avisos eletrônicos e chamadas telefônicas e procedimentos internos para garantir os serviços essenciais.

Os serviços de disponibilização de conteúdos para alunos são contratados de terceiros, tanto no que se refere à estrutura de armazenamento, quanto dos serviços de ambiente e banco de dados. A IES utiliza a plataforma virtual *Blackboard*, hospedada em servidores em nuvem que garantem o acesso full time para a população discente e docente da Instituição.

Visando a agilidade e segurança para evitar riscos, existe um plano de contingência que abrange a infraestrutura tecnológica. Esse plano tem como objetivo reduzir danos, caso enfrente algum problema. O plano de contingência foi criado a partir da análise de chamados advindos do sistema de *HelpDesk*, que orientou as ações de prevenção e ação das maiores frequências de problemas que impactam na área de infraestrutura: necessidade de manutenção e instalação de hardwares, falhas técnicas, suporte na utilização dos sistemas, entre outros.

### **5.11 Instalações Sanitárias**

As instalações sanitárias da Faculdade atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança, a acessibilidade, o plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

A IES conta com banheiros masculinos, femininos, ambos com adaptações para pessoas com deficiência, sendo que alguns banheiros contam também com chuveiros e vestiários.

## 5.12 Plano de Expansão e Atualização dos Equipamentos

A Mantenedora da Faculdade, objetivando a sustentação estrutural e orçamentária das atividades educacionais por ela mantidas, no longo prazo, estabelece e segue uma política que orienta a alocação de seus recursos e investimentos. Procura otimizar seus resultados, atender às legislações vigentes e determinações legais e ainda cumprir com o preconizado no Plano de Desenvolvimento Institucional e dentro dos limites impostos pelo orçamento da Instituição.

Para atender aos objetivos acima descritos, a Mantenedora definiu uma política para a aplicação de investimentos que estabelece que ao se aproximar o final do ano letivo, usualmente a partir de outubro, a Mantenedora inicia o processo da construção do orçamento para o próximo ano, estabelecendo as metas de desempenho e de geração de caixa para investimento baseado no número de alunos previstos. Define-se, assim, a necessidade de adequação de salas e laboratórios e/ou a construção de novos.

O Diretor e os Gestores da Instituição trazem estas metas para dentro de suas unidades e desdobram-nas até o nível de centros de custo. Neste desdobramento de receitas e despesas, as necessidades específicas de cada atividade são levantadas.

Por intermédio dos Coordenadores de Curso, levantam-se também as necessidades de investimentos baseados nos projetos pedagógicos (livros, laboratórios, equipamentos etc.) ou específicos da extensão e pesquisa. O conjunto de informações é então agrupado e condensado e reapresentado à Mantenedora.

Feito isso, baseado na geração de caixa prevista para o ano, descontado os compromissos já assumidos em anos anteriores, a Diretoria define a seguinte sequência de priorização:

- Investimento no que é exigência do projeto e provisão de infraestrutura suficiente para o número de alunos previstos;
- Definição dos melhores projetos de ensino, pesquisa e extensão que deverão receber investimentos durante o ano, atrelados às metas que garantam sua sustentação;
- Caso os objetivos iniciais não estejam contemplados, o trabalho é refeito e/ou as metas iniciais são revistas e solicitados novos planos de investimentos. Ao se encerrar o ano, é feita uma avaliação pela Mantenedora do atendimento do

- orçamento do ano findo, verificando a capacidade efetiva de geração de caixa, o volume de recursos financeiros aportados, o volume de investimentos realizados comparando com a previsão realizada.

Caso se perceba necessário, um novo ajuste do orçamento do ano entrante, ele é solicitado aos gestores. Após discussão com a comunidade acadêmica, a proposta de orçamento é apresentada ao Conselho de Administração da Mantenedora para aprovação. Uma vez aprovado o plano geral de investimentos e o orçamento, cabe à Instituição ensejar todos os esforços para cumpri-lo. A verificação do atendimento ao planejado é realizada mensalmente por meio dos relatórios de acompanhamento.

### **5.13 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação**

Tecnologias de Informação e Comunicação representam um conjunto de recursos tecnológicos que auxiliam nos processos informacionais e comunicativos como importante ferramenta para o atendimento às mudanças educacionais, para a melhoria da qualidade do ensino, do planejamento e da gestão dos processos educacionais.

Dentro da perspectiva de uso das TIC's no processo de ensino-aprendizagem e compreendendo a escola, enquanto organização social, que apresenta uma complexidade natural própria, tanto no âmbito educativo como no organizacional, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) têm vindo a assumir um papel cada vez mais influente e imprescindível, sendo notória uma evolução permanente nos paradigmas relacionados com a sua utilização.

Pretende-se, com esta ação de formação promover o desenvolvimento curricular, a integração interdisciplinar e transdisciplinar das TIC's, a elaboração de recursos educativos digitais e a sua aplicação no processo de ensino/aprendizagem, de forma a fomentar o desenvolvimento de mais e melhor ensino e aprendizagem.

Espera-se ainda promover a reflexão sobre metodologias de aplicação das TIC's no processo de ensino/aprendizagem, incentivar a produção, pelos professores, de materiais de apoio ao ensino e sua disponibilização on-line, prolongando os momentos de aprendizagem no tempo e no espaço.

As ferramentas de comunicação e interação a distância proporcionadas pelas TIC's podem ser potencializadas na promoção de boas práticas nos vários contextos e modelos de aprendizagem, de que são exemplo o trabalho colaborativo e as comunidades virtuais de aprendizagem.

A implementação de novos modelos curriculares com maior ênfase em competências transversais e na realização de tarefas de uma forma autônoma por parte do aluno e ainda a inclusão de novas áreas curriculares não disciplinares, justifica a formação de profissionais de forma a dar resposta a estes paradigmas, incluindo as TIC's como ferramentas potencializadoras e geradoras de novas situações de aprendizagem e metodologias de trabalho.

Assim, a Faculdade não abre mão de incluir nas suas práticas pedagógicas o uso das TIC's no planejamento/elaboração e desenvolvimento de seus componentes curriculares. Formar uma identidade para uso das TIC's é inserir os egressos, futuros educadores físicos, há uma prática profissional atualizada, pois se a escola não se atualizar, poderá não ser mais compreendida pelos alunos.

Desta forma, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) estão implantadas de forma a permitir o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, pois o parque tecnológico da Faculdade Regional de Uberaba é totalmente ligado à rede com acesso à internet, inclusive por meio de rede sem fio (wireless) e a maioria das salas de aula são equipadas com Kits multimídia, composto por computadores e internet.

Lado outro, o ambiente virtual de aprendizagem visa favorecer essa nova forma de ensinar e aprender por meio do incentivo à interação e através das ferramentas síncronas e assíncronas oferecidas no ambiente virtual: fóruns, e-mails, chats, lista de discussão, palestras, etc.

Elas visam proporcionar um ambiente propício à aprendizagem colaborativa e construção coletiva. Desta forma as TIC's na educação superior permitem mostrar várias formas de captar e mostrar o mesmo objeto, representando-o sob ângulos e meios diferentes: pelos movimentos, cenários, sons, integrando o racional e o afetivo, o dedutivo e o indutivo, o espaço e o tempo, o concreto e o abstrato.

Neste contexto a IES incorpora continuamente as TIC's nas suas diversas disciplinas por meio do PORTAL BLACKBOARD, onde é possível interagir por meio eletrônico com os alunos através de mensagens, avisos, posts, discussões, postagem dos planos de ensino e das aulas estruturadas.

Docentes e alunos participam, de forma colaborativa, por meio da construção coletiva, do processo de aprendizagem dos conteúdos curriculares e pesquisas adicionais de temas correlatos.

Somam-se aos recursos do PORTAL BLACKBOARD, o Portal Acadêmico – Sistema RM, ambiente virtual, onde os discentes podem acompanhar sua vida acadêmica, sendo possível acompanhar faltas, notas e fazer solicitações diversas ao setor administrativo, etc..

Ambos os portais asseguram acesso ininterrupto a materiais, recursos didáticos e documentos acadêmicos a qualquer hora e lugar.

Desse modo, é possível compor um cenário de aprendizagem contemporâneo, inovador e motivador para as atividades acadêmicas de ensino, em que as interações midiáticas são incorporadas como recursos indispensáveis.

Cabe destacar que, tão importante quanto a proposição dessas TIC's no processo de ensino-aprendizagem, é a garantia da acessibilidade e do processo de assimilação e domínio dessas. Para garantir acesso às TIC's, a faculdade realizará testes de acessibilidade e usabilidade com leitores de tela e orientará os setores responsáveis pelo desenvolvimento dos produtos.

Além das orientações que visam às melhorias contínuas nos sites, AVA e materiais, os alunos usuários de tecnologia assistiva serão acompanhados, para que as possíveis dificuldades sejam sanadas.

Com base nas dificuldades apresentadas, será possível avaliar e adequar os produtos às necessidades desse público, de modo a oferecer acessibilidade comunicacional e digital aos alunos da Faculdade, proporcionando assim experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas no uso das TIC's.

As Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC's são aliadas importantes no processo de inclusão e acessibilidade ao ensino superior das pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (Lei 12.764/2012), facilitando a remoção de barreiras nas comunicações.

# CARACTERIZAÇÃO JURÍDICO-INSTITUCIONAL DA MANTENEDORA



2022/2026

# CARACTERIZAÇÃO JURÍDICO-INSTITUCIONAL DA MANTENEDORA

## A) BALANÇO PATRIMONIAL



FUNDAÇÃO JOSE BONIFACIO LAFAYETTE DE ANDRADA - FUNJOBE  
CNPJ :19.559.012/0001-89

### BALANÇO PATRIMONIAL (\*)

	NOTA	2021	2020
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>42.723.013,74</b>	<b>31.868.184,12</b>
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>38.675.412,47</b>	<b>25.760.952,41</b>
CAIXA E BANCOS CONTA MOVIMENTO		1.147.744,58	70.594,50
APLICACOES FINANCEIRAS		37.527.667,89	25.690.357,91
<b>MENSALIDADES E FIES A RECEBER</b>		<b>3.418.233,06</b>	<b>4.713.737,54</b>
MENSALIDADES A RECEBER		3.451.674,00	4.906.664,19
( - ) PROVISÃO DEVEDORES DUVIDOSOS	2.1 a	33.440,94	192.926,65
<b>ADIANTAMENTOS</b>		<b>460.071,02</b>	<b>1.323.148,07</b>
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		460.071,02	1.323.148,07
<b>ESTOQUES</b>		<b>159.297,19</b>	<b>70.346,10</b>
ALMOXARIFADO FAME		159.297,19	70.346,10
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>84.890.914,32</b>	<b>75.331.696,00</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	2.1 c	<b>18.385.635,85</b>	<b>13.290.024,34</b>
OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR		103.189,06	103.189,06
MENSALIDADES A RECEBER		18.282.446,79	13.186.835,28
<b>ATIVO IMOBILIZADO</b>	2.1 b	<b>66.505.278,47</b>	<b>62.041.671,66</b>
TERRENOS		7.376.642,00	7.376.642,00
EDIFICAÇÕES		33.700.503,85	30.950.603,85
CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO		26.644.129,80	24.455.611,06
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		1.680.853,34	1.613.813,59
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		2.885.727,21	2.875.562,40
APARELHAGEM MÉDICA		680.486,35	303.985,40
VEÍCULOS		127.427,12	127.427,12
EQUIPAMENTOS TÉCNICOS		1.694.463,52	1.191.595,46
BIBLIOTECAS		2.648.496,03	2.616.488,38
EQUIPAMENTOS INFORMÁTICA		1.458.076,85	1.374.300,71
( - ) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		12.391.527,60	10.844.258,31
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>127.613.928,06</b>	<b>107.199.880,12</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>13.488.975,34</b>	<b>11.859.197,80</b>
OBRIGACOES TRABALHISTAS		1.735.781,34	2.071.652,41
OBRIGACOES SOCIAIS		1.161.033,85	802.917,22
FORNECEDORES		2.666.372,66	294.579,49
OBRIGACOES CONTRATUAIS		3.410,00	119.442,62
CREDITOS A REGULARIZAR	2.1 e	2.030.818,67	2.986.278,40
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA FÍSICA		3.263,62	500,00
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURÍDICA		121.888,34	39.740,69
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS/FISCAIS		5.344.410,73	5.544.086,97
DOAÇÕES, SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS	8	421.996,13	
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>6.011.440,40</b>	<b>16.251.645,55</b>
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS/FISCAIS	2.1 c	6.011.440,40	16.251.645,55
<b>PATRIMÔNIO</b>		<b>108.113.512,32</b>	<b>79.089.036,77</b>
PATRIMÔNIO SOCIAL		51.742.146,35	27.967.309,51
RESULTADO EXERCÍCIO ANTERIOR		27.346.890,42	23.774.836,84
RESULTADO DO EXERCÍCIO		29.024.475,55	27.346.890,42
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>127.613.928,06</b>	<b>107.199.880,12</b>

FABÍO AFONSO BORGES DE ANDRADA

FUNDAÇÃO JOSÉ BONIFÁCIO LAFAYETTE DE ANDRADA - FUNJOBE

ARISTÓBULO DE CASTRO

CONTADOR CRC - MG 21.261

(\*) Item 2.1 das Notas Explicativas

## B) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO



FUNDAÇÃO JOSÉ BONIFÁCIO LAFAYETTE DE ANDRADA - FUNJOBE  
CNPJ : 19.559.012/0001-89

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO (\*)

	NOTA	2021	2020
<b>INGRESSOS</b>			
<b>INGRESSOS COM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO</b>		<b>66.572.214,65</b>	<b>62.509.420,70</b>
ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO		66.572.214,65	62.509.420,70
<b>INGRESSOS OPERACIONAIS</b>		<b>22.560.934,17</b>	<b>14.883.393,88</b>
INGRESSOS COM CONVENIO SUS		1.015.485,09	302.809,28
OUTROS INGRESSOS		254.535,02	192.843,00
GRATUIDADE ESCOLAR		8.631.447,53	7.409.418,92
INGRESSOS COM CONVENIOS/CONTRATOS		34.200,00	31.600,00
INGRESSOS COM PRESTACAO DE SERVIÇOS		490.583,75	463.807,00
RECEITAS FINANCEIRAS		2.494.612,11	1.018.748,23
VALORES RECUPERADOS		5.759.988,46	5.464.167,45
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS/FISCAIS		47.048,87	-
INGRESSOS COM TRABALHO VOLUNTARIO	7	181.647,50	-
GRATUIDADE ATENDIMENTO SUS	5,2	3.641.385,84	-
<b>TOTAL DOS INGRESSOS</b>		<b>89.123.148,82</b>	<b>77.392.814,58</b>
<b>DISPÊNDIOS</b>			
<b>DISPÊNDIOS COM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO</b>		<b>33.440.842,72</b>	<b>28.905.044,10</b>
ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO		24.729.696,78	21.434.760,57
DISPÊNDIOS C/ GRATUIDADE/MENSALIDADE	4	8.711.146,94	7.470.283,53
<b>OUTROS DISPÊNDIOS</b>		<b>26.657.830,55</b>	<b>21.140.880,05</b>
DISPÊNDIOS C/ PESSOAL	2,2 e	11.851.002,23	11.331.729,77
DISPÊNDIOS DE MATERIAIS		236.177,08	170.405,82
DISPÊNDIOS DE MANUTENÇÃO		1.445.986,66	1.764.628,72
DISPÊNDIOS COM ADMINISTRAÇÃO		975.036,78	800.569,46
DISPÊNDIOS C/ TRANSPORTES		14.036,52	13.444,17
DISPÊNDIOS C/ MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES		93.625,36	168.259,60
DISPÊNDIOS SERVIÇOS SUS TERCEIRIZADOS		127.703,09	73.650,84
DISPÊNDIOS C/ EVENTOS E MARKETING		302.725,08	260.363,97
DISPÊNDIOS COM VIAGENS E ESTADIAS		17.017,95	32.768,21
DISPÊNDIOS C/ VESTIBULAR		196.276,40	300.571,62
DISPÊNDIOS C/ SERVIÇOS DE TERCEIROS		949.080,01	1.135.094,01
DISPÊNDIOS COM CONVENIOS E CONTRATOS		2.258.704,12	1.827.484,39
DISPÊNDIOS COM TRIBUTOS/TAXAS/IMPOSTOS		90.272,90	44.222,98
DISPÊNDIOS FINANCEIROS		2.644.620,76	1.484.704,26
DISPÊNDIOS C/ DEPRECIACÕES		1.560.770,07	1.540.055,57
DISPÊNDIOS C/ PROVISÃO INADIMPLENCIA	2, - a	33.440,94	192.926,65
DOAÇÕES, SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS	8	38.321,26	-
DISPÊNDIOS COM TRABALHO VOLUNTARIO	7	181.647,50	-
DISPÊNDIOS COM GRATUIDADE AMBULATORIAL/LABORATORIAL	5,2	3.641.385,84	-
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS</b>		<b>60.098.673,27</b>	<b>50.045.924,16</b>
<b>SUPERAVIT DO EXERCÍCIO</b>		<b>29.024.475,55</b>	<b>27.346.890,42</b>

FABIO AFONSO BORGES DE ANDRADA  
FUNDAÇÃO JOSÉ BONIFÁCIO LAFAYETTE DE ANDRADA-FUNJOBE

ARISTÓBULO DE CASTRO  
CONTADOR CRC - MG 21.261

(\*) Item 2.2 das Notas Explicativas

## C) DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



FUNDAÇÃO JOSÉ BONIFÁCIO LAFAYETTE DE ANDRADA - FUNJOBE  
CNPJ : 19.559.012/0001-89

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (\*)

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

<b>SALDO EM 31.12.2019</b>	<b>51.722.984,52</b>
SUPERAVIT APURADO	27.346.890,42
AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.551,83
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>79.089.036,77</b>
SUPERAVIT APURADO	29.024.475,55
AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES	-
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>108.113.512,32</b>

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

<b>SALDO EM 31.12.2018</b>	<b>54.531.091,81</b>
SUPERAVIT APURADO	23.774.836,84
AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES	(26.583.333,33)
<b>SALDO EM 31.12.2019</b>	<b>51.722.584,52</b>
SUPERAVIT APURADO	27.346.890,42
AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.551,83
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>79.089.036,77</b>



FÁBIO AFONSO BORGES DE ANDRADA  
FUNDAÇÃO JOSÉ BONIFÁCIO LAFAYETTE DE ANDRADA - FUNJOBE



ARISTÓBULO DE CASTRO  
CONTADOR CRC - MG 21.261

(\*) Item 2.3 das Notas Explicativas

RECONHECIMENTO DE ASSINATURAS DE FÉRIAS  
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS DE BARBACENA  
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de ARISTÓBULO DE CASTRO em testamento de verdade.

Barbacena/MG, 04/04/2022.  
BELO DONBULLA: FMU79598  
CÓDIGO SEGURANÇA: 6032248184270841  
Quantidade de atos: 01  
Atos praticados por: D. José Paulo e S. José de Moraes - Tabelião  
Emol: R\$ 7,04 - T.F.J.: R\$ 2,19 - Valor total: R\$ 9,23  
Consulte a validade neste site: www.tribunatransparencia.org.br



1-DA  
ETIQUETA  
681191638

Barbacena/MG, 04/04/2022.  
BELO DONBULLA: FMU76607  
CÓDIGO SEGURANÇA: 4141724018681329  
Quantidade de atos: 01  
Atos praticados por: D. José Paulo e S. José de Moraes - Tabelião  
Emol: R\$ 7,04 - T.F.J.: R\$ 2,19 - Valor total: R\$ 9,23  
Consulte a validade neste site: www.tribunatransparencia.org.br



1-DA  
ETIQUETA  
ACT16817

# ANEXOS



2022/2026

## ANEXO I – OFERTA DE NOVOS CURSOS E PROGRAMAS

### 1 Cronograma de Implantação e Desenvolvimento para o Período de Vigência do PDI

No período de vigência deste PDI pretende-se oferecer, além dos cursos de Educação Física (Licenciatura e Bacharelado) e Enfermagem, vinculados ao processo de Credenciamento, os seguintes cursos de graduação, pós-graduação e extensão conforme especificado nos quadros abaixo:

#### Graduação

Curso	Modalidade	Tipo	Turno	Vagas Anais	Integralização em Anos	Ano Pretendido	Carga Horária
Educação Física	Bacharelado	Presencial	Noturno	60	04	2022	3.200
Educação Física	Licenciatura	Presencial	Noturno	60	04	2022	3.200
Enfermagem	Bacharelado	Presencial	Noturno	80	05	2022	4.220
Estética e Cosmética	Tecnólogo	Presencial	Noturno	80	03	2024	2.000
Biomedicina	Bacharelado	Presencial	Noturno	80	04	2024	3.200
Fonoaudiologia	Bacharelado	Presencial	Noturno	80	04	2025	3.200
Terapia Ocupacional	Bacharelado	Presencial	Noturno	80	04	2025	3.200
Nutrição	Bacharelado	Presencial	Noturno	80	04	2026	3.200

#### Pós- Graduação Lato Sensu

Curso	Tipo	Turno	Vagas Anais	Integralização em Anos	Ano Pretendido	Carga Horária
Treinamento Funcional	Presencial	Noturno	50	1,5	2023	420
Enfermagem do Trabalho	Presencial	Noturno	50	1,5	2023	660
Saúde e Segurança do Trabalho	Presencial	Noturno	50	1,5	2024	660
Análise do Comportamento Aplicada (ABA)	Presencial	Noturno	50	1,5	2025	660

## Extensão

DENOMINAÇÃO DO CURSO	Grau	Modalidade	Ano pretendido	Turno de funcionamento/ Periodicidade	Nº total vagas (anual)	Carga horária
Empreendedorismo e Criatividade	Extensão	Presencial	2022	Diurno Semestral	50	30
Fundamentos Básicos da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	Extensão	Presencial	2022	Diurno Semestral	50	30
Intervalo Cultural – Temática Direitos Humanos e Direitos das Minorias	Extensão	Presencial	2023	Diurno Semestral	50	45
Intervalo Cultural – Temática Cultura Afro-Brasileira	Extensão	Presencial	2023	Diurno Semestral	50	45
Intervalo Cultural – Temática História e Cultura Indígena	Extensão	Presencial	2024	Diurno Semestral	50	45
Intervalo Cultural – Temática Diversidade Cultural no Brasil	Extensão	Presencial	2024	Diurno Semestral	50	30
Intervalo Cultural – Temática Meio Ambiente	Extensão	Presencial	2025	Diurno Semestral	50	30
Semana Acadêmica, Científica e Cultural	Extensão	Presencial	2025	Diurno Semestral	50	45
Semana Nacional do Livro e da Biblioteca	Extensão	Presencial	2026	Diurno Semestral	50	45
Seminário das Profissões	Extensão	Presencial	2026	Diurno Semestral	50	45
Colóquio Regional de Direito, Educação Ambiental e Escolas Sustentáveis	Extensão	Presencial	2026	Diurno Semestral	50	30

## **ANEXO II – PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL**

### **PROMOÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA FACULDADE REGIONAL DE UBERABA**

#### **1. PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCLUSÃO SOCIAL**

Diversos Projetos de Extensão abordando temas relacionados à saúde.

Eventos com órgãos diversos, a exemplo do SEBRAE e a Faculdade para fomento do Empreendedorismo em meio a transformação digital.

Eventos de Educação Especial para conscientização do Autismo e dos portadores de necessidades especiais.

Visitas técnicas para aprofundar conhecimentos e o aprendizado.

Parcerias com os conselhos de curso para o aprimoramento ético e técnico das profissões.

Semanas Acadêmicas com objetivo de refletir e debater a realidade da região e suas carências.

Parceria com órgãos, empresas e entidades das áreas afins aos cursos ministrados na IES, para realização de palestras e eventos.

#### **2. PROJETOS PARA A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**

Cursos e Palestras de Conscientização em educação ambiental.

Participação em importantes Conselhos ambientais estaduais que visam a proteção e preservação ambiental.

Parceria com órgãos ambientais para projetos sociais e troca de experiências de aprendizado.

Visitas técnicas com foco na sustentabilidade ambiental a órgãos públicos e privados que se destacam na área.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



2022/2026

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Desenvolvimento Institucional é um documento norteador para a Faculdade Regional de Uberaba.

Como vislumbrador dos horizontes institucionais a serem alcançados, deve ser um documento produzido de maneira participativa e ser redigido de forma clara, de modo que toda a comunidade envolvida com a instituição o entenda e colabore com o êxito do que fora planejado.

Ele contempla a determinação da postura estratégica institucional que junto com a proposta orçamentária e o plano de objetivos e metas, subsidiam a construção do planejamento estratégico participativo. Deve estar unificado a um ciclo de monitoramento e avaliação sistêmicos que ao se completar oferecem como produto uma Instituição inserida no contexto da sociedade, evidenciando o seu ato pedagógico pela sua atuação no ensino, na extensão e na iniciação científica.

A melhoria da qualidade dos cursos de graduação e o comprometimento com elevados padrões de qualidade da Instituição implica, entre outros fatores, a atualização permanente do Projeto de Desenvolvimento Institucional e sua articulação com os diferentes setores da sociedade, sempre buscando a consolidação e a expansão institucional.

Uberaba, Dezembro de 2021

## REFERÊNCIAS

AMARAL, E.M.H.; ÁVILA, B.; ZEDNJK, H.; TAROUÇO, L. **Laboratório virtual de aprendizagem: uma proposta taxonômica**. RENOTE- Revista Novas Tecnologias na Educação. CINTED-UFRGS, Porto Alegre, v. 9, nº. 2, p.s, n,dezembro, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/24821/14771>. Acesso em: 01.dez.2015.

ASSMANN, H. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

AUSUBEL, D.P. **A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo, 1993. BIGGS, J. B. Teaching for quality learning at university: What the student does. McGraw-hill education, UK, 2011.

BRASIL. **Congresso Nacional. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 abr. 2004, Seção 1, p. 3-4.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 2014, Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996, seção 1, p. 27.833.

\_\_\_\_\_. Poder Executivo. **Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 mai. 2006, Seção 1, p. 6-10.

\_\_\_\_\_. Poder Executivo. **Decreto nº. 6.303, de 12 de dezembro de 2007**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 dez. 2007, Seção 1, p. 4-5.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior; Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, maio de 2012. Disponível em: <<http://www.dche.ufscar.br/extensao/20120713PoliticaNacionaldeExtensao.pdf>>.

BURLAMAQUI, M.G.B. **Avaliação e qualidade na educação superior: tendências na literatura e algumas implicações para o sistema de avaliação brasileiro**. Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008.

CARDOSO, Beatriz [org.]. **Ensinar: tarefa para profissionais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

CLANDININ, Jean; CONNELLY, Michael. **Teachers as curriculum planners: narratives of experience**. Toronto: OISE Press; New York: Teachers College Press, 1988.

CRONBACH, L. J. **Coefficient alpha and the internal structure of tests**. *Psychometrika*, 16, p. 297-334, 1951.

DEWEY, John. **Education and experience**. New York: Collier Books, 1938.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. MEC/UNESCO.2ed. São Paulo: Cortez, 2003

DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda Leila Santos; MARTINS, Silvana Newmann. **Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica**. In: Revista Themas. UNIVATES - Centro Universitário Centro Universitário Univates, Lajeado/RS, 2017.v.14, n. 1, p. 268 a 288.

FACULDADE NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Diretoria de Avaliação da Educação Superior - DAES. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa: subsidia os atos de credenciamento, reconhecimentos e transformação da organização acadêmica (presencial)**. Brasília: MEC/SINAES/CONAES/INEP/DAES, 2017. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_institucional/instrumentos/2015/instrumento\\_institucional\\_072015.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2015/instrumento_institucional_072015.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2019

FIGUEIREDO, Kristianne L; JUSTI, Rosária. **Uma proposta de formação continuada de professores de ciências buscando inovação, autonomia e colaboração a partir de referenciais integrados**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v. 11, nº. 1, p.169-190, 2011, p.172.

GARCIA, Joe. **Avaliação e aprendizagem na educação superior**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009.

GATTI, B. A. **Ensino superior e avaliação institucional: um modelo em implantação**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília: Inep, v. 80, n.194, p. 148-155, jan./abr. 1999.

HOSTT, A. C. G. S., de Freitas Hauss, M. M., Nettos, F. S. F., Quintas, L. P., dos Santos, G. G., Grasseli, M. F., & Simões, C. M. **Programa Híbrido de Formação de Professores “Sala Mais”**. Pleiade – Edição Especial VI CIEd, v 12, nº. 25, p. 187-197, dez. 2018.

HORN, Michael B. **Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

LEMOS, André F.M. **Cibercultura e Mobilidade. A Era da Conexão.** In: LEÃO, Lúcia (org). Derivas. Cartografias do Ciberespaço, São Paulo: Annablume; Senac, 2004.

MEDINA, A.; DOMINGUES, C. **La formación del profesorado en una sociedad tecnológica.** Madrid: Cincel, 1989.

MELLO, Guiomar Namó de. **Currículo da Educação Básica no Brasil: concepções e políticas.** Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/>>. Acesso em: 25.nov.2019.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada.** Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007:** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 dez. 2010, seção 1, p. 23-31. (Republicada em 2010).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Superior; Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão. IN: Extensão Universitária: Organização e Sistematização.** Belo Horizonte: COOPMED Editora, 2007. Disponível em: <<http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

MIZUKAMI, M. G. N. et al. **Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação.** São Carlos: EDUUFSCar, 2002.

MORIN, E. **Afirmção proferida durante debate com a comunidade universitária da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG),** realizado em 15/09/1998.

PAIR, Claude. **A formação Profissional, Ontem, Hoje e Amanhã.** In: DELLORS, Jacques (org). **Educação para o século XXI.** Porto Alegre: Artmed,2005.

SACRISTÁN, Gimeno J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.** Brasília, DF, SERES, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 3 out. 2016.

SCRIVEN, M. **Student ratings offer useful input to teacher evaluations.** 1995. Disponível em: <http://www.ericdigests.org/1997-1/ratings.html>. Acesso em: 01 abr 2008.

SILVA, S. de C. R. da; SCHIRLO, A. C. **TEORIA DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DE AUSUBEL: REFLEXÕES PARA O ENSINO DE FÍSICA ANTE A NOVA REALIDADE SOCIAL** *Imagens da Educação*, v. 4, n. 1, p. 36-42, 2014.

SPEARMAN, C. **General intelligence objectively determined and measured.** American Journal of Psychology, 15, p. 201-293, 1904.

TORO, J.B. **Códigos da Modernidade.** Trad.: COSTA, A.C.G. Porto Alegre: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 1997.

UNITED NATIONS. 1st **Global Forum for Responsible Management Education. PRME Global Fora and Summits,** Nova Iorque, 2008. Disponível em: <<http://www.unprme.org/resources/display-resources-sub.php?scid=21>>

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança – por uma práxis transformadora.** São Paulo: Libertad, 1998.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências.** Porto Alegre: ArtMed, 2010.